

Ficha Técnica

Elaborado por:

Divisão de Planeamento Territorial e Projetos, do Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana (Câmara Municipal da Maia)

Colaboração de:

Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade
Departamento de Construção e Manutenção
Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana
Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura
Serviço Municipal de Proteção Civil
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia
Gabinete de Saúde
Gabinete Técnico Florestal
Maiambiente
Espaço Municipal, E.M.

Índice

1. Introdução -----	3
2. Quadro de Referência Legal -----	4
3. Objetivos e Metodologia -----	5
4. Caracterização e Enquadramento Geral -----	8
5. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território -----	9
Socioeconomia -----	10
Mobilidade -----	36
Povoamento -----	60
Ambiente -----	118
6. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento -----	153
6.1. Plano Diretor Municipal -----	153
6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícu -----	169
6.3. Plano Municipal de Acessibilidade para Todos -----	174
7. Considerações Finais -----	176
Bibliografia -----	178

Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal do concelho da Maia - PDMM, após o processo de revisão do PDM de 1994, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho, não se deu o processo de planeamento municipal como terminado, pelo contrário, teve início uma nova etapa— o desenvolvimento e consolidação da monitorização e avaliação do sistema de planeamento.

A monitorização e avaliação estratégica e operacional do sistema municipal de planeamento é também fundamental no âmbito do desempenho ambiental associado à execução do plano e dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, direta ou indiretamente, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do Concelho da Maia no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) consubstancia, assim, o principal *output* no âmbito de um modelo de avaliação, preocupado em medir e avaliar o nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PDMM em vigor e demais planos que integram o sistema de planeamento municipal.

Pretende-se, com este Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no Concelho, os quais, deste modo, serão objeto de avaliação “in continuum”, e bem ainda dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas, tendo sempre como pressuposto de base a monitorização ambiental, prevista na declaração ambiental.

Ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), concretamente do n.º 1, do artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, “as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos previstos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental”.

A avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução (artigo 145.º do diploma supramencionado), nomeadamente com os seguintes objetivos:

- a) “assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível de execução como dos objetivos a médio e longo prazos;
- b) garantir a criação coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c) corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d) garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações com rendas ou custos controlados;
- e) promover a melhoria da qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos.”

Neste sentido, “a câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal” (cfr. artigo 146.º do mesmo diploma), incumbência que ficou também prevista na atual redação da Lei de Bases da Política dos Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no seu artigo 57.º - Monitorização e Avaliação.

Muito embora o artigo 146.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial defina a obrigatoriedade de, de 2 em 2 anos, a Câmara Municipal elaborar um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, e tendo em vista não apenas uma melhor gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano, como também, e sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual (cfr. n.º 2, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), considerou-se oportuna a elaboração de um relatório anual, sobre o desempenho dos indicadores ambientais e sobre as ações e objetivos ultrapassados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

Assim, integrou-se neste processo a avaliação e o controlo da avaliação ambiental, de acordo com o previsto no artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que define que as entidades responsáveis pela elaboração do plano avaliam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Com o objetivo de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal da Maia, a monitorização centrou-se sobre a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previsto, e bem ainda dos objetivos de sustentabilidade presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, através da definição de um conjunto de indicadores que permitem avaliar cada um dos níveis mencionados anteriormente.

Assim, para a operacionalização do processo de monitorização foi necessário identificar indicadores quantificáveis para cada um dos objetivos, bem como as respetivas metas a atingir, permitindo, assim, o controlo do Plano.

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a descrição do mesmo, forma de cálculo, unidade de análise, valor base, valor de referência (quando aplicável e tendo sempre como referência valores já definidos, designadamente no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), entidade responsável pela recolha dos dados, ou seja, se é uma fonte externa ou interna à Autarquia, periodicidade de análise dos dados, entre outros.

Não obstante, e tendo em conta a nova Lei de Bases da Políticas de solos, Ordenamento do Território e Urbanismo define a normalização de fontes de dados e de indicadores comuns na avaliação dos programas e planos territoriais, em fases seguintes de avaliação, poderá haver a necessidade de rever os indicadores, as fontes de dados e bem ainda as metas definidas.

Os indicadores propostos dar-nos-ão acesso a um conjunto considerável de informação que, nas várias fases do ciclo de execução, irão permitir:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactes das propostas setoriais;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do Plano e da sua revisão;
- Facilitar a articulação dos Sistemas de Informação Geográfica a implementar com as estruturas de gestão urbanística e de execução do Plano;
- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação;
- Facilitar a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de implementação dos programas.

A monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental das propostas e dos objetivos decorrentes da Revisão do PDM é uma competência do serviço responsável pelo planeamento: Divisão de Planeamento Territorial e Projetos do Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, em acordo com o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Autarquia. Esta divisão ficou, assim, responsável por integrar no referido sistema, todos os elementos relevantes para a avaliação da execução das propostas do Plano, necessários para a realização dos exercícios regulares de monitorização e de avaliação ambiental estratégica.

A implementação do sistema de monitorização e do módulo de Avaliação Ambiental Estratégica e Operacional, conta, para além de informação recolhida junto de entidades externas (designadamente o Instituto Nacional de Estatística), com a alimentação de informação constante dos sistemas de informação de cada Estrutura Municipal, designadamente:

- Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade;
- Departamento de Construção e Manutenção;
- Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana;
- Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura;
- Gabinete de Saúde;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Maiambiente;
- Serviço Municipal de Proteção Civil;

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;
- Espaço Municipal, E.M.

O processo de monitorização está alicerçado em quatro fases principais, conforme se descrevem:

- Definição do objeto de avaliação – PDM e Relatório Ambiental;
- Definição dos indicadores de monitorização;
- Desenvolvimento de procedimentos tendentes à obtenção de informação junto das entidades responsáveis;
- Elaboração do relatório (o qual foi sendo desenvolvido ao ritmo da receção dos dados);

No decorrer destes anos em que se procurou desenvolver um processo em *continuum* de monitorização foram várias as dificuldades encontradas, designadamente:

- na própria definição dos indicadores para avaliar o cumprimento dos objetivos;
- na recolha dos dados (dificuldade de obtenção de informação e necessidade de recorrer a várias entidades externas e vários departamentos da Autarquia), havendo inclusive situações em que neste momento ainda não se dispõe de dados;
- inexistência de um Sistema de Informação Geográfica (muito embora não seja impeditivo da realização do processo de monitorização, o presente facto compromete a qualidade e a celeridade do trabalho, sendo menos rica e mais morosa a análise da informação existente);
- periodicidade de atualização dos dados – nem sempre compatível com o período de análise desejado.

Não obstante, anualmente, a Câmara Municipal tem desenvolvido o presente relatório, que sistematiza a avaliação do estado de ordenamento do território no município, tendo em conta os objetivos a alcançar, quer os definidos no PDMM, quer no âmbito do Relatório Ambiental.

Embora a metodologia que tem sido utilizada se tenha baseado fortemente na procura da monitorização da execução do Plano Diretor Municipal, e por força da entrada em vigor no concelho de outros instrumentos de gestão territorial (IGT), como Planos de Pormenor, e bem ainda de planos que, não estando incluídos no rol de IGT tipificados no RJIGT, constituem documentos de planeamento sectorial à escala municipal, cuja execução deve também ser monitorizada, foram os mesmos integrados no procedimento de avaliação do estado do ordenamento do território.

Tal como em anos anteriores, estruturou-se o relatório em dois grandes capítulos: a Avaliação do Estado do Ordenamento do Território e a Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

No capítulo referente à Avaliação do Estado do Ordenamento do Território apresenta-se uma análise aos indicadores de avaliação e monitorização, nos quais se inserem os indicadores constantes da Declaração Ambiental do PDMM, apresentados em fichas síntese por indicador, e organizados através do enquadramento em quatro temas principais, que se subdividem em subtemas de análise, e que são:

Tema	Subtema
Sócio economia	Dinâmicas Demográficas
	Estrutura Económica
Mobilidade	Rede de Infraestruturas
	Movimentos Pendulares
	Acidentes Rodoviários
	Transportes Coletivos
	Modos de Transportes Sustentáveis
Povoamento	Habituação
	Evolução Urbanística
	Coesão Urbana
	Desenho Urbano
	Equipamentos Públicos
	Património
Ambiente	Áreas Verdes
	Arborização em Arruamentos
	Seccionamento de Ecossistemas
	Recursos Hídricos
	Flora
	Solo
	Poluição Sonora e Atmosférica

Comparativamente com anos anteriores, o presente relatório, quando pertinente, alarga a análise dos indicadores ao espaço geográfico de nível superior, isto é, à Área Metropolitana do Porto (AMP), nos termos constituídos pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A uma escala infraconcelhia, a análise seguirá a nova reorganização administrativa do concelho, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que aprovou a reorganização administrativa do território das freguesias, contabilizando-se, agora, 10 freguesias: Castelo da Maia (correspondente à agregação das freguesias de Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Barca, Gemunde e Gondim), Cidade da Maia (resultante da agregação das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim), Nogueira e Silva Escura (agregação das duas freguesias), Águas Santas, Folgosa, Milheirós, Moreira, Pedrouços, São Pedro Fins e Vila Nova da Telha.

No segundo grande capítulo, designado “Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento”, focaliza-se a análise na avaliação do cumprimento dos objetivos e propostas subjacentes aos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho (Plano Diretor Municipal, Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes). Ao nível do PDMM, e atendendo a que o mesmo foi sujeito a avaliação ambiental, apresenta-se um subponto referente à avaliação e controlo ambiental dos efeitos significativos no ambiente.

Embora não enquadrados no rol de IGT – Instrumentos de Gestão Territorial, definidos no RJIGT, apresenta-se ainda a síntese da avaliação da execução do designado Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, que enquadra outra das preocupações estratégicas do concelho. Adicionalmente, foi aprovado em 2013 o Plano de Mobilidade Sustentável e na reunião de Câmara do passado dia 11 de setembro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, o Plano de Ação 2014-2017 do Grupo de Trabalho da Mobilidade e Acessibilidade para implementação dos Planos mencionados, cuja monitorização será efetuada no próximo Relatório Sobre o Estado de Ordenamento do Território.

4 CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL

À semelhança dos Relatórios do Estado do Ambiente, elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente, apresenta-se, neste ponto, quadro síntese com um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómico, permitindo uma leitura sistematizada e comparativa com o panorama nacional.

Território e População		
Superfície (km ²)		83,7
Perímetro Território (km)		68
Comprimento Máximo Norte-Sul (km)		13
Comprimento Máximo Este-Oeste (km)		15
Altitude Máxima (Metros)		254
Altitude Mínima (Metros)		36
Freguesias (n.º)		10
Cidades Estatísticas (n.º)	(2008)	1
Vilas (n.º)	(2008)	3
População Residente (n.º)	(2011)	135306
Densidade Populacional (n.º)	(2011)	1616,7
População Ativa 15 aos 64 anos (n.º)	(2011)	71047
Famílias Clássicas (n.º)	(2011)	50307
Alojamentos Familiares Clássicos (n.º)	(2011)	59571

Indicadores Económicos		
PIB per Capita (índice)		n.d
Dívida Pública (% PIB) (2012)		145
Produtividade Trabalho (índice)		n.d
Taxa de Emprego (% dos empregados dos 15 aos 64 anos) (2011)		63,1
Despesa em I&D (% do PIB)		n.d
Nível de acesso das famílias à Internet (%)		n.d
Densidade de Empresas - N.º/km ²	(2009)	173,5

Indicadores Sociais		
Mortalidade Infantil (n.º de morte por 1000 nascimentos)	(2009)	2,09
Índice de Envelhecimento	(2011)	79,5
Índice de Dependência de Idosos	(2011)	19,2
Taxa de Desemprego (% população ativa)	(2001)	14,1
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos		n.d
População abaixo limiar de pobreza		n.d
População Residente - Ensino Secundário Completo	(2011)	20416 (15,1%)
População Residente - Ensino Superior Completo	(2011)	21527 (15,9%)

n.d – Não disponível

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2012

5 AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO





1. **População Residente**
2. **População Residente por Grupos Etários**
3. **Taxa de Crescimento Populacional**
4. **Taxa de Natalidade**
5. **Taxa de Mortalidade**
6. **Densidade Populacional**
7. **Índice de Dependência Total**
8. **Índice de Dependência Jovem**
9. **Índice de Dependência Idosos**
10. **Índice de Envelhecimento**
11. **N.º Empresas**
12. **N.º de Sociedades**
13. **População Ativa por Sector de Atividade**
14. **Postos de trabalho por 1000 habitantes**
15. **Taxa Crescimento Emprego**
16. **Taxa de Desemprego**
17. **População Inscrita Centro Emprego**
18. **Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões**
19. **Capacidade de Alojamento em Turismo Rural**
20. **N.º de Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros**
21. **Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros**
22. **Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros por 100 habitantes**

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º/%

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de residentes por ano, que traduz a capacidade de atração de novos residentes no concelho.

Segundo a definição do INE, contabilizam-se no cálculo da população residente as pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

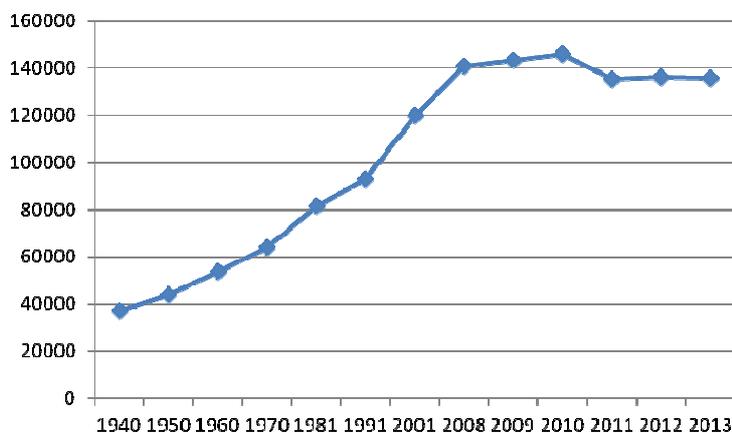
Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Evolução da População Residente, Maia

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	25.249	27.470
Folgosa	3.603	3.704
Milheirós	4.237	4.861
Moreira	10.280	12.890
São Pedro Fins	1.838	1.837
Vila Nova da Telha	5.368	5.886
Pedrouços	11.868	12.149
Castêlo da Maia	15.452	18.395
Cidade da Maia	35.625	40.134
Nogueira e Silva Escura	6.591	7.980
Total	120.111	135.306

População residente, Freguesias

Concelho	2001	2011	2012	2013
Santo Tirso	72.396	71.530	70.996	70.477
Trofa	37.581	38.999	38.843	38.642
Espinho	33.701	31.786	30.929	30.418
Gondomar	164.096	168.027	168.016	167.525
Maia	120.111	135.306	136.017	135.924
Matosinhos	167.026	175.478	175.321	174.690
Porto	263.131	237.584	227.535	222.252
Póvoa de Varzim	63.470	63.408	63.282	62.999
Valongo	86.005	93.858	94.884	95.123
Vila do Conde	74.391	79.533	79.808	79.740
Vila Nova de Gaia	288.749	302.296	303.149	302.828
Paredes	83.376	86.854	87.020	86.876
Arouca	24.227	22.359	22.002	21.751
Santa Maria da Feira	135.964	139.312	140.066	140.038
Oliveira de Azeméis	70.721	68.611	68.186	67.756
São João da Madeira	21.102	21.713	21.685	21.625
Vale de Cambra	24.798	22.864	22.558	22.319
AMP	1.730.845	1.759.518	1.750.297	1.740.983

População Residente, AMP

Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos do Recenseamento Geral da População de 2011, divulgados pelo INE, a população residente no concelho da Maia ascendia aos 135.306 habitantes, 64.874 são do sexo masculino (47,94%) e 70 432 do sexo feminino (52,05%).

Desde o recenseamento de 1940 e até 2011, o crescimento da população residente no concelho da Maia tem sido sempre positiva, o que traduz a capacidade do mesmo na atração de novos residentes (no período intercensitário o INE avançou com estimativas superiores aos valores verificados para 2011).

Em 2013, a população residente na Maia representa cerca de 7,8% da população residente na Área Metropolitana do Porto (AMP), constituída agora por 17 concelhos, sendo atualmente o sexto concelho que mais contribui para o peso da população a residir no espaço geográfico de ordem superior.

No que diz respeito à distribuição da população à escala da freguesia, e considerando agora a nova reorganização administrativa, a freguesia da Cidade da Maia assume a posição dominante em termos de população residente, com 40.134 indivíduos, representando cerca de 30% do total da população residente, em 2011 (ao nível das freguesias não são publicados dados mais recentes que os dos Censos de 2011). À freguesia da Cidade da Maia segue-se a freguesia de Águas Santas, com um total de 27.470 indivíduos residentes (aproximadamente 20% do total de população do concelho). Em termos de unidade territorial, a freguesia de Águas Santas e de Pedrouços, no seu conjunto apresentam uma população residente de 39.619, aproximando-se do valor registada para a Cidade da Maia.

Assim, no seu conjunto, em 2011, estas duas freguesias agregavam 60% do total da população do concelho.

Por outro lado, São Pedro de Fins destaca-se como a freguesia com um menor efetivo de população, com apenas 1.837 habitantes.

O facto de quer a freguesia sede de concelho — Cidade da Maia —, quer ainda as freguesias de Águas Santas e Pedrouços, assumirem importância no contexto municipal, assumindo-se a primeira como a freguesia mais populosa, e as restantes na mesma senda, constituem uma evidências de concretização dos objetivos do modelo territorial definidos no Plano Diretor Municipal, isto é, o de Consolidação da Cidade e incremento de um modelo de concentração descentralizada, assumindo-se a Cidade como principal centro urbano do Concelho, estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados, para o que concorrem ainda e com maior relevância o Castelo da Maia.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 N.º/%

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos, de 2008 a 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução da população residente por ano e por grandes grupos etários (0-14 anos, 15 - 24 anos, 25 - 64 anos e 65 ou + anos).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Aumento do peso da camada etária correspondente à população ativa e camadas jovens

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

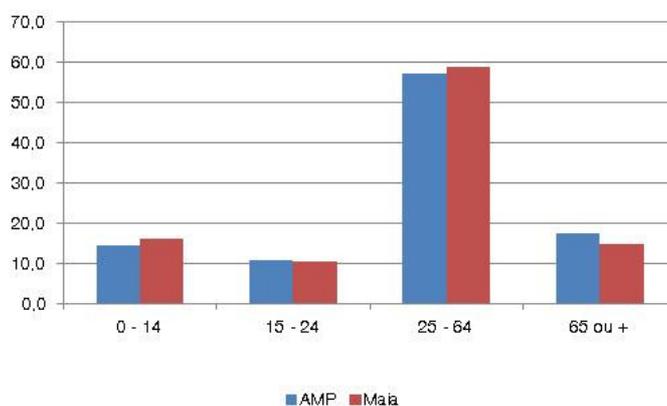
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Grupo Etário	2001		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	n.º	%												
0 - 14	20.940	17,4	24.113	17,1	24.420	17,0	24.668	16,9	22.778	16,8	22.291	16,4	21.794	16,0
15 - 24	16.794	14,0	15.383	10,9	15.310	10,7	15.374	10,5	13.823	10,2	13.971	10,3	14.025	10,3
25 - 64	69.733	58,1	81.826	58,1	83.055	57,9	83.993	57,6	80.480	59,5	80.554	59,2	79.997	58,9
65 ou +	12.644	10,5	19.537	13,9	20.586	14,4	21.756	14,9	18.225	13,5	19.201	14,1	20.108	14,8
Total	120.111	100	140.859	100	143.371	100	145.791	100	135.306	100	136.017	100	135.924	100

Evolução População Residente por Grandes Grupos Etários, Maia



População Residente por Grandes Grupos Etários, 2013

Análise Sumária

Na Maia, a estrutura da população, entre 2001 e 2013, acompanhou a tendência verificada ao nível das tendências demográficas atuais, ou seja, envelhecimento duplo na base e no topo da pirâmide etária. O escalão etário dos jovens (0-14 anos) viu decrescer a sua importância, e a classe da população idosa (população com mais de 65 anos) cresceu significativamente. O mesmo não é reflexo de uma diminuição da população em idade ativa, tendo-se assistido a um aumento, em termos absolutos e relativos, da população dos 25 aos 64 anos, tendência só invertida em 2012 e em 2013, em que, de acordo com os dados dos respetivos anuários estatísticos do INE, e embora em termos absolutos se assista a um ligeiro crescimento, em termos relativos, este grupo viu diminuído o seu peso face ao total da população.

Assim, em 2013, 16% da população integrava o grupo etário dos 0 aos 14 anos, 10,3% o grupo dos 15 aos 24 anos, 58,9%, no grupo dos 25 aos 64 anos e, por último, 14,8% no grupo da população com 65 ou mais anos.

Face ao valor de referência de 2001, é no grupo etário da população dos 15 aos 24 anos e da população idosa (com mais de 65 anos) que se verifica uma evolução mais significativa.

Ainda assim, em comparação com o peso relativo da população por grupo etário no contexto dos 17 concelhos da AMP, observa-se que o concelho da Maia apresenta um peso da população dos 0 aos 14 anos superior à média daquela unidade territorial, bem como da população em idade ativa (25-64 anos), e, por outro lado, apresenta um menor peso relativo da população em idade idosa.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Varição populacional observada num determinado período (%).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Superior à média da AMP

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

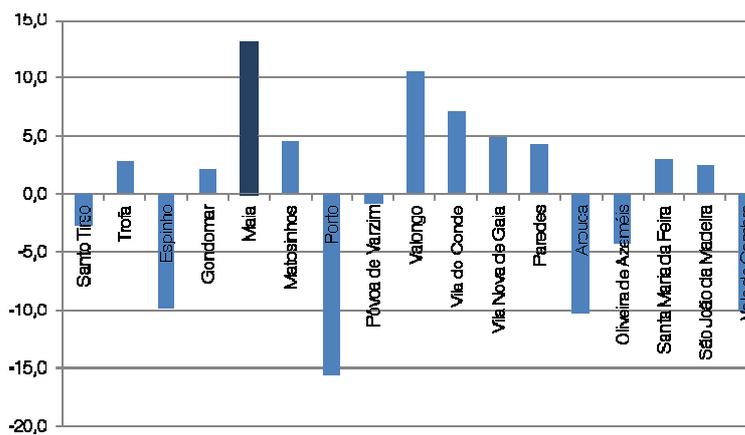
Quadros/Representação Gráfica

Período	Taxa Crescimento
1940-1950	18,6
1950-1960	22,2
1960-1970	19,3
1970-1981	27,7
1981-1991	14,0
1991-2001	28,9
2001-2011	12,7
2001-2012	13,2
2001-2013	13,2

Taxa Crescimento Populacional, Maia

Freguesia	2001-2011
Aguas Santas	8,8
Folgosa	2,8
Milheirós	14,7
Moreira	25,4
São Pedro Fins	-0,1
Vila Nova da Telha	9,6
Pedrouços	2,4
Castêlo da Maia	19,0
Cidade da Maia	12,7
Nogueira e Silva Escura	21,1
Total	12,7

Taxa Crescimento Populacional, Freguesias



Taxa Crescimento Populacional, AMP, 2001-2013

Análise Sumária

A Maia tem mantido um crescimento de população residente considerável em todas as décadas analisadas. Assim, e seguindo as tendências das décadas anteriores, no período compreendido entre 2001 e 2011, no concelho da Maia observa-se o maior crescimento no conjunto dos concelhos que constituem a AMP, com uma taxa de crescimento a rondar os 12,7%, sendo a média da AMP no mesmo período de 1,7%.

Tendo em conta os dados da população residente em 2013, no período de 2001 a 2012, a Maia continua a ser o concelho que mais contribui para a evolução positiva da taxa de crescimento populacional da AMP (13,2%), seguida dos concelhos de Valongo e Vila do Conde, ambos da primeira coroa periférica do município da Maia.

Em oposição, temos as dinâmicas demográficas registadas em concelhos em que se regista uma perda da população residente, no período de 2001 a 2013, como são os casos dos concelhos do Porto (-15,5%), de Arouca (-10,2%), Vale de Cambria (-10,0%) e Espinho (-9,7%).

O facto de o concelho da Maia manter um crescimento considerável no seio dos concelhos do Grande Porto e bem ainda da Região Norte, contribui significativamente para o cumprimento do objetivo do modelo territorial definido no âmbito do PDM de afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e de infraestruturas de carácter supra concelho.

A uma escala infraconcelhia, entre 2001 e 2011, a freguesia de Moreira foi a que registou o maior crescimento de população residente, seguida da freguesia de Nogueira e Silva Escura e, ainda que não muito significativo, em São Pedro de Fins assistiu-se a uma diminuição dos residentes.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

N.º de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100. Exprime-se em permilagem (‰).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

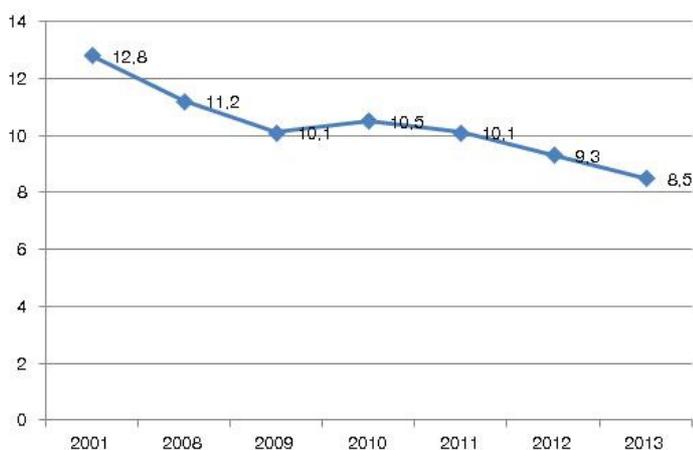
Tendencial - Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)
 Plano Nacional da Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

A política europeia define a necessidade dos estados membros prevenir o declínio demográfico ou reagirem à diminuição da natalidade.

Quadros/Representação Gráfica

Evolução da Taxa de Natalidade, Maia

Concelho	Taxa de Natalidade (‰)
	2013
Santo Tirso	5,7
Trofa	7,3
Espinho	6,2
Gondomar	7,5
Maia	8,5
Matosinhos	7,8
Porto	8,3
Póvoa de Varzim	8
Valongo	8,2
Vila do Conde	8,2
Vila Nova de Gaia	8
Paredes	7,9
Arouca	8
Oliveira de Azeméis	6,5
Santa Maria da Feira	7,6
São João da Madeira	7,5
Vale de Cambra	5,6

Taxa de Natalidade, AMP

Análise Sumária

Na Maia, a evolução da taxa de natalidade até ao de 2009 foi decrescente, atingindo o valor de 10,1 nascimentos por cada mil habitantes. Já em 2010 verifica-se uma tendência inversa, com um crescimento da taxa de natalidade, passando para 10,5 nascimentos por mil habitantes. Ainda assim, o valor é inferior ao registado em 2001. A partir de 2011, a taxa de natalidade retoma a tendência decrescente, com 10,2 nascimentos por cada mil habitantes, em 2012 a taxa é de 9,3, e em 2013 acentua-se a tendência regressiva, com o valor mais baixo de sempre (8,5 nascimentos por cada mil habitantes).

Com o objetivo de assegurar a renovação das gerações a meta para este indicador é tendencialmente crescente, pelo que, face aos valores apresentados o cumprimento do objetivo não foi assegurado.

De acordo com os valores da taxa de natalidade dos demais concelhos da AMP, em 2013, ainda assim, a Maia destaca-se como o concelho com a maior taxa de natalidade. Por outro lado, são os concelhos de Santo Tirso e Vale de Cambra os que apresentam menor número de nascimentos por cada mil habitantes, com 5,7 ‰ e 5,6 ‰, respetivamente.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

N.º de óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100. Exprime-se em permilagem (‰).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

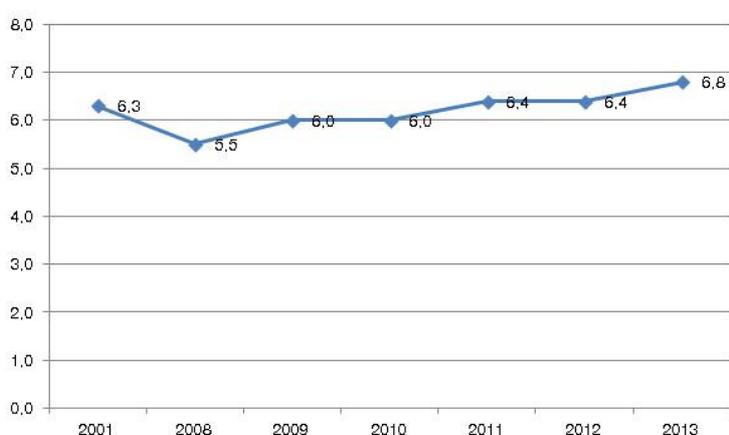
Tendencial – Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)
 Plano Nacional da Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

PNS 2012-2016 define para 2016:
 - Mortalidade perinatal (1000 nascimentos) – 3,0
 - Mortalidade infantil (1000 nados-vivos) – 2,1
 - Mortalidade abaixo dos 5 anos (1000 nados-vivos) – 2,6
 - Mortalidade dos 5 aos 14 anos (100.000 hab.) – 7,2
 - Mortalidade dos 15 aos 24 anos (100.000 hab.) – 23,3
 - Mortalidade dos 25 aos 64 anos (100.000 hab.) – 242,8
 - Mortalidade dos 65 aos 74 anos (100.000 hab.) – 1325,4

Quadros/Representação Gráfica

Evolução da Taxa de Mortalidade, Maia

Concelho	2013
Santo Tirso	8,7
Trofa	7,0
Espinho	10,8
Gondomar	7,9
Maia	6,8
Matosinhos	8,5
Porto	12,6
Póvoa de Varzim	8,3
Valongo	6,3
Vila do Conde	7,5
Vila Nova de Gaia	7,9
Paredes	6,5
Arouca	11,2
Oliveira de Azeméis	9,6
Santa Maria da Feira	7,1
São João da Madeira	7,5
Vale de Cambra	11,2

Taxa de Mortalidade, AMP

Análise Sumária

Relativamente ao ano de referência dos dados (2001), em que a taxa de mortalidade na Maia era de 6,3 óbitos por mil habitantes, a evolução da mesma evidencia um ligeiro acréscimo, sendo que, em 2013, se registou 6,8 óbitos por cada mil habitantes. De referir que, em 2008, observou-se a menor taxa de mortalidade, 5,5 %.

Em 2013, a média da taxa de mortalidade na AMP era de 8,6 óbitos por cada mil habitantes.

A Maia apresenta uma taxa de mortalidade inferior à média da AMP, destaca-se dos demais concelhos da AMP por apresentar um dos valores mais reduzidos de taxa de mortalidade, apenas ultrapassada pelo concelho de Valongo (6,3 ‰) e Paredes (6,5 ‰).

Por outro lado, importa salientar a elevada taxa de mortalidade do concelho do Porto (12,1 óbitos por mil habitantes) e no de Arouca (11,2 ‰)

O reduzido valor da taxa de mortalidade (6,8) conjugado com a taxa de natalidade (8,5), permite que no concelho se continue a registar uma taxa de crescimento natural positiva.

Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º (hab./km ²)	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)
Descrição/Metodologia Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (conceito do INE). Relação entre a população residente e a área total do concelho. Exprime-se, normalmente, em n.º de habitantes por km ² .		

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Crescente (Maior nas freguesias urbanas e menor nas freguesias rurais)
---	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

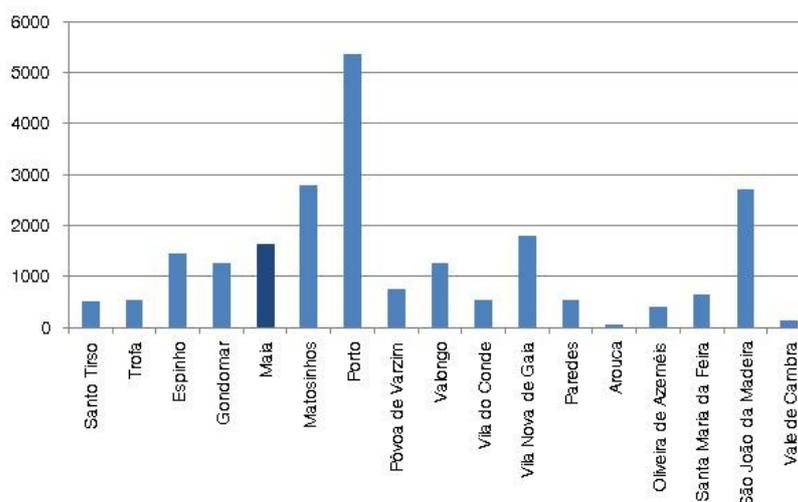
Quadros/Representação Gráfica

Ano	População Residente n.º	Densidade Populacional Hab./km ²
2001	120.111	1.435,02
2008	140.859	1.682,90
2009	143.371	1.712,92
2010	145.791	1.741,83
2011	135.306	1.627,60
2012	136.017	1.638,90
2013	135.924	1.637,80

Densidade Populacional, Maia

Freguesia	N.º/km ²
Águas Santas	3.339,5
Castêlo da Maia	1.009,7
Cidade da Maia	3.872,5
Folgosa	361,2
Milheirós	1.348,7
Moreira	1.486,3
Nogueira e Silva Escura	1.016,4
Pedrouços	4.722,1
São Pedro Fins	390,3
Vila Nova da Telha	990,4
Maia	1.627,6

Densidade Populacional, por freguesia, 2011



Densidade Populacional, AMP, 2013

Análise Sumária

A densidade populacional média do concelho da Maia era, em 2001, de 1435 hab./km². Até ao ano de 2013 a evolução deste indicador tem sido crescente, registando-se, atualmente, uma densidade populacional de cerca de 1638 hab./km². O decréscimo dos valores face a 2009 e 2010 deve-se ao facto de, nestes períodos, se estar a trabalhar com as estimativas da população residente dos Anuários Estatísticos do INE, os quais já se verificaram que estavam sobreavaliados.

À escala infraconcelhia, e reportando ao ano de 2011, para o qual se dispõe de informação desagregada, os valores evidenciavam diferenças significativas, com valores mais elevados nas que apresentam uma maior densidade de funções urbanas, destacando-se a freguesia de Pedrouços, devido à proximidade à conurbação urbana do Porto, e bem ainda a freguesia da Cidade da Maia. Por outro lado, os valores mais reduzidos registam-se nas freguesias que evidenciam características de maior ruralidade (Folgosa, S. Pedro Fins e Vila Nova da Telha).

Tal como em anos anteriores, em 2013, a Maia apresentava uma densidade populacional superior à média da AMP (1.323 hab./km²). No seio da AMP ganha destaque a densidade populacional registada no concelho do Porto (cerca de 5.700 habitante por km²), bem como em São João da Madeira (2.730 hab./km²). Arouca e Vale de Cambra registam os valores mais reduzidos de população por km², com, respetivamente, 66,1 e 151,5 habitantes por km².

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).
 Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
 – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

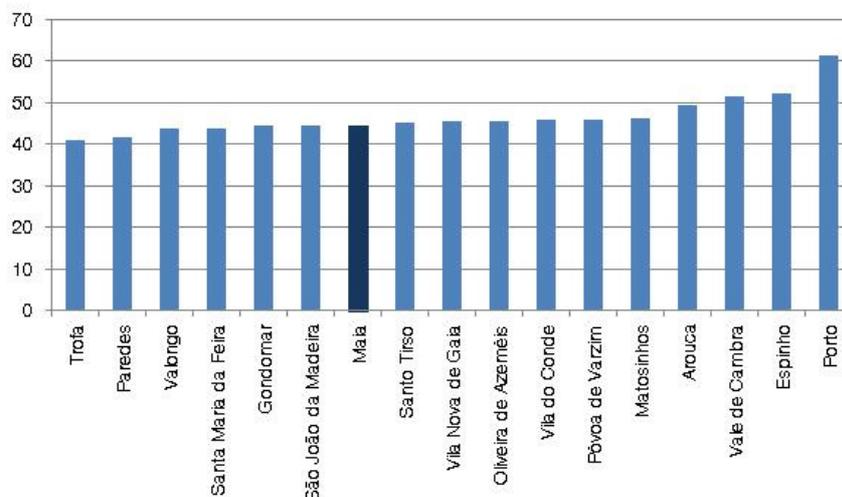
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência
2001	38,8
2008	44,9
2009	45,7
2010	46,7
2011	43,3
2012	43,9
2013	44,6

Índice de Dependência Total, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	43,4
Folgosa	45,5
Milheirós	43,7
Moreira	44,3
São Pedro Fins	46,6
Vila Nova da Telha	44,4
Pedrouços	47,3
Castêlo da Maia	42,5
Cidade da Maia	42,0
Nogueira e Silva Escura	47,1
Total	43,3

Índice de Dependência por freguesia, 2011



Índice de Dependência Total, AMP, 2013

Análise Sumária

Em 2013, correspondia a 44,6% o valor do índice de dependência total da população, verificando-se uma evolução crescente relativamente ao ano de 2001 e de 2011.

Para o concelho da Maia verifica-se, ainda assim, uma estrutura de dependência total inferior comparativamente com a média da AMP, sendo superado pelo índice de dependência registado nos concelhos da Trofa, Paredes, Valongo, St. Maria da Feira, Gondomar e São João da Madeira. O Porto apresentando uma estrutura da população idosa mais elevada, regista, assim, o maior índice de dependência da AMP.

Numa análise à escala infra concelhia, em 2011, Pedrouços e Nogueira e Silva Escura são as freguesias do concelho com o mais elevado índice de dependência, situando-se a freguesia da Cidade da Maia no extremo oposto.

Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)
Descrição/Metodologia Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Exprime-se em percentagem.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Superior à média da AMP.
---	--

Documentos Referência Estratégica Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)	Metas Estratégicas -
--	--------------------------------

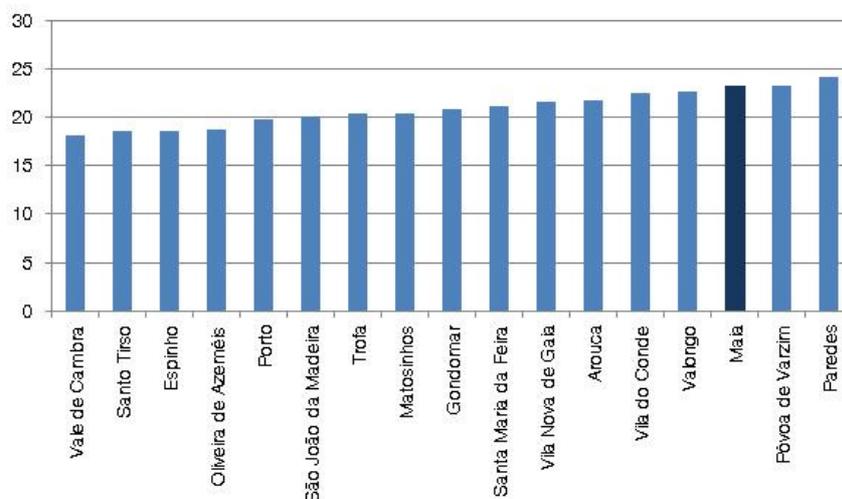
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Jovens
2001	24,2
2008	24,8
2009	24,8
2010	24,8
2011	24,1
2012	23,6
2013	23,2

Índice de Dependência Jovens, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	25,2
Folgosa	23,5
Milheirós	24,6
Moreira	25,5
São Pedro Fins	25,3
Vila Nova da Telha	23,5
Pedrouços	21,3
Castêlo da Maia	23,4
Cidade da Maia	23,2
Nogueira e Silva Escura	28,4
Total	24,1

Índice de Dependência Jovens por freguesia, 2011



Índice de Dependência Jovens, AMP, 2012

Análise Sumária

Na análise do índice de dependência dos jovens observa-se uma tendência crescente no período de 2001 a 2008, tendo o valor estagnado nos anos posteriores (2009 e 2010), mantendo-se em 24,8%, invertendo de 2011 a 2013, em que se regista um valor decrescente, atingindo 23,2 em 2013. Esta situação reflete, atualmente, uma estrutura etária da população jovem, na qual os menores de 25 anos representam quase 23% do total da população, valor claramente superior ao da AMP, e bem ainda, reflexo do valor decrescente verificado ao nível da taxa de natalidade.

No concelho da Maia, em 2013, mantém-se a existência de uma estrutura de dependência da população jovem superior comparativamente com a média da AMP (20,9%, em 2012), sendo inclusive um dos concelhos da AMP com o índice de dependência da população jovem mais elevado, só superado pelos concelhos de Póvoa de varzim e de Paredes.

Na Maia, em 2011, Nogueira e Silva Escura era a freguesia que se destacava com o índice de dependência da população jovem mais elevado. Por outro lado, Pedrouços regista o índice de dependência dos jovens mais reduzido.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.
 Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)
 Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

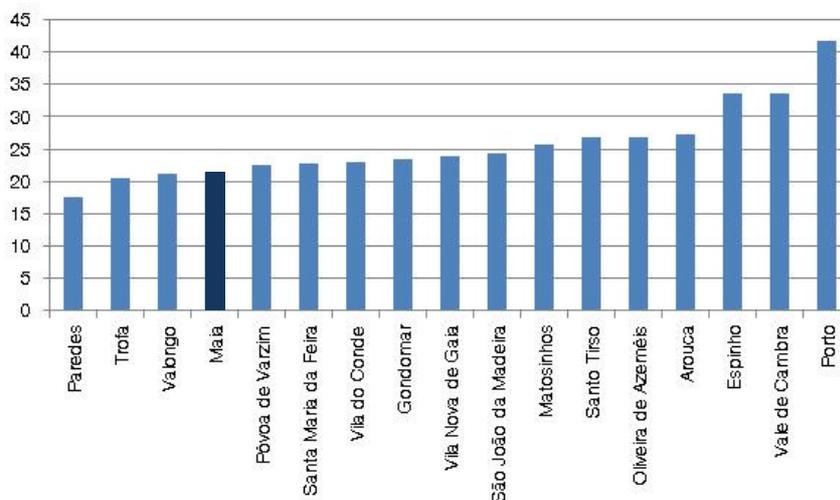
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Idosos
2001	14,6
2008	20,1
2009	20,9
2010	21,9
2011	19,3
2012	20,3
2013	21,4

Índice de Dependência Idosos, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	18,2
Folgosa	22,0
Milheirós	19,1
Moreira	18,8
São Pedro Fins	21,3
Vila Nova da Telha	20,9
Pedrouços	26,0
Castêlo da Maia	18,6
Cidade da Maia	18,9
Nogueira e Silva Escura	18,8
Total	19,3

Índice de Dependência Idosos por Freguesia, 2011



Índice de Dependência Idosos, AMP, 2013

Análise Sumária

Relativamente ao índice de dependência da população idosa, observa-se uma evolução no sentido ascendente, de 2001 até 2010, correspondendo, neste último ano, a 21,9%, na medida que se tem assistido a um crescimento da população nos estratos etários superiores a 65 anos. No entanto, em 2011 o valor decresce passando para 19,3%, ainda assim superior ao valor registado em 2001. Em 2012 e 2013, o valor volta a crescer, sendo de 20,3% e de 21,4%, respetivamente.

No concelho da Maia registou-se, em 2013, uma estrutura de dependência da população idosa inferior comparativamente com a média da AMP (25,7%, em 2012).

Numa análise por freguesia, em 2011, Pedrouços era a freguesia que apresentava o maior índice de dependência da população idosa, enquanto Águas Santas registava o índice mais reduzido.

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

No documento referido a estratégia definida, face ao progressivo envelhecimento da população, é o de criar condições para um envelhecimento ativo.

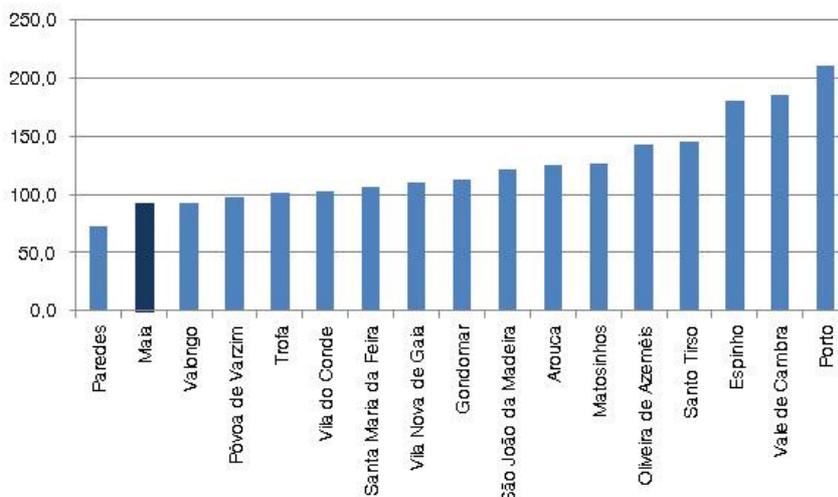
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Envelhecimento
2001	60,4
2008	81,0
2009	84,3
2010	88,2
2011	80,0
2012	86,1
2013	92,3

Índice de Envelhecimento, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	72,1
Folgosa	93,7
Milheirós	77,6
Moreira	73,9
São Pedro Fins	84,2
Vila Nova da Telha	88,9
Pedrouços	121,8
Castêlo da Maia	79,5
Cidade da Maia	82,5
Nogueira e Silva Escura	66,3
Total	80,0

Índice de Envelhecimento, por freguesia, 2011



Índice de Envelhecimento, AMP, 2013

Análise Sumária

O crescimento da população nas camadas com mais de 65 anos na estrutura etária do concelho tem reflexos na evolução do índice de envelhecimento. Assim, em 2013, o concelho da Maia, registava já cerca de 92 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, ou seja, um índice significativamente superior aos dados de referência aquando da revisão do PDM (em 2001 era de 60,4%), bem como ao registado em 2011 (80,0%).

Ainda que acompanhe as tendências demográficas atuais, o índice de envelhecimento é inferior à média da AMP (125%, em 2013), sendo o 2.º concelho da AMP com o índice mais reduzido.

Embora o envelhecimento da população resulte quer de uma melhoria nos cuidados de saúde quer de uma diminuição da taxa de natalidade, este último sobretudo fruto das mulheres serem cada vez mais instruídas e terem um papel cada vez mais ativo no mercado de trabalho, que faz com que adiem o nascimento do primeiro filho, o mesmo tem implicações ao nível do aumento dos custos do sistema de saúde e da segurança social.

Ao nível das freguesias da Maia, em 2011, Pedrouços apresentava elevados índices de envelhecimento, estando, inclusive, acima da média dos índices registados ao nível da AMP. Nogueira e Silva Escura, com um índice de envelhecimento de 66,3%, é a freguesia menos envelhecida do concelho.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008, 2009, 2010 e 2011)

Descrição/Metodologia

N.º de empresas por sede de município e por setor de atividade

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

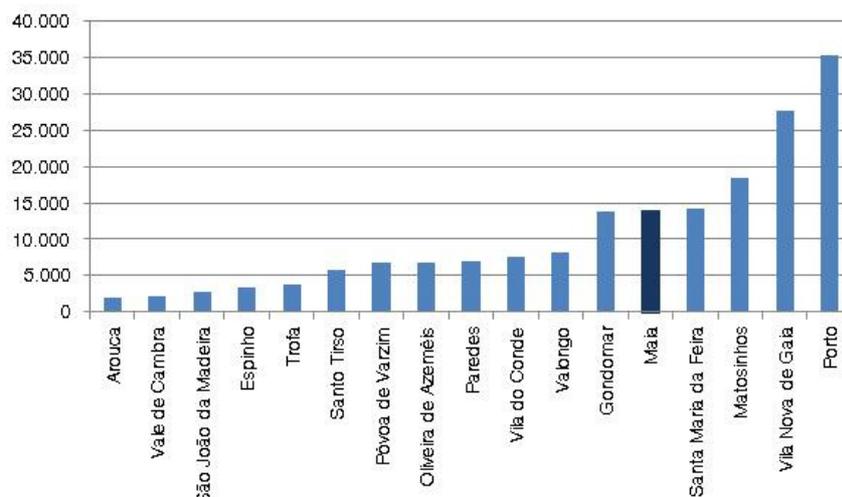
Metas Estratégicas

-

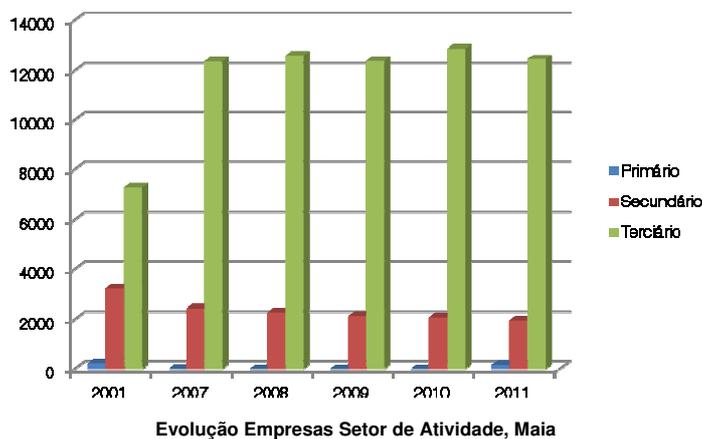
Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2004-2012
Santo Tirso	5.775	5.944	6.069	6.330	6.514	6.273	6.126	5.972	5.752	-0,4
Trofa	3.772	3.913	3.902	4.106	4.269	4.101	3.952	3.871	3.802	0,8
Espinho	3.453	3.553	3.652	3.826	3.946	3.774	3.455	3.390	3.287	-4,8
Gondomar	14.247	14.704	15.076	15.928	16.289	15.598	14.873	14.484	13.829	-2,9
Maia	13.783	14.483	14.924	15.710	16.162	15.747	15.120	14.589	13.995	1,5
Matosinhos	18.178	19.289	19.645	20.634	20.999	20.442	19.612	19.064	18.417	1,3
Porto	35.978	37.221	37.529	39.439	40.588	39.553	37.686	36.628	35.323	-1,8
Póvoa de Varzim	6.589	6.829	6.927	7.344	7.465	7.278	7.070	6.951	6.708	1,8
Valongo	8.464	8.814	8.906	9.384	9.760	9.397	8.948	8.671	8.240	-2,6
Vila do Conde	7.480	7.691	7.765	7.980	8.085	8.002	7.877	7.799	7.580	1,3
Vila Nova de Gaia	27.501	28.880	29.760	31.352	32.434	31.483	30.032	28.897	27.708	0,8
Paredes	7.079	7.313	7.397	7.632	7.767	7.567	7.334	7.161	6.894	-2,6
Arouca	1.876	1.958	1.953	2.064	2.188	2.153	2.129	2.104	2.062	9,9
Oliveira de Azeméis	6.797	6.973	7.000	7.351	7.438	7.241	7.019	6.956	6.783	-0,2
Santa Maria da Feira	14.197	14.598	14.829	15.413	15.578	15.061	14.661	14.537	14.141	-0,4
São João da Madeira	2.897	2.972	2.970	3.181	3.132	3.068	3.000	2.974	2.839	-2,0
Vale de Cambra	2.152	2.221	2.228	2.315	2.358	2.293	2.240	2.177	2.085	-3,1
AMP	180.218	187.356	190.532	199.989	204.972	199.031	191.134	186.225	179.445	-0,4

Evolução N.º Empresas AMP



N.º de Empresas, AMP, 2012



Análise Sumária

A estrutura e a dinâmica económica de um concelho constituem um indicador de importância fundamental para a definição de estratégias de desenvolvimento municipal. No que concerne à estrutura empresarial do concelho da Maia, em 2011, contabilizou-se um total de 14.589 empresas, com um crescimento de cerca de 35,7% relativamente ao ano de 2001, em que o número total de empresas era de 10 748, verificado, sobretudo, no setor terciário, em detrimento dos restantes setores de atividade.

Assim, em 2011, constata-se que o setor terciário mantém a sua posição dominante, concentrando 85 % das empresas sediadas no concelho da Maia, com um crescimento acentuado do peso relativo face a 2001, período em que era de 67,9%. O setor secundário representa cerca de 14,42% das empresas e o setor primário continua a deter um valor meramente residual, correspondendo a 0,01% do total de empresas do concelho.

A Maia acompanha a tendência verificada nos demais concelhos do Grande Porto, em que o setor terciário se assume como preponderante e o primário com um valor bastante residual.

A Maia contribui com cerca de 10% das empresas sediadas na AMP, sendo, no entanto, o peso relativo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia, Matosinhos e Santa Maria da Feira.

No que diz respeito à variação do número de empresas, no período de 2004 a 2011, no total da AMP verificou-se uma variação positiva, com um crescimento de cerca de 3,3%, sendo esse crescimento mais significativo no concelho de Arouca (12,2%) e no concelho da Maia (5,8%). Apenas o concelho de Espinho viu decrescer o valor total de empresas.

Em 2012, o número de empresas registadas na Maia foi de 13.992, decrescendo face a 2011, mas ainda assim com uma variação positiva quando comparado com 2004.

A evolução positiva dos dados das empresas face ao valor de referência do PDM (quer o de 2001, quer os dados das empresas de 2008) vai ao encontro ao objetivo definido para o presente indicador de crescimento do n.º de empresas.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de sociedades por município de sede e por setor de atividade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

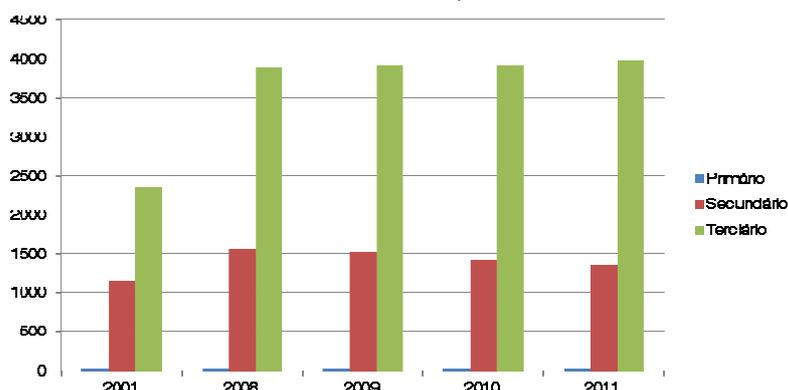
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	Variação 2008-2011
Santo Tirso	2.064	2.005	2.034	2.043	-1,02
Trofa	1.561	1.508	1.521	1.541	-1,28
Espinho	1.038	1.017	970	974	-6,17
Gondomar	3.922	3.875	3.872	3.892	-0,76
Maia	5.355	5.345	5.394	5.377	0,41
Matosinhos	6.503	6.523	6.587	6.589	1,32
Porto	15.358	15.286	15.499	15.603	1,60
Póvoa de Varzim	2.109	2.120	2.216	2.277	7,97
Valongo	2.492	2.496	2.488	2.511	0,76
Vila do Conde	2.211	2.257	2.427	2.501	13,12
Vila Nova de Gaia	8.672	8.661	8.745	8.773	1,16
Paredes	2.175	2.145	2.176	2.219	2,02
Arouca	579	587	666	669	15,54
Oliveira de Azeméis	2.157	2.133	2.156	2.150	-0,32
Santa Maria da Feira	4.657	4.618	4.689	4.796	2,98
São João da Madeira	1.229	1.224	1.203	1.220	-0,73
Vale de Cambra	670	676	673	685	2,24
AMP	62.752	62.476	63.316	63.820	1,70

N.º de Sociedades, AMP



Evolução Sociedades por Setor de Atividade, Maia

Análise Sumária

Em 2012 estavam sedeadas no concelho da Maia 5.377 empresas registadas como sociedades (comerciais e civis), representando um crescimento de cerca de 52% relativamente ao ano de 2001, refletindo um crescimento absoluto nas sociedades, quer do setor secundário quer do setor terciário e um decréscimo nas sociedades do setor primário. Assim, as sociedades no setor terciário passam agora a representar cerca de 74,39% do total de sociedades sediadas no concelho, crescendo face a 2001 em que o valor era de 66,9%. No entanto, as sociedades do setor secundário representam agora 25,18%, menos que em 2001 (32,7%). Face a 2008, também se regista um crescimento positivo (0,41%).

O crescimento positivo do número de sociedades existentes no concelho contribui para o cumprimento do objetivo definido de evolução positiva do presente indicador.

Tal como verificado ao nível do peso relativo das empresas no contexto da AMP, as sociedades existentes na Maia representam cerca de 8% do total de sociedades do espaço geográfico de nível superior em que se insere, só sendo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia e Matosinhos.

Embora se assista a uma terciarização das sociedades, deve-se referir que a percentagem de sociedades na Maia no setor secundário é superior ao total de sociedades neste setor na globalidade das existentes no Grande Porto, verificando-se situação inversa quando se analisa as sociedades que integram o setor terciário.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Recenseamento Geral da População – 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011; Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009, 2010, 2012)

Descrição/Metodologia

Distribuição da população ativa por sectores de atividade económica (primário, secundário e terciário). Segundo o INE a população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
 Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
 FA População

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

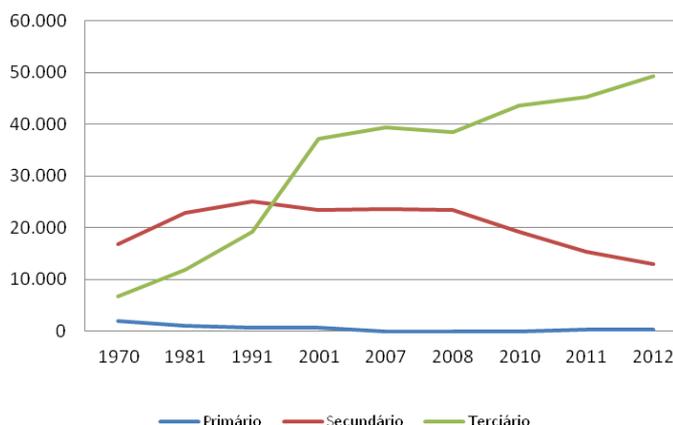
Metas Estratégicas

-

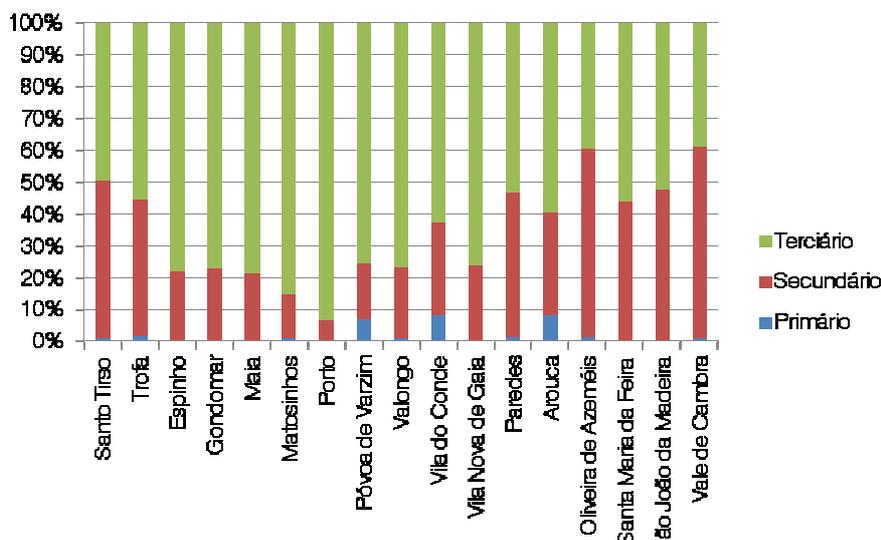
Quadros/Representação Gráfica

Setor Atividade	1970	1981	1991	2001	2007	2008	2010	2011	2012
Primário	1.985	1.148	754	599	372	273
Secundário	16.750	22.933	25.135	23.340	23.612	23.413	19.239	15.444	12.937
Terciário	6.735	11.928	19.264	37.184	39.319	38.448	43.552	45.236	49.359
Total	25.470	36.009	45.153	61.123	62.931	61.861	63.556	61.052	62.569

População Ativa por Sector de Atividade, Maia



Evolução da População Ativa por Setor de Atividade, Maia



População Ativa por Setor de Atividade, AMP, 2012

Análise Sumária

O município da Maia registava, em 2001, 22.967 residentes ativos no sector Secundário (38,0%) e 36.900 no sector Terciário (61,1%), numa clara inversão dos valores registados em 1991 – 55,7% no setor Secundário e 42,7% no setor Terciário. Por sua vez, o número de residentes ativos no sector Primário traduzia-se, em 2001, em 571 indivíduos (0,9%), contra os 754 indivíduos (1,7%) registados em 1991.

De acordo com os dados do último recenseamento geral da população, em 2011, registaram-se 372 residentes ativos no sector primário (0,6%), 15.444 no secundário (25,3%) e 45.236 no terciário (74,1%), mantendo-se a tendência dos últimos anos de diminuição da população nos sectores primário e secundário e o reforço do sector terciário.

Quando analisada a distribuição da população ativa por setor de atividade no seio dos concelhos que constituem a AMP, observa-se que o setor primário apenas assumia significado nos concelhos de Arouca, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, com 6,6%, com 8,3% e 7,5%, respetivamente.

O setor secundário assume maior preponderância nos concelhos de Trofa e Santo Tirso, enquanto o setor terciário é claramente mais expressivo no concelho do Porto, seguindo-se o de Matosinhos, Gondomar e Maia.

No cômputo da AMP, o setor terciário, com cerca de 67% da população ativa, é decisivo na estrutura económica da região.

Considerando para 2012 os dados da população empregada nos estabelecimentos por setor de atividade, dos anuários estatísticos, uma vez que a população ativa por setor de atividade apenas é avaliada de 10 em 10 anos, com o recenseamento geral da população, observa-se que se mantém a tendência de dominância do setor terciário (78,895), seguida do secundário (20,68%) e o primário com o valor residual de 0,44%.

Esta situação é análoga à registada nos demais concelhos da AMP, com exceção do Santo Tirso, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, em que o setor secundário ainda é o mais significativo.

**Tema**

Sócio economia
Unidade Análise
N.º

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008, 2009, 2010 e 2011)

Descrição/ Metodologia

Número de postos de trabalho existentes no concelho por cada 1000 habitantes.

Posto Trabalho - Conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas e inseridas numa dada unidade organizacional, as quais, em determinado momento, não podem ser exercidas por mais de uma pessoa (conceito INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

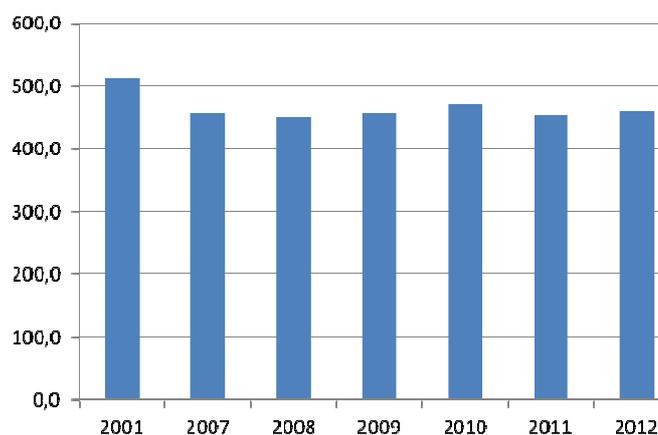
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	Posto de Trabalho	População Residente	Postos Trabalho/ 1.000 hab.
	2012	2012	2012
Santo Tirso	22.726	70.996	320,1
Trofa	16.870	38.843	434,3
Espinho	7.913	30.929	255,8
Gondomar	32.680	168.016	194,5
Maia	62.569	136.017	460,0
Matosinhos	70.670	175.321	403,1
Porto	135.281	227.535	594,6
Póvoa de Varzim	19.997	63.282	316,0
Valongo	21.497	94.884	226,6
Vila do Conde	26.864	79.808	336,6
Vila Nova de Gaia	85.743	303.149	282,8
Paredes	23.800	87.020	273,5
Arouca	6.280	22.002	285,4
Oliveira de Azeméis	27.644	68.186	405,4
Santa Maria da Feira	47.784	140.066	341,2
São João da Madeira	14.886	21.685	686,5
Vale de Cambra	8.308	22.558	368,3
AMP	631.512	1.750.297	360,8

Postos Trabalhos por 1.000 Habitantes, AMP



Evolução Postos Trabalho 1.000 habitantes, Maia

Análise Sumária

Na Maia, em 2001, verificava-se a existência de cerca de 512 postos de trabalho por cada 1.000 habitantes, valor substancialmente superior ao observado nos anos seguintes, sendo que em 2012 se registaram cerca de 460 postos de trabalho por cada 1.000 habitantes do concelho, com um ligeiro acréscimo face a 2011.

Em 2012, no conjunto de concelhos do Grande Porto registava-se uma média de 360 postos de trabalho por cada 1.000 habitantes. O concelho da Maia apresenta um rácio consideravelmente superior à média da AMP, só sendo superado pelos concelhos do Porto e de São João da Madeira.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010, Mov. Pendulares e Organização do território Metropolitano: AML e AMP, 1991/2001)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de postos de trabalho existentes nos estabelecimentos localizados na Maia durante um determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Valor Positivo

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

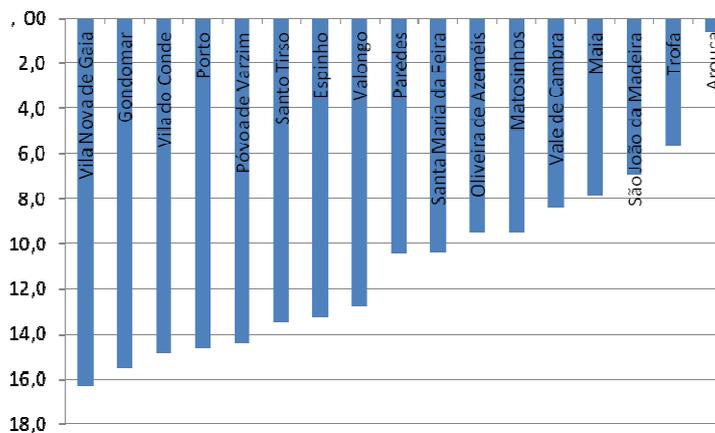
As metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Postos Trabalho	Taxa Crescimento Emprego
2001	61.500	-
2008	67.932	10,45
2009	72.605	6,88
2010	69.292	-4,56
2011	68.511	-1,13
2012	62.569	-8,67

Taxa Crescimento Emprego, Maia



Taxa Crescimento Emprego 2008-2012, AMP

Análise Sumária

Em 2012, a Maia assegurava 62.569 postos de trabalho, a que corresponde um decréscimo de cerca de 8,7%, face a 2011, correspondente ao decréscimo mais significativo dos anos anteriores, muito fruto da redução do número de empresas e com consequência ao nível do crescimento progressivo da taxa de desemprego, tendência que é generalizada ao nível de todos os municípios de Portugal.

Apesar do exposto, importa salientar que, de 2008 para 2009, a Maia registou uma taxa de crescimento do emprego positiva (6,8%), começando a decrescer a partir deste período.

No período de 2008 a 2012 observou-se uma diminuição dos postos de trabalho em todos os municípios da AMP, sendo menos significativo em Arouca, Trofa, São João da Madeira e na Maia.

¹ - Em 2014, na contabilização dos postos de trabalho considerou-se o pessoal empregado nos estabelecimentos/empresas localizados na Maia, e não apenas e dos estabelecimentos/empresas com sede na Maia, pelo que, os valores se assumem diferentes dos apresentados em relatórios anteriores.

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Sócio economia	Estrutura Económica	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
%	Anual	INE - Recenseamento Geral da População, 1991, 2001 e 2011

Descrição/ Metodologia

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa

$T.D. (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População ativa}) \times 100$

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA_População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008

Plano Nacional de Emprego 2005-2008

Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013

Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

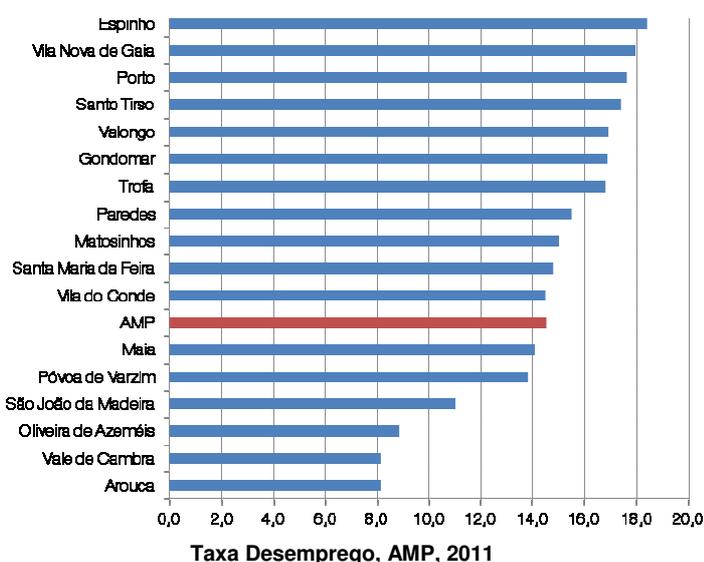
Metas Estratégicas

As metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010;

O **Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008** estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	Taxa Desemprego		
	1991	2001	2011
Águas Santas	6	7,2	15,0
Castêlo da Maia	3,5	5,5	14,9
Cidade da Maia	4,3	6,6	13,6
Folgosa	4,4	5,8	14,2
Milheirós	2,5	6,3	13,9
Moreira	5,2	7,3	13,1
Nogueira e Silva Escura	3,6	5,2	14,0
Pedrouços	6,1	8,0	16,0
São Pedro Fins	4,9	4,6	14,1
Vila Nova da Telha	4,1	6,9	12,0
Concelho	4,7	6,7	14,1

Taxa Desemprego, Maia

Análise Sumária

Em 2011, a Maia apresentava uma taxa de desemprego que abrangia 14,1% da população residente no concelho, valor superior ao observado nos recenseamentos de 2001 e 1991, que registaram 6,7 e 4,7, respetivamente. Esta situação é claramente reflexo das condições económicas que o país vive atualmente, com a diminuição do número de empresas e consequentemente diminuição dos postos de trabalho disponíveis.

Ainda assim, apresenta-se na AMP como o concelho com um dos valores mais reduzidos e abaixo da média da AMP (14,5%).

Numa análise pelas freguesias, Pedrouços e Águas Santas são as que apresentam os valores mais elevados de desemprego, 16% e 15%, respetivamente. Pelo contrário, Vila Nova da Telha destaca-se como a freguesia com a menor taxa (12%).

**Tema**

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Descrição/ Metodologia

Número total de população inscrita, em determinada data, no Centro de Emprego do concelho da Maia.
No cálculo anual deste indicador efetuar-se-á a média de todos os meses.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

As metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

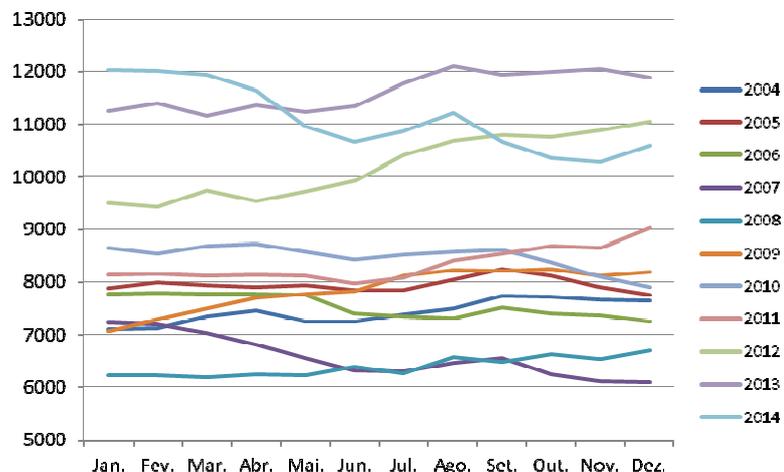
- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

O **Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008** estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Média Mensal
2003	6.222
2004	7.426
2005	7.945
2006	7.534
2007	6.572
2008	6.382
2009	7.850
2010	8.471
2011	8.335
2012	10.196
2013	11.617
2014	11.091



Evolução População inscrita Centro de Emprego, Maia

Análise Sumária

A média mensal da população inscrita no Centro de Emprego da Maia, em 2014, foi de 11.091 indivíduos.

Quando analisada a evolução, entre 2003 e 2014, verifica-se que a mesma não tem sido constante, observando-se oscilações, com um crescimento significativo de 2003 para 2004, momento a partir do qual começa a decrescer até 2008, período em que se retoma a tendência crescente. Ainda que pouco significativo, em 2011 existe uma diminuição da população inscrita no centro de emprego face à média de 2010, retomando em 2012 e 2013 uma tendência claramente ascendente. Já em 2014, observa-se um ligeiro decréscimo face a 2013. De 2003 para 2014, a média mensal de população inscrita no Centro de Emprego quase que duplicou.

A evolução da população inscrita no centro de emprego por cada mês não se apresenta constante, o que não reflete a existência de períodos sazonais, com forte significado no aumento ou redução da população inscrita nos centros de desemprego. No entanto, tanto em 2012 como em 2013 verifica-se uma tendência de evolução positiva ao longo dos meses, com o mês de dezembro e novembro, respetivamente, a atingirem o valor mais significativo. Pelo contrário, em 2014, no 1.º trimestre observam-se valores mais elevados, decrescendo ao longo dos restantes trimestres.

Tema Sócio economia Unidade Análise N.º	Subtema Estrutura Económica Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Estado Fonte INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010)
--	--	--

Descrição/Metodologia

N.º de camas disponíveis por unidade de alojamento (hotéis e pensões)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

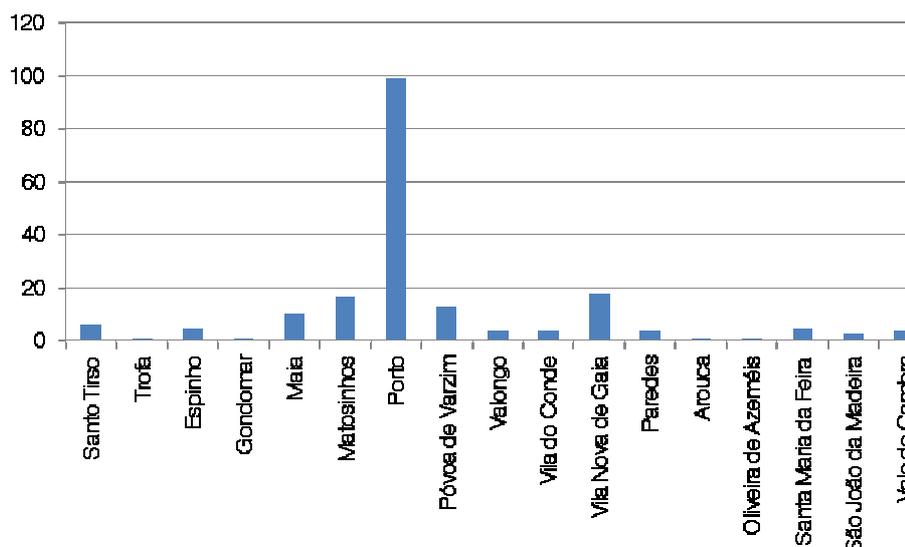
Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:
 - Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
 - Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
 - Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Tipologia	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Unidades	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas
Hotel	5	529	5	378	5	462	5	462	6	622	6	622
Pensão	6	245	6	234	5	230	4	196	4	203	4	203
Outros	1	12	1	13	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	786	12	625	10	692	9	658	10	825	10	825

Número e Capacidade de Alojamento em Hotéis



Número de estabelecimentos de alojamento, AMP, 2013

Análise Sumária

Tanto em 2008 como em 2009, existiam no concelho da Maia 5 unidades hoteleiras, 6 pensões e um estabelecimento inserido na categoria de outros, totalizando 12 estabelecimentos hoteleiros. Já em 2010, e de acordo com os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Norte, do INE, observa-se um decréscimo do número de unidades hoteleiras do concelho, nomeadamente ao nível das unidades inseridas na tipologia de Pensão e de outros, passando agora a totalizar 10 unidades hoteleiras. Em 2011, e segundo os dados apurados pelo INE no respetivo Anuário Estatístico da Região Norte, contabilizaram-se apenas 9 estabelecimentos hoteleiros. Tanto em 2012 como em 2013, retoma-se a existência de um total de 10 estabelecimentos hoteleiros, dos quais 6 hotéis e 4 pensões.

No que diz respeito ao número de camas em 2008 existiam 786, sendo que, em 2012, o valor ascendeu para as 825 camas, mantendo-se em 2013.

Assim, segundo os dados recolhidos no anuário estatístico da região Norte para os anos em referência, embora se verifique um decréscimo do n.º de estabelecimentos de alojamento, assiste-se, contudo, a uma evolução do número total de camas disponibilizadas, assumindo-se como positiva a evolução do presente indicador.

No contexto da AMP, em 2013, existia um total de 199 unidades hoteleiras, com uma localização muito centrada no concelho do Porto (99 unidades), seguindo-se os concelhos da primeira coroa periférica do Porto (Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia), com exceção de Póvoa de Varzim que também apresenta um número considerável de estabelecimento hoteleiros (13), fruto da apetência turística ligada à praia que desde sempre assumiu.

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

N.º de quartos e camas disponíveis por unidade de turismo rural e/ou habitação

Subtema

Estrutura Económica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte<http://turismo.maiadigital.pt/>**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas EstratégicasO **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Alojamento Turismo Rural		
	n.º unidades	n.º quartos	n.º camas
2001	2	8	14
2008	2	8	14
2009	2	8	15
2010	2	8	15
2011	2	8	15
2012	2	8	15
2013	2	8	15
2014	2	8	15

Evolução Turismo Rural, Maia

Análise Sumária

Quanto à capacidade de alojamento em unidades de turismo rural, nos anos em análise existiam dois espaços de turismo rural, mais concretamente a Quinta da Granja, que dispõe de 4 quartos/9camas e de 1 apartamento, e a Casa da Eira, que dispõe de 3 apartamentos/5 camas, registando-se, assim, um total de 4 quartos e 4 apartamentos de turismo rural no concelho.

No período em referência não se verifica uma evolução no número de alojamentos em turismo rural no concelho da Maia, apenas se salientando a melhoria da oferta em termos de n.º de camas disponíveis, pelo que, se considera a evolução como positiva.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009, 2011 e 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:
- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Dormidas	Evolução
2000	37.392	-
2008	79.268	112,0
2009	66.928	-18,4
2010	70.456	5,0
2011	63.302	-11,3
2012	70.661	11,6
2013	84.630	19,8

N.º Dormidas, Maia

Concelho	Dormidas	
	N.º	%
Santo Tirso	46.740	1,4
Trofa	9.037	0,3
Espinho	69.591	2,1
Gondomar
Maia	84.630	2,6
Matosinhos	259.602	7,9
Porto	2.012.153	61,5
Póvoa de Varzim	139.184	4,3
Valongo	53.520	1,6
Vila do Conde	46.081	1,4
Vila Nova de Gaia	435.438	13,3
Paredes	26.234	0,8
Arouca
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	48.376	1,5
São João da Madeira	32.717	1,0
Vale de Cambra	7.126	0,2
AMP	3.270.429	100,0

... - sem informação disponível
N.º Dormidas, AMP, 2013

Análise Sumária

Em 2013, registou-se um total de 84.630 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, observando-se assim um crescimento de 19,8% face a 2012, mantendo-se a tendência crescente que já se vinha registado desde 2012, o que contraria a evolução tendencialmente decrescente observada nos anos transatos.

Atualmente, a Maia apresenta um total de dormidas superior ao observado em 2008 (79.268), consolidando a evolução positiva do presente indicador.

Ao nível da AMP, o Porto continua a ser o concelho que lidera o n.º de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, concentrando mais de 60% do número de dormidas, destacando-se como a grande atração turística da Área Metropolitana do Porto. Seguem-se os concelhos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos. Importa também destacar a dinâmica turística associada a concelhos do litoral, como Póvoa de Varzim e Espinho.

No que diz respeito ao peso das dormidas no concelho da Maia face ao total de dormidas no conjunto dos concelhos da AMP verifica-se que em 2013 correspondeu a 2,6%.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009, 2011 e 2011)

Descrição/ Metodologia

Número médio de noites que os hóspedes ficam nos estabelecimentos hoteleiros.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

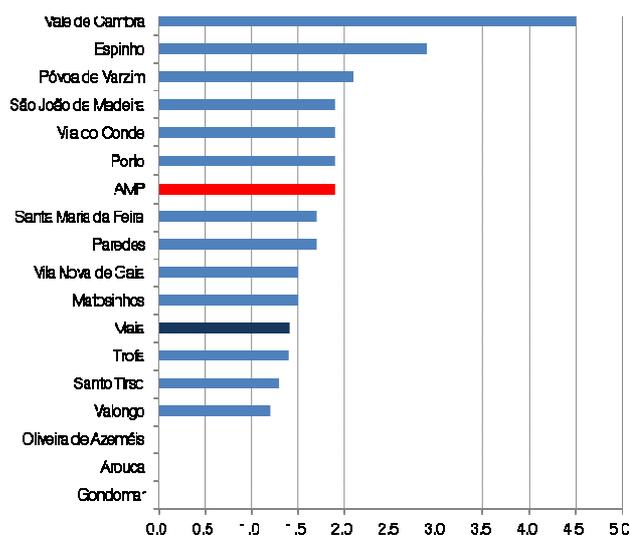
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

Objetivo global é aumentar a taxa de ocupação de camas e atenuar a sazonalidade (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia)

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Santo Tirso	1,6	2,4	1,3	1,3	1,4	1,3
Trofa	...	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
Espinho	3,1	3,4	3,2	2,9
Gondomar	...	1,7
Maia	1,7	1,5	1,6	1,4	1,4	1,4
Matosinhos	1,5	2,1	1,5	1,4	1,4	1,5
Porto	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9
Póvoa de Varzim	2,0	2,4	2,0	2,0	2,1	2,1
Valongo	1,2
Vila do Conde	2,0	2,2	1,9	1,8	1,9	1,9
Vila Nova de Gaia	1,5	2,0	1,6	1,6	1,6	1,5
Paredes	2,1	1,6	1,5	1,6	1,7	1,7
Arouca
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	2,1	2,2	1,6	1,7	...	1,7
São João da Madeira	2,3	2,3	...	1,8	1,9	1,9
Vale de Cambra	...	3,0	3,9	3,3	4,0	4,5
AMP	2,0	2,1	1,8	1,9	2,0	1,9

**Análise Sumária**

Entre 2011 e 2013, a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros do concelho (hotéis, pensões e outros) foi de 1,4 noites, decrescendo em relação aos anos transatos analisados.

Na Maia, a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros fica ligeiramente abaixo da média da AMP, que em 2013 era de 1,9 noites.

Embora em termos de número absoluto de dormidas o concelho de Vale de Cambra e de Espinho não apresentem um valor significativo face aos demais concelhos da AMP, os mesmos ganham destaque quando se analisa a componente da estadia média nos estabelecimentos hoteleiros. Com uma média de 4,5 e 2,9 noites (2013), respetivamente, Vale de Cambra e Espinho, encontram-se claramente acima da média da AMP. Como principais polos turísticos seguem-se Póvoa de Varzim, São João da Madeira, Vila do Conde e Porto.

Quando comparado com os demais concelhos da AMP, observa-se que, em 2013, a Maia era um dos concelhos onde se registava uma menor estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, consentâneo com a escassez de polos de atratividade turística, beneficiando, porém, da componente turismo de negócios, fruto também da localização no concelho do Aeroporto e das significativas áreas de acolhimento empresarial, facto que nos parece deva ser explorado e potenciado.

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes

N.º 22

Tendência ▲

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Sócio economia	Estrutura Económica	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009, 2011 e 2011)

Descrição/Metodologia

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros / população residente * 100

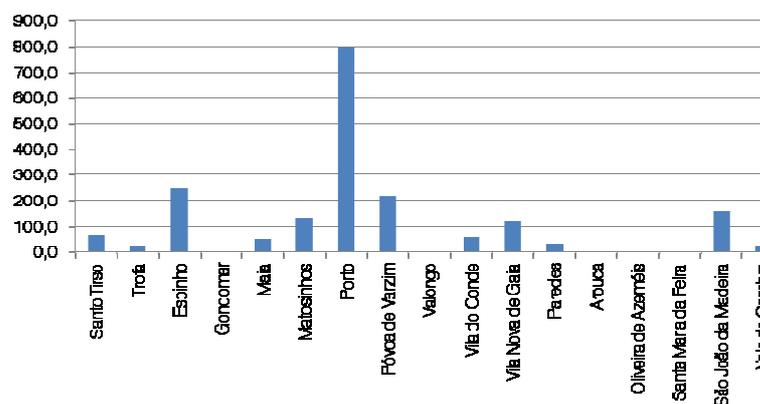
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.	Crescente

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015	-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	2012
Santo Tirso	51,0	82,7	79,6	70,8	66,9
Trofa	...	40,8	37,8	30,7	22,2
Espinho	307,2	273,0	248,1
Gondomar	...	2,7
Maia	56,3	46,7	48,3	46,8	52,0
Matosinhos	96,5	116,0	136,3	134,9	133,1
Porto	700,3	692,1	825,7	754,2	797,7
Póvoa de Varzim	235,8	237,7	216,7	228,3	219,1
Valongo
Vila do Conde	44,3	47,5	63,4	60,6	58,9
Vila Nova de Gaia	119,4	122,0	111,9	124,6	117,8
Paredes	23,7	14,5	13,1	32,4	30,8
Arouca
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	31,7	31,1	29,5	28,9	...
São João da Madeira	34,9	152,3	...	157,9	157,2
Vale de Cambra	...	16,5	18,3	21,8	26,9
AMP	154,7	123,3	143,7	151,1	160,9

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab., AMP



N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab., 2012

Análise Sumária

Em 2012, o total de 70.661 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, correspondeu a uma média de 52 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 habitantes, decrescendo face a 2008 em que o n.º de dormidas por cada 100 habitantes foi de 56,3. No entanto, quando comparado com o período de 2009 a 2011 a evolução foi positiva.

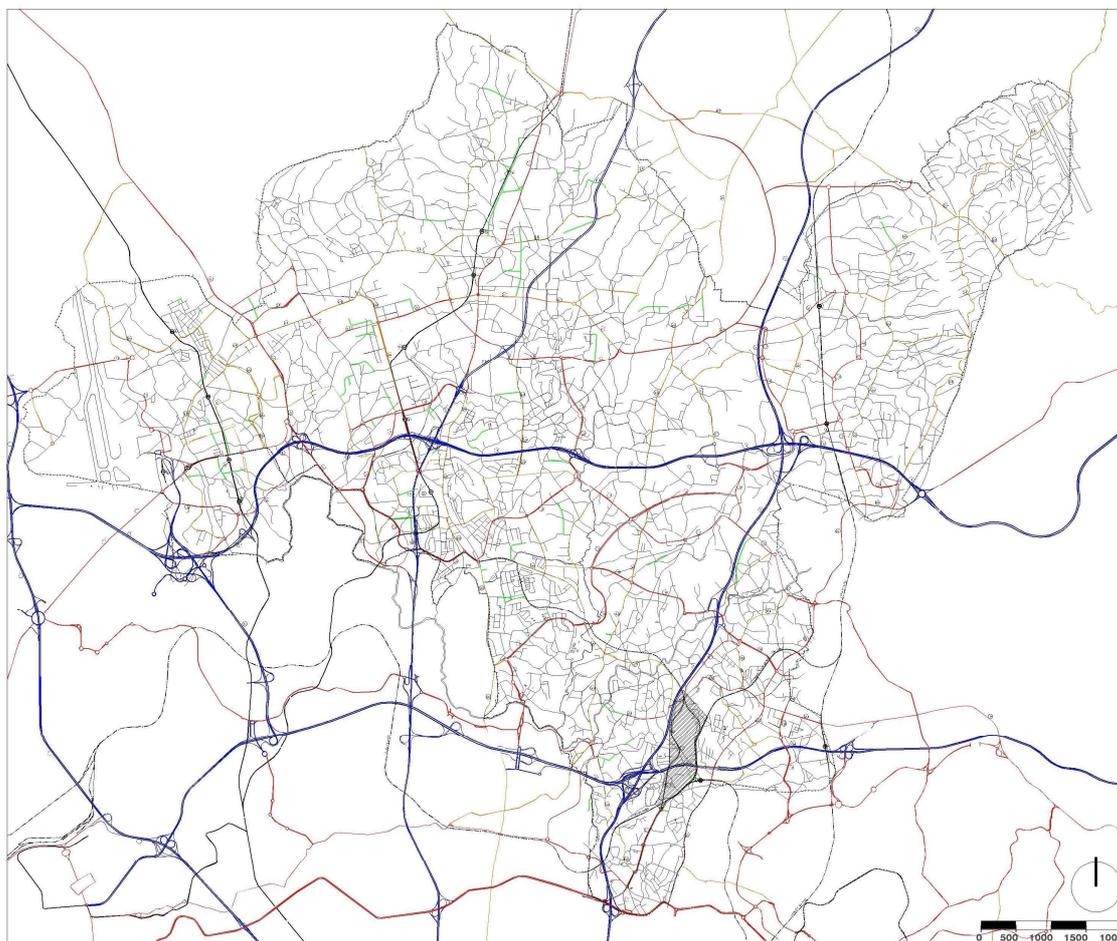
Porto, Espinho e Póvoa de Varzim continuam a ser os únicos concelhos da AMP que, em 2012, apresentavam um número de dormidas por cada 100 habitantes superior à média da unidade territorial em que se inserem. Importa referir que a Maia é o 4.º concelho da AMP que apresenta o valor mais reduzido de dormidas por cada 100 habitantes.

Analisando a evolução de 2010 para 2011, verifica-se que a média de dormidas por cada 100 habitantes na AMP evoluiu favoravelmente, para o que contribuíram apenas os concelhos de Maia, Porto e Vale de Cambra. Nos demais concelhos a evolução foi negativa.



23. Rede de Infraestruturas
24. Rede Viária Construída
25. Rede Viária Conservada/Requalificada
26. N.º de Entradas/N.º de saídas
27. Taxa Bruta de Atração
28. Taxa Bruta de Repulsão
29. Índice de Polarização
30. Acidentes Rodoviários
31. N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários
32. N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários
33. Índice de Gravidade
34. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Aeroporto
35. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte -
Comboio
36. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Metro do Porto
37. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte -
STCP
38. Extensão Rede do Metro
39. Extensão Corredores BUS
40. Interfaces de Passageiros
41. Extensão Ecopistas
42. Extensão Ruas Pedonais
43. Área Pedonal Exclusiva ou partilhada por 1000
habitantes
44. Índice de Ruas Pedonais

Rede de Infraestruturas		N.º 23	Tendência -
Tema	Subtema	Modelo DPSIR	
Mobilidade	Infraestruturas	Estado	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte	
N.º	Anual	www.cp.pt, www.metrodoporto.pt, www.inir.pt, CM Maia	
Descrição/Metodologia			
N.º de infraestruturas aeroportuárias, ferroviárias, metropolitanas e da rede viária nacional existentes no concelho.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município	
<p>Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central,(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas</p>		<p>Não definido</p>	
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas	
<p>Política Comum de Transportes da União Europeia Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário nacional (MOPTC, 2006)</p>		<p>O Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 refere que o AIFSC deverá posicionar-se como o aeroporto líder do Noroeste Peninsular, captando tráfegos com origem ou destino da Região Norte e da Galiza, atingindo níveis de serviço aos clientes alinhados com os melhores padrões europeus, quanto aos Aeródromos importa assegurar que as infraestruturas e serviços tenham as características adequadas às funções que desempenham, garantindo os requisitos mínimos de funcionamento. Define como objetivo operacional - Ligações ferroviárias de Portugal com a Espanha e a Europa reforçadas em volume de mercadorias e de passageiros Define como uma ação para a Área Metropolitana do Porto ao nível do transporte rodoviário a construção da Variante da Trofa para melhorar as condições operacionais da Linha do Minho. O Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 refere a necessidade de definição de uma estratégia de crescimento de longo prazo, reconhecendo a importância do transporte aéreo e do sistema aeroportuário no desenvolvimento económico do País. Definiu um grupo de trabalho para a reformulação da rede de transportes do Porto, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, que cumpra os seguintes objetivos: Complementaridade entre Metro do Porto, STCP e outros operadores; Dimensionamento da rede em função dos atuais e futuros fluxos origem/destino; Reestruturação do modelo de exploração do Metro do Porto, adequando a oferta ao nível de procura existente e potencial; Aumento de velocidade comercial da STCP; Não concorrência entre operadores nas ligações suburbanas; Adoção das melhores práticas internacionais, adequando a oferta, nos segmentos e períodos de baixa procura, ao modo de transporte mais eficiente para dar uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações.</p>	
Quadros/Representação Gráfica			
 <p>Rede do Metro do Porto</p>			



- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| Rede Nacional | Artérias Locais |
| Distribuidoras Principais | Linhas de Metro do Porto |
| Distribuidoras Secundárias | Linhas de Caminho de Ferro |

Análise Sumária

O Município da Maia é dotado de duas infraestruturas Aeroportuárias

- Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro;
- Aeródromo Municipal de Vilar de Luz.

Ao nível das infraestruturas ferroviárias, atualmente o concelho da Maia conta apenas, em funcionamento, com a Linha do Minho, que permite ligações do Porto a Braga ou do Porto a Guimarães, passando pela Estação de Ermesinde, no concelho de Valongo, a qual permite ligações para nascente, para a Linha de Caíde/Marco de Canaveses.

Desde a entrada em vigor do PDM verificou-se um crescimento do n.º de linhas ferroviárias ativas no concelho, designadamente pela reativação, em 2009, da linha de Leixões, com ligação do Porto de Leixões (Matosinhos) à Estação de Ermesinde (Valongo), que dispõe de um apeadeiro em Águas Santas. No entanto, a CP procedeu, novamente, à supressão deste serviço urbano, concretamente a 1 de Fevereiro de 2011.

Linhas do Metro do Porto:

- Linha B (Vermelha) - Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim
- Linha C (Verde) - Estádio do Dragão - ISMAI
- Linha E (Violeta) - Estádio do Dragão - Aeroporto

Durante 2009 e 2010, desenvolveram-se trabalhos conducentes ao prolongamento da Linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, trabalhos que entretanto foram suspensos.

Ao nível da rede viária nacional o concelho é atravessado por:

- A3 - Porto/Valença
- A4 - Matosinhos/Amarante
- VR1 - Aeroporto/Custóias
- A41 - Freixieiro/Santo Tirso
- EN 14

Em 2014, continuavam em curso as obras de alargamento das autoestradas A3 e A4.

Tema Mobilidade	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise N.º (metros lineares)	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP, DCEM)
Descrição/Metodologia Metros lineares de rede viária construída por tipologia de hierarquia viária.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central,(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas	Meta/Objetivo Município Não definido
--	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

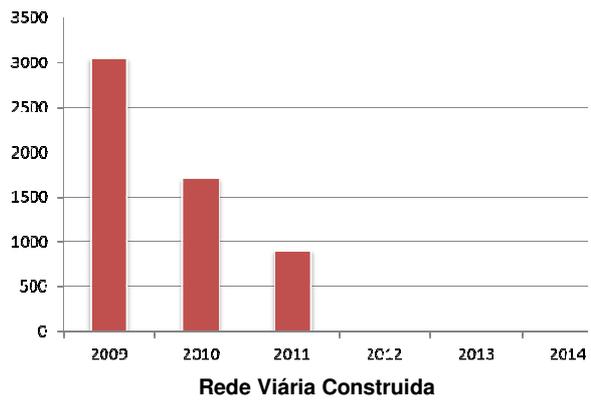
Ano	m/l
2009	3041,31
2010	1703,3
2011	905,2
2012	0
2013	0
2014	0

2009	2010	2011
IP - 0	IP - 0	IP - 0
RVP - 465,97	RVP - 1519,5	RVP - 123
RVS - 2110,56	RVS - 0	RVS - 782,0
RVL - 273,78	RVL - 183,8	RVL - 0

IP – Itinerário Principal
RVP – Rede Viária Principal
RVS – Rede Viária Secundária
RVL – Rede Viária Local

Rede Viária construída

Rede Viária Construída por Hierarquia de Rede



Análise Sumária

De acordo com os dados da execução dos arruamentos previstos no âmbito do PDM, nomeadamente na Planta de Ordenamento - Programação e Execução, no ano de 2009, foram construídos 3041,3 m/l de rede viária prevista, em 2010, foram construídos cerca de 1700 m/l, e em 2011 foram executados 905 metros lineares. Desde 2012 a 2014, não se registou a execução de qualquer nova infraestrutura viária, de acordo com a monitorização efetuada à rede viária prevista executar no âmbito da Planta de Ordenamento – Programação e Execução, podendo ter sido executados outros arruamentos que não os previstos na referida carta, mas que não foram reportados á data da elaboração do relatório

Numa distribuição por hierarquia de rede, de 2009 a 2011 observa-se uma extensão mais significativa de arruamentos construídos no âmbito da rede viária secundária.

Durante o período em análise não foram executadas novas vias ao nível da rede viária de carácter supra municipal. Estando o concelho da Maia, de uma forma genérica, bem servido por infraestruturas da rede viária nacional, a intervenção tem-se centrado na requalificação e alargamento dessas vias (Ex.: A41, A3 e A4).

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Mobilidade	Infraestruturas	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	CMM (DCM)
Descrição/Metodologia		
Metros lineares de rede viária conservada e/ou requalificada.		

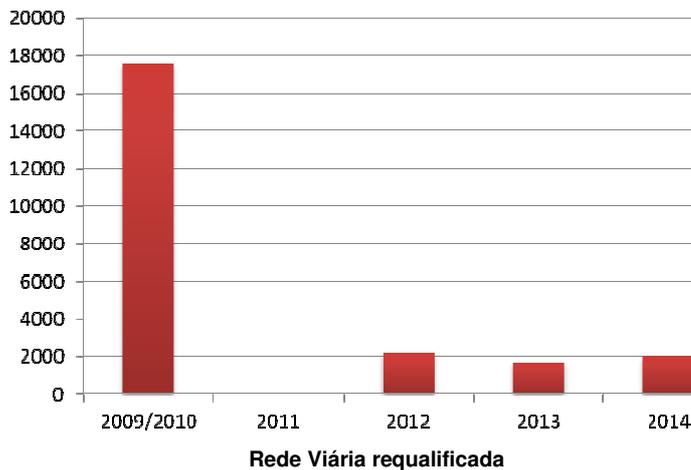
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA Infraestruturas	Não definido

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
-	-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	m/l
2009/2010	17.550
2011	n.d
2012	2.175
2013	1.700
2014	2.000

Rede Viária requalificada



Análise Sumária

De acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, nos dois primeiros anos de vigência do PDM, 2009 e 2010, em conjunto, foram requalificados cerca de 17.550 metros lineares de rede viária municipal existente.

Relativamente a este indicador não foi disponibilizada informação quanto à rede viária requalificada em 2011, pelo que, não foi objeto de avaliação.

De acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, em 2012, a referida estrutura procedeu à requalificação de 2175 m/l de rede viária municipal, designadamente com o levantamento e reposição de cubos 11x11 e com a reparação de pavimento betuminoso, sendo que, em 2013, foram objeto de requalificação/conservação cerca de 1700 m/l de arruamentos, e em 2014 foi de 2.000 m/l.

Tema

Mobilidade
Unidade Análise
 N.º

Subtema

Movimentos Pendulares
Periodicidade
 Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001), Recenseamento Geral da População de 2011

Descrição/Metodologia

O Movimento Pendular caracteriza-se pela deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vivia no respetivo alojamento a maior parte do ano.

Pretende-se avaliar a evolução do n.º de entradas e saídas do concelho para trabalhar ou estudar.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
 FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Não definido

Documentos Referência Estratégica

-

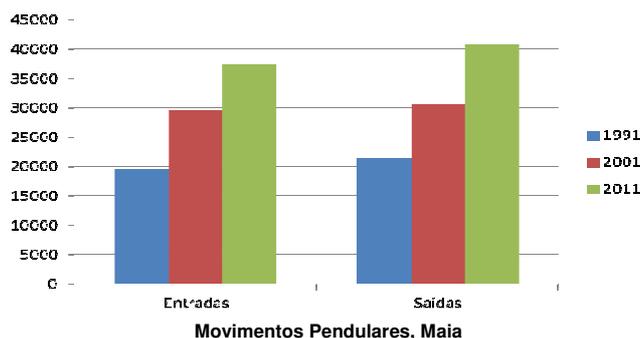
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Entradas	Saídas
1991	19.586	21.492
2001	29.513	30.578
2011	37.300	40.666

Movimentos Pendulares, Maia

**Análise Sumária**

Relativamente aos movimentos pendulares da população ativa e população estudante, verifica-se que a evolução da deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população em direção à Maia tem sido crescente, registando-se 19.586 entradas em 1991, 29.513 em 2001 e 37.500 em 2011.

Ao mesmo tempo, os movimentos da população que reside na Maia para ir trabalhar ou estudar noutro concelho também tem sido crescente, atingindo, atualmente, o total de 40.666 indivíduos que saem do município.

**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

%

Subtema

Movimentos Pendulares

Periodicidade

Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes não residentes mas que se deslocam para o concelho a fim de trabalhar/estudar e o total de indivíduos que nele trabalha/estuda (independentemente do local de residência).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>Taxa</i>
1991	41,31
2001	46,44
2011	42,3

Taxa de Atração, Maia

Análise Sumária

Em 2011, era de 42,3% a percentagem de trabalhadores e estudantes de outros concelhos relativamente ao total de trabalhadores/estudantes no concelho, com um ligeiro decréscimo relativamente a 2001 (46,4%), mantendo-se ainda assim, superior ao valor registado em 1991 (41,3%).

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

%

Subtema

Movimentos Pendulares

Periodicidade

Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes residentes que se deslocam para outro concelho a fim de trabalhar/estudar e total de indivíduos trabalhadores/estudantes que residem no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>Taxa</i>
1991	43,58
2001	47,32
2011	46,1

Taxa de Repulsão, Maia**Análise Sumária**

A percentagem de trabalhadores e estudantes do concelho da Maia que, em 2011, trabalhavam ou estudavam noutra concelho era de 46,1%, ligeiramente inferior ao registado em 2011, o que, por um lado, pode demonstrar a capacidade que o município mantém em fixar a população que trabalha ou estuda residente no município, e, por outro lado, a diminuição da taxa de atividade.

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

N.º

Subtema

Movimentos Pendulares

Periodicidade

Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Índice de polarização de empregados: quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Superior a 1

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice
1991	1,00
2001	1,01
2011	1,00

Índice de Polarização, Maia

Análise Sumária

Em 2011, a percentagem de população empregada no concelho da Maia relativamente ao total de empregados residentes nesse concelho era de 1,00.

No seio da AMP, apenas os Concelhos do Porto, Trofa, São João da Madeira e Vale de Cambra conseguem garantir um índice de polarização superior a 1.

Assim, desde 1991 que o concelho da Maia consegue garantir um posto de trabalho por cada um dos seus empregados residentes.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes rodoviários com vítimas registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

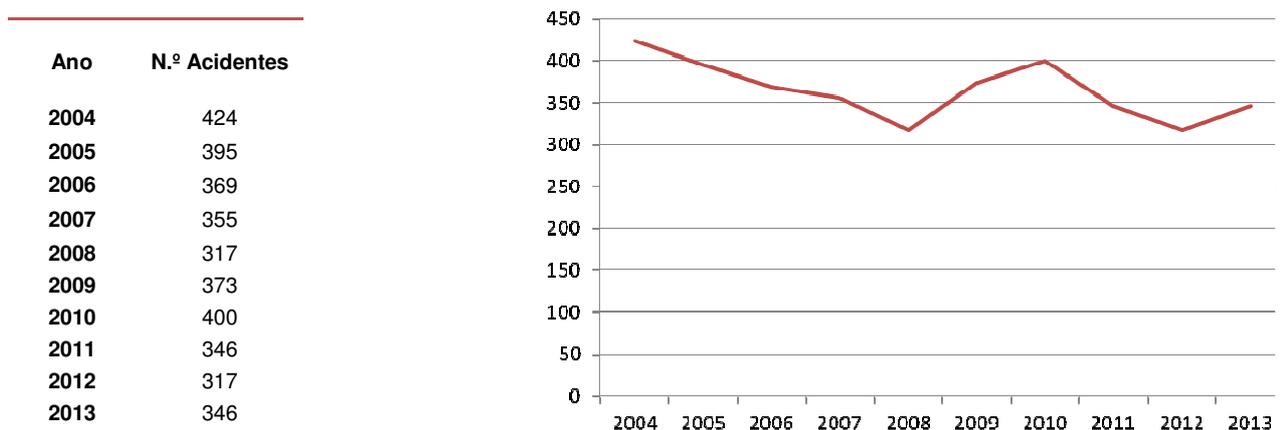
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação por parte da Câmara Municipal)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de “2 rodas” e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica**N.º de Acidentes com Vítimas**

Evolução N.º de Acidentes com Vítimas

Análise Sumária

Na Maia, observa-se uma tendência de diminuição dos acidentes a partir de 2004 (até 2008 registou-se um decréscimo de 25%), no entanto, em 2009 verificou-se um número superior de acidentes face a 2008 e em 2010 face a 2009, totalizando, neste último ano, 400 acidentes nos quais se registaram vítimas. A partir de 2011 retoma-se uma tendência decrescente do número de acidentes rodoviários com vítimas, atingindo, no ano de 2012, o número mais reduzido desde que se dispõe de dados. Assim, em 2012, com um total de 317 acidentes com vítimas, observa-se um decréscimo de cerca de 8,4% dos acidentes face a 2011.

Em 2013, o número de acidentes com vítimas registado foi de 346, com um acréscimo cerca de 9% relativamente a 2012.

A Câmara Municipal da Maia desenvolveu, durante 2011, o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. No documento referido, encontram-se identificados todos os acidentes rodoviários ocorridos no concelho, por tipologia de rede viária, concluindo-se pela inexistência de pontos negros na sinistralidade rodoviária.

Ainda assim, foram propostas ações chave e medidas de intervenção com vista a alcançar os objetivos propostos de redução de 20%, em 2012, e de 30%, em 2015, face aos valores de 2010, ao nível do n.º de acidentes e do n.º de vítimas.

Assim, face aos valores apurados em 2013, conclui-se que nesse ano não se conseguiu alcançar o objetivo traçado no PMSR de redução de 20% face ao valor de 2010.

Tendo-se considerado, no REOT de 2013, que deveria ser desenvolvido um sistema de registo de informação pormenorizada sobre os acidentes em área urbana, incluindo a georreferenciação do local de ocorrência, numa base de dados relacional ou por objetos, deu-se já início aos procedimentos de registo da informação num Sistema de Informação Geográfica

À data da realização do presente relatório não foram disponibilizados dados que permitissem avaliar a evolução do presente indicador em 2014.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de feridos (graves e ligeiros) em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de “2 rodas” e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º feridos	
	Ligeiros	Graves
2008	252	9
2009	315	11
2010	480	10
2011	448	14
2012	384	9
2013	451	7

N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Relativamente aos feridos, no período de 2008 a 2010, tem-se verificado igualmente uma tendência crescente, tendo quase que duplicado, sendo que a partir de 2011 a evolução é inversa com uma diminuição do número de feridos, retomando uma tendência crescente em 2013.

Em 2013, o número total de feridos em acidentes rodoviários foi de 459, dos quais apenas 7 foram graves, representando estes últimos, no entanto, neste último ano, uma menor ocorrência comparativamente com o número total de feridos graves registados nos demais anos analisados.

O Plano Municipal de Segurança Rodoviária define como meta estratégia/objetivo uma redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010. Assim, verifica-se que, neste último ano, com uma redução de -8%, a evolução do indicador ficou aquém do objetivo proposto.

À data da realização do presente relatório não foram disponibilizados dados que permitissem avaliar a evolução do presente indicador em 2014.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCM)

Descrição/ Metodologia

Evolução do n.º de mortos em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de “2 rodas” e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Mortos
2008	1
2009	2
2010	9
2011	2
2012	9
2013	1

N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Em 2013, nos acidentes rodoviários registados no concelho resultou uma vítima mortal.

Este valor não tem sido constante ao longo dos anos, no entanto, de 2012 a 2013 registou-se uma diminuição significativa.

Tal como ao nível dos feridos dos acidentes rodoviários, também para este indicador o Plano Municipal de Segurança Rodoviária define como meta estratégia/objetivo uma redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Assim, e face aos valores de 2010 em que se registaram 9 mortos em acidentes de viação, verifica-se que neste último ano a evolução do indicador permitiu dar cumprimento ao objetivo proposto.

À data da realização do presente relatório não foram disponibilizados dados que permitissem avaliar a evolução do presente indicador em 2014.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCM)

Descrição/Metodologia

Número de mortos por 100 acidentes com vítimas registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de “2 rodas” e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Mortos
2008	0,9
2009	1,1
2010	2,3
2011	0,6
2012	2,8
2013	0,3

Índice de Gravidade dos Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

No REOT de 2014, optou-se por incluir o indicador referente ao índice de gravidade, expresso no n.º de mortos por cada 100 acidentes com vítimas, dado a monitorização por si só do n.º absoluto de acidentes e de vítimas não ser suficiente para avaliação da gravidade dos acidentes.

O índice de gravidade foi, em 2013, de 0,3, sendo o valor mais reduzido dos anos analisados. O valor mais elevado registou-se em 2012 (com um índice de 2,8).

À data da realização do presente relatório não foram disponibilizados dados que permitissem avaliar a evolução do presente indicador em 2014.

Tema

Mobilidade
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Transportes Públicos
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Pressão
Fonte
www.ana.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros embarcados no Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);
Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia (1)
Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

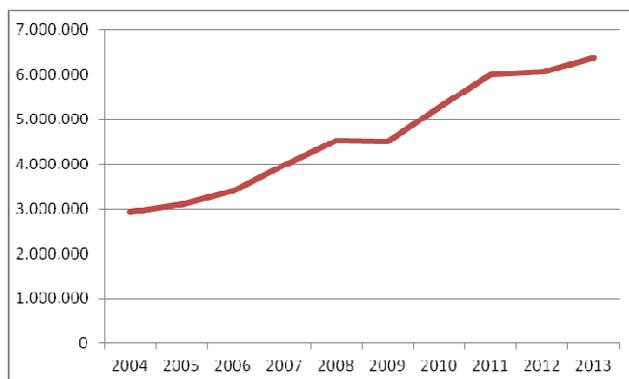
Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Variação (%)
2004	2.944.134	-
2005	3.108.186	5,6
2006	3.402.816	9,5
2007	3.986.515	17,2
2008	4.535.813	13,7
2009	4.508.330	-0,6
2010	5.279.362	17
2011	6.003.408	13,7
2012	6.060.094	0,9
2013	6.372.801	5,3

Evolução Passageiros Aeroporto do Porto



Evolução Passageiros Aeroporto do Porto

Análise Sumária

A evolução do n.º de passageiros do Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro tem sido positiva, verificando-se uma tendência crescente, tendo, em 2010, ultrapassado o patamar dos 5 milhões de passageiros e, em 2011, o patamar dos 6 milhões de passageiros. Em 2012 o maior número de passageiros transportados foi de 6.060.094, sendo que, em 2013, se registou o valor mais elevado de sempre (6.372.801 passageiros).

Assim, de 2009 para 2010, verifica-se um crescimento de cerca de 17% do total de passageiros e de, 2010 para 2011, ronda um valor de 13,7%. Em 2012, o valor de passageiros transportados representa um crescimento de 0,9% comparativamente ao ano de 2011. De 2012 para 2013, o crescimento do total de passageiros transportados representou cerca de 5%.

Embora não exista um estudo sobre esta matéria pode-se deduzir que o aumento verificado resulta da entrada em funcionamento das companhias aéreas de “low cost” no aeroporto, a partir de 2009.

À data da elaboração do presente relatório ainda não estavam disponíveis dados que permitissem avaliar a evolução do presente indicador em 2014.

No entanto, importa referir que, o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro foi considerado, em 2013, como o 3.º Melhor Aeroporto Europeu, pelo ACI (Airport Council International), tal como já tinha ocorrido em 2011.

Tema Mobilidade Unidade Análise N.º/%	Subtema Transportes Públicos Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Pressão Fonte www.cp.pt http://www.cp.pt/StaticFiles/CP/Imagens/PDF/Institucional/Relatorios%20Financeiros/2011/relatorio_gestao.pdf (consultado a 08/02/2013)
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de passageiros transportados nas linhas de caminho-de-ferro do concelho. Os dados apresentados reportam-se à totalidade de passageiros transportados pela CP porto, dada a inexistência de dados para a escala do território municipal.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...); Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);	Meta/Objetivo Município Crescente
--	---

Documentos Referência Estratégica Política Comum de Transportes da União Europeia (1) Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015	Metas Estratégicas O objetivo da Política Comum de Transportes da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros. O Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.
---	--

Quadros/Representação Gráfica																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Passageiros (milhões)</th> <th>Evolução (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>19.969</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>20.580</td> <td>5,8</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>21.136</td> <td>2,7</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>21.092</td> <td>-0,2</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>19.438</td> <td>-7,8</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>19.060</td> <td>-1,9</td> </tr> </tbody> </table> <p>Procura Rede CP Porto</p>	Ano	Passageiros (milhões)	Evolução (%)	2008	19.969	-	2009	20.580	5,8	2010	21.136	2,7	2011	21.092	-0,2	2012	19.438	-7,8	2013	19.060	-1,9
Ano	Passageiros (milhões)	Evolução (%)																			
2008	19.969	-																			
2009	20.580	5,8																			
2010	21.136	2,7																			
2011	21.092	-0,2																			
2012	19.438	-7,8																			
2013	19.060	-1,9																			

Análise Sumária Relativamente ao presente indicador não se dispõe de informação que permita individualizar o transporte de passageiros nas estações de caminho-de-ferro existentes no concelho. Assim, optou-se por apresentar a evolução do número de passageiros verificada ao nível da rede da CP do Porto. De acordo com o Relatório e Contas de 2010, disponível em www.cp.pt , foram transportados na rede da CP do Porto cerca de 21 milhões de passageiros, valor que tem crescido relativamente a anos transatos, constatando-se que a CP Porto foi a única que registou um crescimento positivo do número de passageiros transportados. No período de 2008 para 2009 a evolução foi de 5,8%, sendo que de 2009 para 2010 já foi menos significativa (2,7%). De acordo com o Relatório e Contas de 2011, durante o ano civil referido a CP Porto transportou 21092 milhões passageiros, com decréscimo de 0,2% face a 2010. No ano de 2012 volta-se a assistir a um decréscimo de -7,8% do número total de passageiros transportados face a 2011, baixando para 19.438 passageiros transportados, tendência que se mantém em 2013, com um registo de 19.060 milhões de passageiros transportados, o que reflete a manutenção da evolução negativa do presente indicador. À data da elaboração do presente relatório ainda não se encontrava disponível a informação relativa ao ano de 2014.
--

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Mobilidade	Transportes Públicos	Pressão
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º/%	Anual	www.metrodoporto.pt
Descrição/Metodologia		
Evolução do n.º de passageiros das linhas do Metro do Porto do concelho. Este indicador foi avaliado de acordo com o n.º de validações registadas de i para as estações da Metro existentes no concelho.		

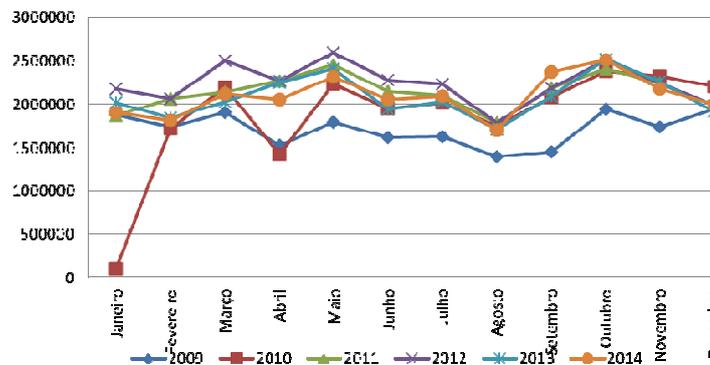
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...); Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);	Crescente

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
Política Comum de Transportes da União Europeia Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015	O objetivo da Política Comum de Transportes da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros. O Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Variação (%)
2009	20.536.159	-
2010	22.296.905	8,6
2011	25.627.356	14,9
2012	26.797.374	4,6
2013	25.003.829	-6,7
2014	25.098.569	0,4

N.º Passageiros Metro do Porto



Evolução mensal n.º de Passageiros Metro do Porto

Análise Sumária

Em 2009 verificou-se um n.º total de 20.536.159 validações, em 2010 22.296.905 validações, em 2011 25.627.356 validações, em 2012 26.797.374 validações e, por último, em 2013 foram 25.003.829 o número total de validações nas estações localizadas na Maia da rede do Metro do Porto.

Assim, analisada a evolução ao longo dos anos verifica-se um crescimento do número total de validações de 2010 até 2012, sendo superior no ano de 2011, em que o crescimento foi de 14,6%. Já em 2013, regista-se um decréscimo do n.º de validação face a 2012 de -6,7%. No entanto, em 2014 verificou-se um crescimento de 0,4% face a 2013, com um total de 25.098.569 validações nas estações do metro no município.

A este propósito, importa referir que a empresa Metro do Porto notou um crescimento significativo do n.º de passageiros a utilizar este modo de transporte desde a introdução do pagamento de portagens nas antigas SCUT (a 15 de Outubro de 2010) e bem ainda do constante aumento do preço dos combustíveis.

Em termos absolutos, e em todos os períodos analisados, a Linha B do Metro do Porto, SA é aquela que apresenta um maior número de passageiros, sendo seguida pela Linha C.

De um modo geral, analisada a evolução mensal do n.º de validações, nos anos em análise, não se verificam oscilações significativas da procura mensal, com exceção do mês de agosto, reflexo de este ser um mês que corresponde ao período de férias da maior parte da população.

**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

N.º/%

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte<http://www.stcp.pt/pdfs/RCSTCP2010v.pdf>**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de passageiros das linhas da STCP do concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocções.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Passageiros (milhares)	Variação (%)
2007	109.102	-
2008	111.254	2,0
2009	108.243	-2,7
2010	95.906	-11,4
2011	95.407	-0,5
2012	85.062	-10,8
2013	78.675	-7,5

Evolução passageiros STCP

Análise Sumária

De acordo com a informação constante do Relatório de Gestão e Sustentabilidade de 2011 da STCP, em 2011, a procura do serviço de transportes coletivos rodoviários do Porto registou 108,4 milhões de passageiros, situando-se num nível ligeiramente superior a 2009 mas que decresceu face a 2010 em cerca de 0,8%, com uma perda na ordem dos 800 mil passageiros.

A justificação apresentada para esta evolução negativa prende-se com o aumento do tarifário praticado, ocorrido a 15 de agosto de 2011, o crescimento do desemprego na população do Grande Porto, bem como alguma redução da oferta realizada pela empresa.

Em 2012, o número total de passageiros transportados na rede da STCP foi de 93.761 milhares, com uma redução de -13,5%, face a 2011, e em 2013 foi de 78.675 milhões de passageiros, mantendo-se a tendência decrescente (-7,5 relativamente a 2012) que, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade da empresa, de 2012, é justificada por quatro razões: a redução da oferta, pela denúncia de acordos de exploração com dois operadores privados, o aumento das tarifas, a situação económica desfavorável na AMP e o registo de fraude na utilização do sistema de transporte. À data da elaboração do presente relatório ainda não se encontrava disponível a informação relativa ao ano de 2014.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l

Periodicidade

Anual

Fonte

Metro do Porto, CMM (DPTUP)

Descrição/ Metodologia

Metros lineares da rede de Metro do Porto a operar no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmção do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);
 Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
 Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros (1)

Quadros/Representação Gráfica

<i>Linha</i>	<i>M/L</i>
Linha B	4475
Linha C	6100
Linha D	2970
Total	13545

Extensão Rede Metro do Porto

Análise Sumária

A rede do Metro do Porto a operar no concelho da Maia, num total de 3 linhas, corresponde a aproximadamente 13.545 metros lineares. De referir que durante 2010 estavam em curso as obras de prolongamento da linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, as quais foram suspensas, àquela data, devido às restrições orçamentais definidas pelo Governo.

Neste sentido, desde 2009 até 2014 não se registou qualquer evolução relativamente à extensão da rede do metro no concelho.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Metros lineares de corredores afetos exclusivamente a transportes públicos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);
Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>M/L</i>
2008	115
2009	115
2010	115
2011	115
2012	115
2013	115
2014	115

Extensão Corredores BUS**Análise Sumária**

No concelho da Maia existe apenas um pequeno eixo de via afeto exclusivamente ao transporte público rodoviário (autocarros, táxis, etc), correspondendo ao sentido poente/nascente da Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, com uma extensão de 115 metros lineares, valor que não sofreu qualquer alteração no período em análise.

Verifica-se, assim, e por forma a promover a meta estratégica de substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros, que uma das medidas a potenciar será o reordenamento de corredores exclusivos ao transporte rodoviário público de passageiros, permitindo a estes uma circulação mais fluída.

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de interfaces de passageiros existentes no concelho.

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);
Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros

Quadros/Representação Gráfica

Ano	n.º
2008	14
2009	15
2010	15
2011	15
2012	15
2013	15

Interfaces de Passageiros

Análise Sumária

Em 2014, o número de interfaces de passageiros no concelho da Maia mantém-se em 15, englobando os interfaces da Metro do Porto e da CP, registando-se um ligeiro acréscimo face aos interfaces existentes à data de elaboração do PDM, pela conclusão, de um novo interface em 2009.

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

n.º/km

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ecopistas de lazer e urbanas existentes no concelho.

Subtema

Transportes Sustentáveis

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

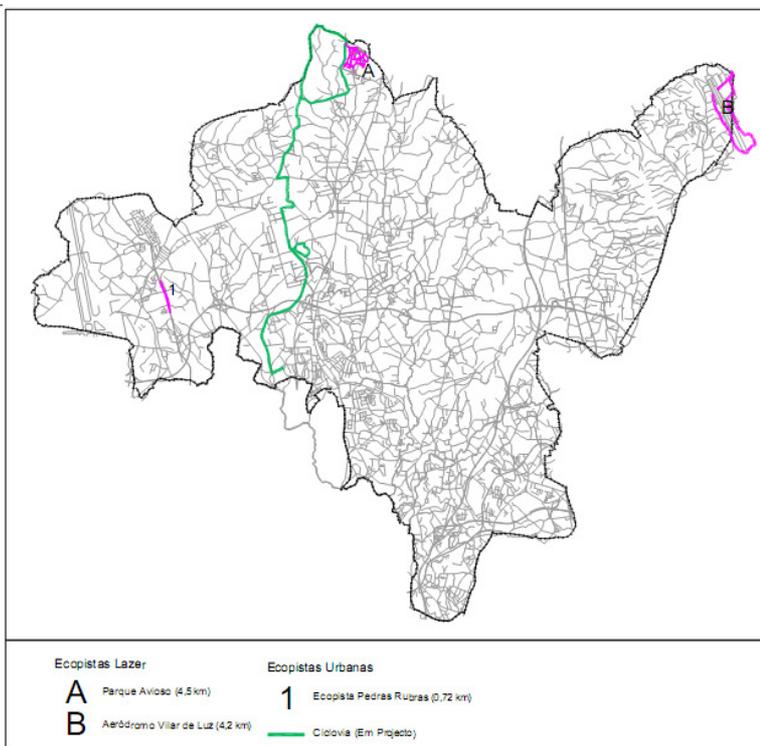
Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:
 • Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.
 Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Ecopista	
	Lazer	Urbana
2008	8,7	0
2009	8,7	0,72
2010	8,7	0,72
2011	8,7	0,72
2012	8,7	0,72
2013	8,7	0,72
2014	8,7	0,72

Extensão Ecopistas



Ecopistas Lazer:
A Parque Avioso (4,5 km)
B Aeródromo Vilar de Luz (4,2 km)
Ecopistas Urbanas:
1 Ecopista Pedras Rubras (0,72 km)
— Ciclovia (Em Projeto)

Ecopistas, Maia

Análise Sumária

Em 2014, no concelho da Maia mantém-se a existência de 2 ecopistas de lazer, correspondente à ciclovia do Parque de Avioso e à ciclovia do Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, numa extensão total de 8,7 km.

No concelho da Maia existe apenas um troço de ciclovia em meio urbano em Pedras Rubras, executada em 2009 no âmbito das obras de requalificação urbana e de construção do interface de Pedras Rubras do Metro do Porto, com uma extensão total de apenas 0,72 km, correspondendo a um troço isolado que não estabelece rede e complementaridades com sistemas de promoção de uma mobilidade urbana mais sustentada.

Considera-se que deve ser desenvolvido um conjunto de incentivos à promoção do uso de transportes sustentáveis, passando, nomeadamente pela definição de uma rede pedonal e pela possível integração numa rede de ciclovias, tal como previsto no Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, concluído em 2013.

Assim, em 2014, a Câmara Municipal deu início à execução de um troço da ciclovia, entre a Estação da Maia e as Vias Paralelas, bem como ao estudo de um traçado de uma ciclovia no Centro da Cidade da Maia.

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

n.º/km

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ruas pedonais existentes no concelho.

Subtema

Transportes Sustentáveis

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

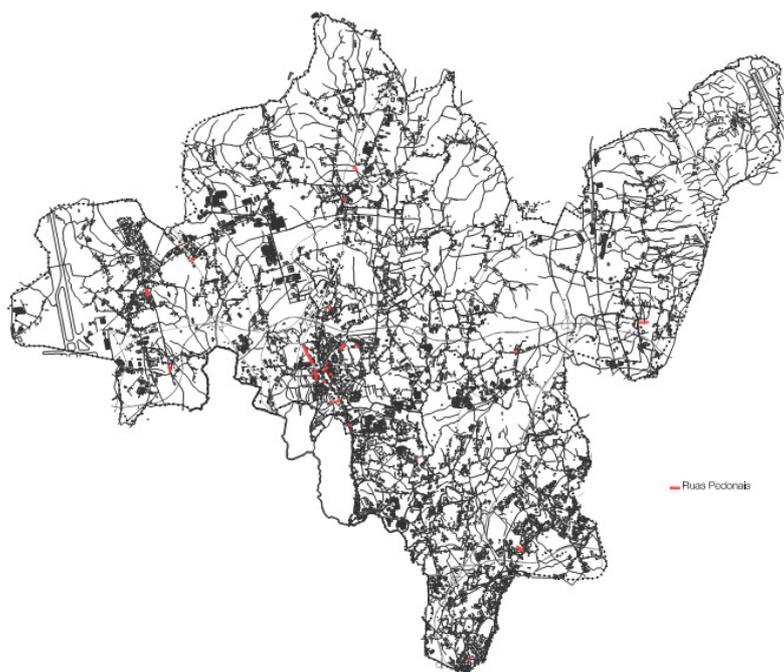
Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)
2001	1547
2008	1547
2009	1547
2010	1799
2011	2020
2012	2020
2013	4302
2014	4302

Extensão Ruas Pedonais**Ruas Pedonais, Maia****Análise Sumária**

No concelho da Maia, em 2014, mantém-se a contabilização de um total de 4.302 metros lineares de ruas afetas ao uso pedonal exclusivo ou condicionado (não sendo este um levantamento rigoroso, no decorrer do processo de monitorização poderão ser acrescentadas mais ruas).

De acordo com os dados disponibilizados, para 2013 e 2014, não se tem conhecimento da construção de novas ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado.

Como já referido em anteriores relatórios, o crescimento verificado na extensão de ruas pedonais face ao ano transato resulta de um maior conhecimento de ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado existentes, e que até ao momento não haviam sido consideradas na presente análise.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l/1000 habitantes

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Área Pedonal exclusiva ou partilhada com trânsito condicionado (m/l)/1000hab.

Indicador que traduz a densidade urbana com fortes características para promover a acessibilidade e mobilidade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Habitantes	Área Pedonal por mil Hab.
2001	1547	120111	12,88
2008	1547	140859	10,98
2009	1799	143371	12,55
2010	1799	145791	12,34
2011	2020	135306	14,93
2012	2020	135306	14,93
2013	4302	135306	31,79
2014	4302	135306	31,79

Extensão Ruas Pedonais**Análise Sumária**

Em 2014, no concelho da Maia mantém-se a existência de 31,79 metros lineares de ruas pedonais ou de acesso condicionado por cada mil habitantes, de acordo com os dados da população residente dos censos de 2011, com uma evolução positiva face aos anos transatos.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/ Metodologia

Corresponde ao quociente entre a extensão de ruas exclusivas ao tráfego de peões ou de acesso condicionado (metros lineares) e a área urbana total do concelho, de acordo com o perímetro urbano delimitado no PDM em vigor.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Área Urbana* (ha)	Índice Ruas Pedonais
2008	1547	5510,3	0,28
2009	1547	4796,3	0,32
2010	1799	4796,3	0,38
2011	2020	4796,3	0,42
2012	2020	4796,3	0,42
2013	4302	4762,7	0,90
2014	4302	4762,7	0,90

* - Solo Urbano delimitado PDM em vigor à data

Índice de Ruas Pedonais**Análise Sumária**

Tanto em 2011 como em 2012, o valor do índice de ruas pedonais corresponde a 0,42 metros lineares por cada hectare de área urbana do concelho, havendo um acréscimo em relação ao valor de referência do PDM, fruto quer do aumento do levantamento de ruas pedonais quer da diminuição da área urbana do concelho em 2009 face ao valor do PDM de 1994.

Já em 2013, fruto de uma maior extensão de área pedonal, passou-se a registar um valor de 0,90 metros lineares de ruas pedonais por área urbana.



45. Alojamentos
46. Taxa Crescimento Alojamentos
47. Densidade Habitacional
48. Habitantes por Alojamento
49. Edifícios
50. Taxa Crescimento Edifícios
51. N.º médio alojamentos por edifício
52. Fogos Habitação Social
53. N.º Pedidos Habitação Social
54. N.º fogos habitação social atribuídos
55. Processos operações urbanísticas por categoria solo
56. Processos operações urbanísticas em Uopp*
57. Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana*
58. N.º de fogos construídos
59. Percentagem de novos fogos construídos em solo rural
60. Área de solo impermeabilizada*
61. Pedidos de Inutilização Solo Agrícola
62. Intervenções em RAN
63. Pedidos de intervenção em REN
64. Intervenções em REN
65. Licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem*
66. Unidades Industriais Deficientemente Localizadas Território
67. Deslocalização de Unidades Industriais Deficientemente Localizadas**
68. Taxa Ocupação Solo em Solo Urbano*
69. Taxa ocupação Solo em Solo Urbanizável*
70. Planos de Pormenor em vigor
71. Planos de Pormenor em elaboração
72. Unidades de Execução em Elaboração
73. Estudos Urbanísticos de Referência elaborados
74. Imóveis classificados e em vias de classificação
75. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Património Edificado
76. Património Edificado – Operações Urbanísticas
77. Património Edificado – Turismo Rural*
78. Prospeções em áreas de Património Arqueológico
79. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Arqueológico
80. N.º de Estabelecimentos de Saúde Primários
81. N.º de Utentes
82. N.º de médicos de medicina geral e familiar
83. N.º de médicos por 1000 habitantes
84. N.º de enfermeiros
85. N.º de enfermeiros por 1000 habitantes
86. N.º de Estabelecimentos de Ensino
87. N.º de alunos nos estabelecimentos de ensino

88. Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de ensino
89. Taxa de Pré-escolarização
90. Taxa de Escolarização do Ensino Básico e Secundário
91. Equipamentos Sociais por valência
92. Utentes Equipamentos Sociais por valência
93. Capacidade Máxima Equipamentos Sociais por valência
94. Taxa de utilização dos Equipamentos Sociais por valência
95. Taxa de cobertura dos Equipamentos Sociais por valência
96. N.º de Instalações Desportivas
97. Superfície Desportiva Útil
98. Área Desportiva Útil por Habitante
99. N.º de Parques Infantis
100. Área dos parques Infantis
101. Rácio Habitante por Parque Infantil
102. N.º de Ginásios ao Ar Livre
103. N.º de Equipamentos Culturais
104. N.º de Equipamentos de Segurança e Proteção Civil

* - a aguardar a apresentação de dados por parte da Divisão de Gestão Urbana que permita alimentar estes indicadores. Embora apareça a referência aos indicadores, os mesmos não são apresentados nas fichas seguintes devido à indisponibilidade de informação.

** - Não se definiu ainda procedimento de recolha de informação para o presente indicador.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de alojamentos/ fogos existentes no concelho e por freguesia (este último sempre que a informação estiver disponível).

De acordo com o conceito do INE, os alojamentos são o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

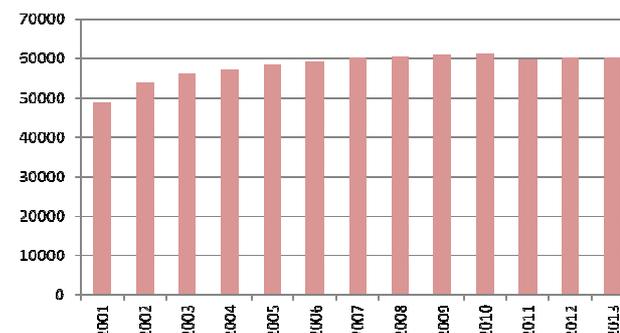
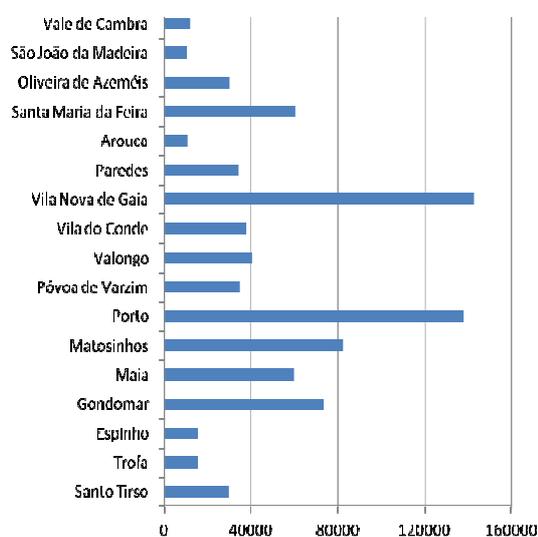
Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	10.441	12.176
Folgosa	1.297	1.540
Milheirós	1.636	1.992
Moreira	4.369	5.830
São Pedro Fins	642	728
Vila Nova da Telha	2.122	2.581
Pedrouços	5.288	6.208
Castêlo da Maia	6.015	7.755
Cidade da Maia	14.392	17.474
Nogueira e Silva Escura	2.576	3.383
Total	48.778	59.667

Alojamentos Maia, por freguesia

Análise Sumária

Em 2011, a AMP contava com um total de 827.864 alojamentos, dos quais cerca de 7,2% estavam localizados no concelho da Maia, sendo o 5.º concelho com o maior número absoluto de alojamentos. Na AMP o número de alojamentos é claramente superior nos municípios de Vila Nova de Gaia e Porto.

Assim, em 2011, a Maia contava já com 59.667 alojamentos, com um crescimento de mais de 10.000 face ao resultado de 2001.

Numa análise à escala da freguesia, a Cidade da Maia destaca-se como a freguesia que apresenta um n.º de alojamentos claramente superior, sendo seguida por Águas Santas. Pelo contrário, S. P. Fins é a freguesia com menor n.º de alojamentos, não ultrapassando os 1.000 alojamentos, dado tratar-se de freguesia com características mais rurais e menos povoada.

De acordo com as estimativas do INE, em 2013 registavam-se 60.064 alojamentos na Maia, valor ligeiramente superior ao registado em 2011 e em 2012.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Variação do número de alojamentos verificada numa determinada unidade territorial e ocorrida num determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

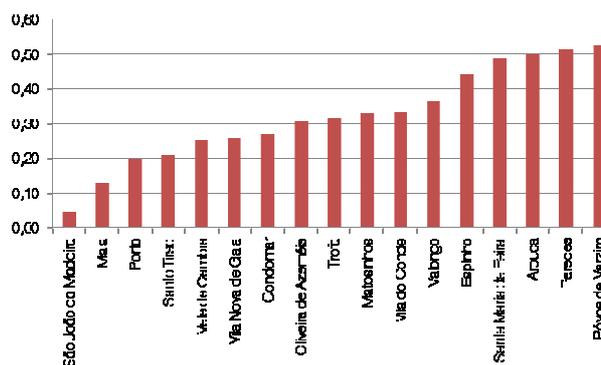
Superior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Taxa Crescimento Alojamentos, AMP (2012-2013)



Taxa Crescimento Alojamentos, Maia (2001-2011)

Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos dos Censos de 2011, a Maia contava com 59.667 alojamentos, registando um crescimento de aproximadamente 22%, quando comparado com os alojamentos existentes em 2001 (48.778).

Neste período o crescimento do n.º de alojamentos no concelho foi superior à média da AMP (15,4%), mantendo a Maia a característica de ser o concelho da AMP com a maior taxa de crescimento.

A variação do número de alojamentos no espaço infra concelhio apresenta disparidades curiosas. Moreira e Nogueira e Silva Escura foram as freguesias que apresentaram o maior crescimento de alojamentos, no período de 2001 a 2011, ambas com um crescimento superior a 30%.

De salientar também o crescimento do número de alojamentos na freguesia do Castelo da Maia, fruto do crescimento demográfico verificado no mesmo período, associado a crescente pressão urbanística, justificada quer pelo núcleo urbano do Castelo da Maia, quer ainda pela existência de equipamentos estruturantes no panorama supraconcelhio, como é o caso do ISMAI – Instituto Superior da Maia e de infraestruturas de transporte de importância no contexto das deslocações metropolitanas como a Linha C da Metro do Porto.

Por outro lado, São Pedro de Fins apresenta-se como a freguesia cuja evolução do número de alojamentos não foi tão significativa, ainda assim registou um crescimento positivo superior a 10%.

De acordo com as estimativas do número de alojamentos para 2013, face a 2012, registou-se uma evolução de 0,13% dos alojamentos, sendo que a média da AMP foi de 0,3%. Neste período, São João da Madeira registou o menor crescimento do número de alojamentos (0,05%), enquanto Arouca, Paredes e Póvoa de Varzim, com valores iguais ou superiores a 0,5%, tiveram o crescimento mais significativo.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/km²

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

A densidade habitacional é o quociente entre o número de fogos existentes ou previstos para uma dada porção do território e a área do solo a que respeita (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

A densidade habitacional é expressa em fogos por hectare ou fogos por quilómetro quadrado. Neste documento optou-se por expressar a densidade habitacional em termos de fogos por km² por analogia com a medida utilizada noutros indicadores (p.e: habitantes/km²).

Indicador de avaliação decenal (por freguesia), com estimativas anuais (por concelho).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Aumento nas freguesias urbanas e estabilização nas freguesias rurais

Documentos Referência Estratégica

-

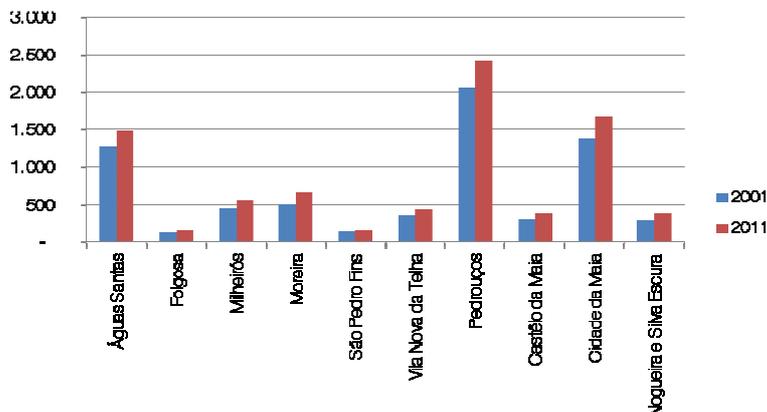
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Município	Densidade Habitacional	
	2012	2013
Santo Tirso	219,1	219,6
Trofa	219,0	219,7
Espinho	753,6	756,9
Gondomar	560,1	561,6
Maia	722,8	723,7
Matosinhos	1324,0	1328,4
Porto	3330,9	3337,5
Póvoa de Varzim	429,7	431,9
Valongo	540,9	542,9
Vila do Conde	255,3	256,1
Vila Nova de Gaia	847,7	849,9
Paredes	221,4	222,6
Arouca	32,9	33,1
Santa Maria da Feira	378,8	380,7
Oliveira de Azeméis	139,7	140,1
São João da Madeira	1326,3	1327,0
Vale de Cambra	80,9	81,1
AMP	407,6	408,8

Densidade Habitacional, AMP



Densidade Habitacional, Maia, por Freguesia

Análise Sumária

Na Maia, em 2001, a densidade habitacional era de 587 fogos/km², passando, em 2011, a ser de 719 fogos por km². Em ambos os períodos verifica-se uma densidade superior à média da AMP, à semelhança dos concelhos que compõem a primeira coroa periférica da Cidade do Porto.

Numa análise pelas unidades territoriais que constituem o concelho da Maia, em 2011, verificava-se que a freguesia da Cidade da Maia destaca-se com o rácio mais elevado de alojamentos por km², por se tratar do núcleo urbano sede do concelho, seguindo-se as freguesias de Pedrouços e Águas Santas, estas últimas reflexo da forte influência da conurbação do Porto.

As freguesias de Folgosa e São Pedro Fins registam os menores valores de densidade habitacional, dado tratar-se de áreas com uma maior extensão territorial e com uma menor carga urbana.

A meta definida para o presente indicador foi a de obter uma densidade habitacional crescente nas freguesias urbanas e, por outro lado, uma estabilização nas freguesias rurais do concelho. Face à evolução do presente indicador no período compreendido entre 2001 e 2011, o objetivo está a ser cumprido, uma vez que se verificou uma evolução positiva nas freguesias urbanas em detrimento das freguesias rurais.

Para 2012 e 2013, a Maia apresentava uma densidade populacional de 722,8 e 723,7, respetivamente, mantendo-se acima da média da AMP.

Em 2013, o Porto continua a destacar-se com a densidade habitacional mais elevada, ultrapassando os 3000 alojamentos por km², em ambos os períodos. Os concelhos mais distantes do Porto e de características mais rurais apresentam uma reduzida densidade de alojamentos (Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis).

Tema

Povoamento
Unidade Análise
hab./alojamento

Subtema

Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Número médio de habitantes por cada unidade de alojamento.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida.

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

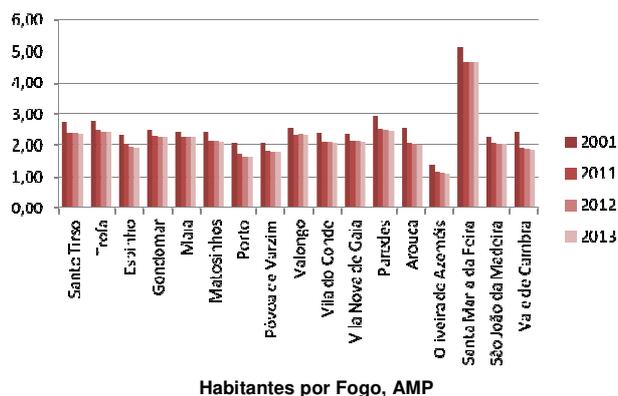
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Hab./Fogo
2001	2,5
2002	2,3
2003	2,3
2004	2,3
2005	2,3
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,4
2010	2,4
2011	2,3
2012	2,3
2013	2,3

Freguesia	Habitantes/Fogo	
	2001	2011
Águas Santas	2,42	2,26
Folgosa	2,78	2,41
Milheirós	2,59	2,44
Moreira	2,35	2,21
São Pedro Fins	2,86	2,52
Vila Nova da Telha	2,53	2,28
Pedrouços	2,24	1,96
Castêlo da Maia	2,57	2,37
Cidade da Maia	2,48	2,30
Nogueira e Silva Escura	2,56	2,36
Total	2,46	2,27

Habitantes/Fogo, Freguesia

Evolução Habitantes/fogo, Maia



Análise Sumária

Em 2001, o número médio de habitantes por fogo na Maia era de 2,5, decrescendo até 2011, passando para 2,3 hab./fogo, mantendo-se o mesmo valor em 2012 e 2013.

As freguesias do concelho com menor densidade populacional e habitacional (Folgosa e São Pedro Fins), apresentam o maior n.º de habitantes por fogo, traduzindo a existência de um número mais significativo de alojamentos unifamiliares e de agregados familiares de maior dimensão, destacando-se neste indicador também a freguesia de Milheirós.

O menor n.º de habitantes por fogo regista-se na freguesia de Pedrouços, apenas 1,96.

A AMP apresentava, em 2013, uma média de 2,09 habitantes/fogo, pelo que, a Maia apresenta um número de habitantes por alojamento superior à média da unidade territorial de ordem superior.

Em 2013, Santa Maria da Feira, com um rácio de 4,63 habitantes por alojamento, apresenta o valor mais elevado de todos os concelhos da AMP. Por outro lado, é o concelho de Oliveira de Azeméis, que regista o menor rácio de população residente por alojamento (1,10 habitantes por fogo).

Tema
Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Subtema
Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR
Estado
Fonte
INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de edifícios existentes por freguesia (avaliação decenal, anualmente apenas por concelho).
Um edifício é uma construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem;
Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Crescente

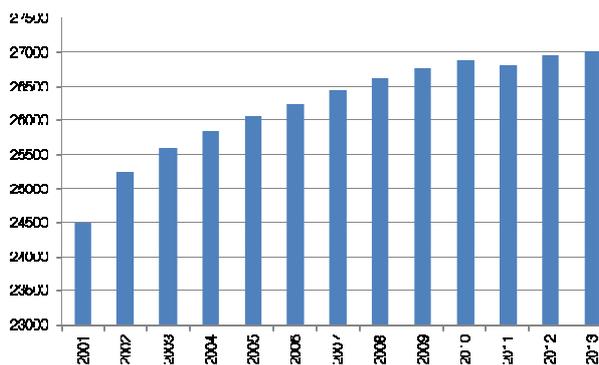
Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

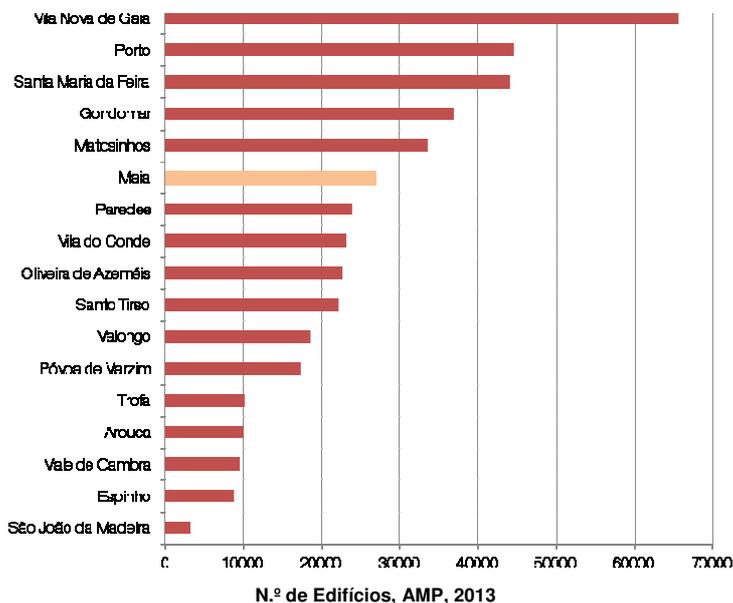
Quadros/Representação Gráfica



Evolução dos Edifícios, Maia

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	4.186	4.495
Folgosa	1.012	1.313
Milheirós	1.209	1.263
Moreira	2.282	2.459
São Pedro Fins	445	555
Vila Nova da Telha	1.642	1.762
Pedrouços	2.670	2.588
Castêlo da Maia	3.770	4.198
Cidade da Maia	5.699	6.215
Nogueira e Silva Escura	1.585	1.964
Total	24.500	26.812

N.º de Edifícios, por freguesia



Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos do Recenseamento de 2001, o concelho da Maia registava nesse ano um total de 24.500 edifícios. As estimativas das obras concluídas entre 2002 e até 2010 apontavam para um crescimento exponencial do número de edifícios. Os dados definitivos do recenseamento de 2011 apontam para a existência de um total de 26.812 edifícios, valor superior ao registado em 2001.

As freguesias da Cidade da Maia, Águas Santas e Castêlo da Maia concentram mais edifícios, respetivamente com 6.215, 4.495 e 4.198 edifícios. Numa situação inversa São Pedro de Fins possui o menor número de edifícios.

Em 2012 e 2013 mantém-se a tendência crescente do n.º de edifícios, sendo de 27013, no último ano referido.

Em 2013, o número total de edifícios existentes na Maia correspondia a cerca de 6,4% do total de edifícios da AMP, sendo o sexto concelho da área metropolitana que mais contribui para o n.º de edifícios (situação análoga à verificada para o número total de alojamentos). Vila Nova de Gaia, por si só, representa 15% dos edifícios existentes na AMP. No sentido oposto, são os Concelhos de São João da Madeira e de Espinho, os que apresentam um menor quantitativo de edifícios.

Tema
Povoamento
Unidade Análise
%

Subtema
Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR
Estado
Fonte
INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Varição ocorrida nos edifícios verificada num determinado território e período.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Superior média do Grande Porto

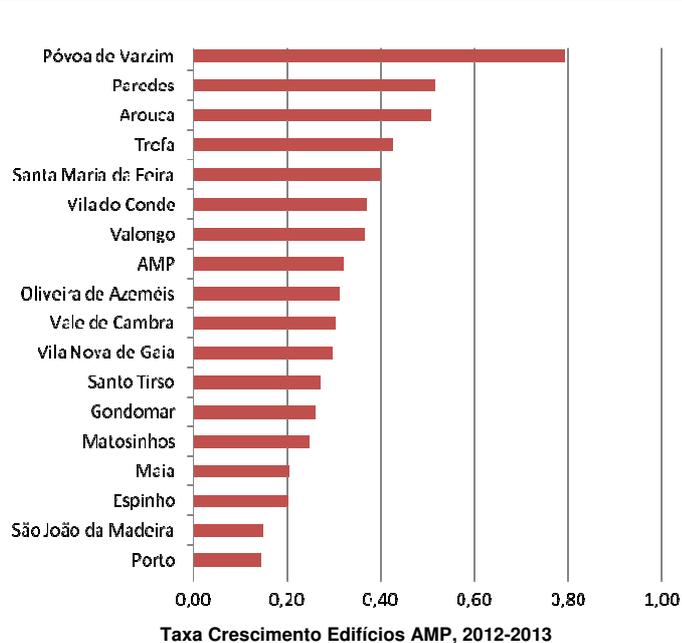
Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica



Freguesia	2001-2011
Águas Santas	7,38
Folgosa	29,74
Milheirós	4,47
Moreira	7,76
São Pedro Fins	24,72
Vila Nova da Telha	7,31
Pedrouços	-3,07
Castêlo da Maia	11,35
Cidade da Maia	9,05
Nogueira e Silva Escura	23,91
Maia	9,44

Taxa Crescimento Edifícios Maia, 2001-2011

Análise Sumária

Entre 1991 e 2001, a Maia registou um crescimento do número de edifícios de 24,4%, mais do dobro do registado na média dos concelhos da AMP.

No período compreendido entre 2001 e 2011, a Maia, com um crescimento do número de edifícios de 9,4%, mantém um valor superior à média da AMP (6,31%).

No que diz respeito ao crescimento dos edifícios por freguesia, entre 2001 e 2011, verifica-se que a evolução do n.º de edifícios não acompanha diretamente a evolução já apresentada relativamente ao crescimento dos alojamentos.

Pedrouços foi a única freguesia do concelho a registar uma evolução negativa do número de alojamentos, com menos 3%.

De 2012 a 2013 a Maia teve um crescimento de 0,20% do número de edifícios, sendo inferior à média da AMP.

Póvoa de Varzim, Paredes, Arouca e Trofa foram os concelhos com um crescimento mais significativo. Porto e São João da Madeira registaram um menor crescimento do número de edifícios.

N.º médio de alojamentos por edifício

N.º 51

Tendência -

Tema

Subtema

Modelo DPSIR

Povoamento
Unidade Análise
 n.º

Construção e Habitação
Periodicidade
 Anual

Estado
Fonte
 INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas
 Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º médio de alojamentos por edifício.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

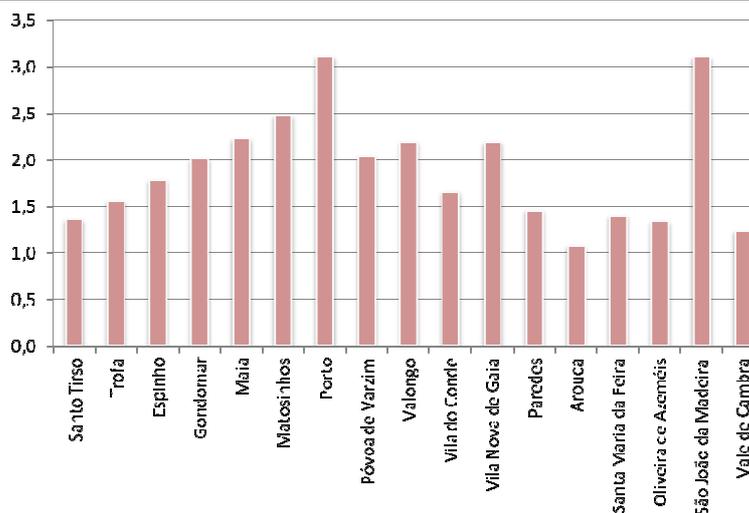
Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica



Alojamentos por Edifício, AMP, 2013

Ano	Aloj./Edifício
2001	2,0
2002	2,1
2003	2,2
2004	2,2
2005	2,2
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,3
2010	2,3
2011	2,2
2012	2,2
2012	2,2

Alojamentos por Edifício, Maia

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	2,5	2,7
Folgosa	1,3	1,2
Milheirós	1,4	1,6
Moreira	1,9	2,4
São Pedro Fins	1,4	1,3
Vila Nova da Telha	1,3	1,5
Pedrouços	2,0	2,4
Castêlo da Maia	1,6	1,8
Cidade da Maia	2,5	2,8
Nogueira e Silva Escura	1,6	1,7
Total	2,0	2,2

Alojamentos por Edifício por freguesias, Maia

Análise Sumária

A Maia apresentava, em 2013, uma média de 2,2 alojamentos por edifício, valor superior ao registado em 2001, que foi de 2,0, o que traduz um aumento da construção de edifícios de carácter multifamiliar.

Em 2013, na AMP foram os concelhos do Porto e de São João da Madeira que registaram uma média de alojamentos por edifício mais elevada. Arouca é o que regista o menor volume de alojamentos por edifício.

Numa distribuição por freguesia, em 2011, era na freguesia da Cidade da Maia que a média de alojamentos por edifício era superior, seguindo-se as de Águas Santas e Pedrouços, o que reflete a maior pressão urbanística destes territórios.

Fogos Habitação Social

Tema

Subtema

N.º 52

Tendência -

Modelo DPSIR

Povoamento
Unidade Análise
n.º

Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Resposta
Fonte
CMM (DEASJ, Espaço Municipal, E.M.)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)

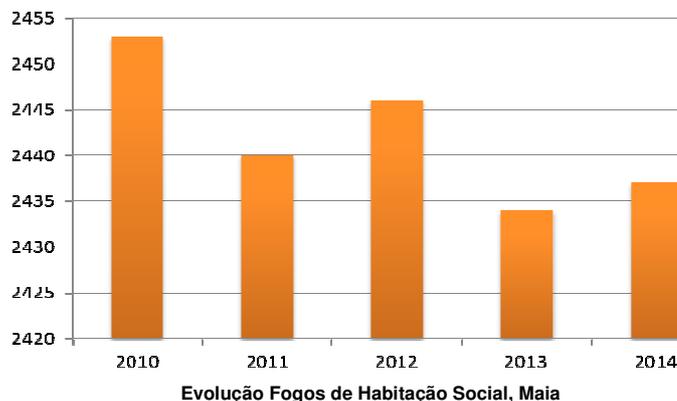
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Fogos
2010	2.453
2011	2.440
2012	2.446
2013	2.434
2014	2.437

Fogos de Habitação Social, Maia



Análise Sumária

De acordo com dados disponibilizados pela Divisão de Ação Social da Câmara Municipal, em 2011, no concelho da Maia, existia um total de 2.440 fogos destinados a habitação social, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente aos dados apurados para o ano de 2010 (2.453 fogos).

Em 2012, e de acordo com os dados prestados pela Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M., os fogos de habitação social eram 2.446, valor superior ao registado em 2011, correspondendo ao investimento realizado pela Autarquia em 2012 na construção de novos espaços destinados a habitação social no concelho.

Já em 2013, o número total de fogos de habitação social correspondia a 2.434, sendo que a redução do n.º total de fogos é fruto da demolição de blocos de habitação social do Bairro do Sobreiro devolutos. Também, em 2013, a Espaço Municipal levou a cabo obras de reabilitação de blocos do já referido Bairro do Sobreiro, melhorando as condições de habitabilidade.

No que se refere a 2014, o número total de fogos de habitação disponíveis aumentou ligeiramente, passando a 2.437 fogos.

N.º de Pedidos Habitação Social

N.º 53

Tendência -

Tema

Subtema

Modelo DPSIR

Povoamento
Unidade Análise
n.º

Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Estado
Fonte
CMM (Espaço Municipal, EM, DEASJ)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de pedidos de atribuição de fogos destinados a habitação social.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)

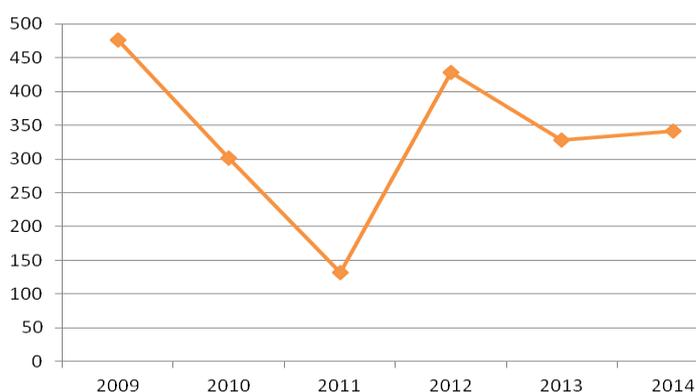
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Pedidos
2009	476
2010	301
2011	132
2012	428
2013	328
2014	341

Pedidos de Habitação Social, Maia



Evolução Pedidos de Habitação Social, Maia

Análise Sumária

Em 2009 deram entrada na Câmara Municipal - Espaço Municipal um total de 476 pedidos para atribuição de habitação social. Em 2010 decresceu o n.º de pedidos para 301, e, em 2011, a informação cedida pela Divisão de Ação Social, aponta para um total de 132 pedidos de habitação social.

Já em 2012, com um total de 428 pedidos, observa-se uma tendência crescente de solicitações para atribuição de habitação social, aproximando-se dos valores registados em 2009.

No que diz respeito a 2013, o número total de pedidos de atribuição de fogos de habitação social foi de 328, decrescendo face a 2012.

Não obstante, em 2014, retoma-se uma evolução crescente, com o número de pedidos para a atribuição de habitação social a passar para 341.

N.º de Fogos de Habitação Social Atribuídos

N.º 54

Tendência -

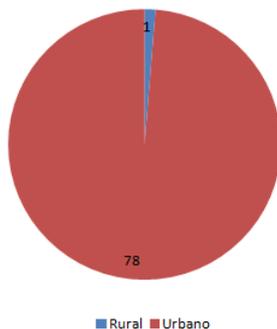
Tema	Subtema	Modelo DPSIR												
Povoamento Unidade Análise n.º	Construção e Habitação Periodicidade Anual	Resposta Fonte CMM (DEASJ, Espaço Municipal, EM)												
Descrição/Metodologia Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho atribuídos/ocupados.														
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos	Meta/Objetivo Município Não definida													
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)	Metas Estratégicas -													
Quadros/Representação Gráfica														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>2.379</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>59*</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>96*</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>46*</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>58*</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Corresponde a fogos atribuídos apenas em 2011, 2012, 2013 e 2014</p> <p>Fogos de Habitação Social Atribuídos, Maia</p>			Ano	N.º Fogos	2010	2.379	2011	59*	2012	96*	2013	46*	2014	58*
Ano	N.º Fogos													
2010	2.379													
2011	59*													
2012	96*													
2013	46*													
2014	58*													
Análise Sumária														
<p>Em 2010, do total de 2.453 fogos destinados a habitação social existentes, estavam atribuídos 2.379 fogos, correspondendo a diferença a fogos para os quais se previa a demolição a curto prazo ou a fogos que estavam a ser sujeitos a obras de reparação/reabilitação para efeitos de atribuição.</p> <p>De acordo com a informação prestada pela Divisão de Ação Social, durante 2011 foram atribuídos um total de 59 fogos para habitação social.</p> <p>O total de fogos de habitação social atribuídos no ano de 2012 foi de 96, superior ao registado no ano transato, o que pode ser reflexo da resposta prestada pela Câmara Municipal ao crescimento verificado ao nível do número de pedidos de habitação social.</p> <p>Já em 2013 e 2014, o número de fogos atribuídos foi de 46 e 58, respetivamente, registando-se também uma diminuição relativamente ao ano de 2012.</p>														

Tema Povoamento	Subtema Evolução Urbanística	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º/%	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)
Descrição/Metodologia Evolução do número de alvarás de licença por categoria de solo rural e urbano definido no Plano Diretor Municipal em Vigor.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos	Meta/Objetivo Município Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica



Alvarás de Licença por Classificação do Solo

Classificação	Qualificação do Solo	N.º	%
Rural	Área Agrícola Complementar	1	1,27
Urbano	Área de Habitação Unifamiliar HU2	55	69,62
	Área de Habitação Coletiva - HC1	3	3,80
	Área de Habitação Coletiva Consolidada	1	1,27
	Áreas de Indústria e Armazenagem	14	17,72
	Áreas de Atividades Terciárias	2	2,53
	Áreas de Equipamentos	2	2,53
PP Pícuca	Edifícios Habitacionais	1	1,27
Total		79	100,00

Alvarás de Licença por Qualificação do Solo

Análise Sumária

Em 2014, ao nível da distribuição das licenças de construção por classificação do solo observa-se um claro predomínio das que se localizam nas categorias de solo urbano (78 no total das 79 emitidas, o que representa 98,7%).

A licença emitida em solo rural integra uma parcela cuja qualificação do solo corresponde a área agrícola complementar.

No que diz respeito ao solo urbano, as licenças são preponderantes nas áreas classificadas como área de habitação unifamiliar HU2, com 55 casos, que representam 69% do total de licenças, seguindo-se os casos inseridos em áreas de indústria e armazenagem.

Ainda que com menor significado, observam-se licenças ao nível das seguintes qualificações do solo; área de habitação coletiva consolidada, área de habitação coletiva HC1, áreas de atividades terciárias e áreas de equipamentos.

Durante 2014, registou-se ainda um processo de licenciamento de uma ampliação numa área integrada no Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas. No entanto, a mesma não corresponde à proposta do plano, que previa para o local a demolição da construção existente e a construção de um edifício multifamiliar.

Observou-se o registo de três licenças de construção em áreas integrada em solo urbanizável, correspondendo a dois processos de ampliação e a um processo de construção nova

Tal facto, bem como a maior concentração das licenças nas freguesias que compõem os aglomerados urbanos de nível 1 e 2, e muito provavelmente associada à forte recessão económica que se vive, com reflexo na evolução da dinâmica construtiva, traduz o cumprimento do objetivo estratégico do PDM de contenção de novas frentes urbanas, desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos.

Relativamente a 2013 (em que se registou 95 alvarás de construção), o ano de 2014 apresentou uma menor dinâmica urbanística.

Processos de Operações Urbanísticas em UOPG		N.º 56	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Evolução Urbanística	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise n.º/%	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)							
Descrição/Metodologia Evolução do número de alvarás de licença inseridos em UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, delimitadas no PDM, distinguindo-se as que foram aprovadas ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do artigo 105.º do regulamento do PDM, bem como aquelas que se referem às UOPG consideradas como de renovação, requalificação e reabilitação urbana.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos		Meta/Objetivo Município Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Processos UOPG</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	Processos UOPG	2013	1	2014	3
Ano	Processos UOPG								
2013	1								
2014	3								
Processos de Operações Urbanísticas em UOPG									
Análise Sumária									
<p>Durante o ano de 2013, apenas se registou uma operação urbanística licenciada em área delimitada no PDM como UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, em solo urbanizável, pelo que, conseqüentemente, registou-se um processo aprovado ao abrigo da exceção prevista no PDM.</p> <p>Em 2014, correspondeu a 3 o número de processos em áreas abrangidas por UOPG, sendo que dois deles foram ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do art.º 105.º do regulamento do PDM. O outro correspondeu a uma processo na área abrangida pelo PP da Pícuia, cujo enquadramento se efetua de acordo com o respetivo regulamento, na parte respeitante à ampliação das construções existentes na área do plano.</p>									
Processos de Renovação, requalificação ou reabilitação urbana		N.º 57	Tendência						

Tema Povoamento Unidade Análise n.º/%	Subtema Evolução Urbanística Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Estado Fonte CMM (DGU)
Descrição/Metodologia Evolução do número de processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana (entrada processo e obras concluídas). Em termos metodológicos, para o cálculo do presente indicador, no âmbito da renovação considera-se os processos de demolição com construção nova, nas componentes de requalificação ou reabilitação urbana são considerados os processo de reconstrução com ou sem preservação de fachada e os processo de ampliação.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos	Meta/Objetivo Município Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

<i>Tipo de Obra</i>	<i>N.º</i>	<i>%</i>
Construção Nova	29	36,7
Alteração	5	6,3
Ampliação	38	48,1
Reconstrução com Preservação de Fachada	6	7,6
Demolição	1	1,3
Total	79	100,0

Alvarás de Licença por Tipo de Obra, 2014

Análise Sumária

Do total de licenças emitidas durante de 2014, isto é, 79, mais de 1/3 (36,7%) referiam-se a construções novas.

A maioria dos alvarás de licença emitidos corresponde a situações de ampliação (48,1%), seguindo-se os de reconstrução com preservação da fachada (7,6%), de alteração (6,3) e de demolição (1,3%), sendo que nestes, apenas um caso diz respeito a demolição seguido de construção nova, reconstrução com preservação da fachada (4,2%).

Assim, e tendo em conta a metodologia definida para o cálculo do presente indicador, 44 dos processos (55,7%) podem ser considerados como de renovação, requalificação ou reabilitação urbana de edificações existentes.

Relativamente a 2013 registaram-se mais processos enquadrados como de renovação, requalificação ou reabilitação urbana de edificações existentes, passando de 35 para 44, em 2014.

N.º de fogos construídos	N.º 58	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Evolução Urbanística	Modelo DPSIR Estado

Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)																																												
Descrição/Metodologia Evolução do número de novos fogos construídos em solo urbano e rural.																																														
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos	Meta/Objetivo Município Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM																																													
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -																																													
Quadros/Representação Gráfica																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Classificação</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rural</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Urbano</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>18</td> </tr> </tbody> </table>	Classificação	N.º	Rural	0	Urbano	18	Total	18	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Freguesia</th> <th>N.º</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Castêlo da Maia</td> <td>6</td> <td>33,3</td> </tr> <tr> <td>Cidade da Maia</td> <td>5</td> <td>27,8</td> </tr> <tr> <td>Nogueira e Silva Escura</td> <td>3</td> <td>16,7</td> </tr> <tr> <td>Águas Santas</td> <td>0</td> <td>0,0</td> </tr> <tr> <td>Folgosa</td> <td>0</td> <td>0,0</td> </tr> <tr> <td>Milheirós</td> <td>1</td> <td>5,6</td> </tr> <tr> <td>Moreira</td> <td>2</td> <td>11,1</td> </tr> <tr> <td>Pedrouços</td> <td>0</td> <td>0,0</td> </tr> <tr> <td>São Pedro Fins</td> <td>0</td> <td>0,0</td> </tr> <tr> <td>V. N. Telha</td> <td>1</td> <td>5,6</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>18</td> <td>100,0</td> </tr> </tbody> </table>		Freguesia	N.º	%	Castêlo da Maia	6	33,3	Cidade da Maia	5	27,8	Nogueira e Silva Escura	3	16,7	Águas Santas	0	0,0	Folgosa	0	0,0	Milheirós	1	5,6	Moreira	2	11,1	Pedrouços	0	0,0	São Pedro Fins	0	0,0	V. N. Telha	1	5,6	Total	18	100,0
Classificação	N.º																																													
Rural	0																																													
Urbano	18																																													
Total	18																																													
Freguesia	N.º	%																																												
Castêlo da Maia	6	33,3																																												
Cidade da Maia	5	27,8																																												
Nogueira e Silva Escura	3	16,7																																												
Águas Santas	0	0,0																																												
Folgosa	0	0,0																																												
Milheirós	1	5,6																																												
Moreira	2	11,1																																												
Pedrouços	0	0,0																																												
São Pedro Fins	0	0,0																																												
V. N. Telha	1	5,6																																												
Total	18	100,0																																												
Fogos por Classificação do solo	Fogos por freguesia																																													
Análise Sumária																																														
<p>Durante 2014, foram licenciados no concelho da Maia um total de 18 novos fogos, a totalidade localizado em solo urbano. Importa perceber a distribuição dos fogos por freguesia, observando-se que um quarto dos novos fogos construídos se localiza na freguesia do Castêlo da Maia, seguindo-se a freguesias da Cidade da Maia, com, respetivamente, 6 e 5 novos fogos. As freguesias com uma menor dinâmica demográfica e construtiva apresentam um valor mais reduzido de novos fogos.</p>																																														
Percentagem de fogos construídos em solo rural	N.º 59	Tendência																																												
Tema	Subtema	Modelo DPSIR																																												
Povoamento	Evolução Urbanística	Estado																																												
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte																																												

Descrição/Metodologia

Número de novos fogos construídos em solo rural sobre o total do n.º de novos fogos construídos no município x 100.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

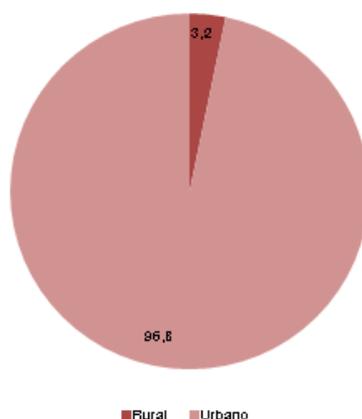
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Classificação	2013	2014
Rural		0
	3,2	
Urbano		100
	96,8	
Total	100	100

Fogos por Classificação do Solo

Fogos por Classificação do Solo, 2013

Análise Sumária

Em 2013, verifica-se que 3,2% dos novos fogos foram edificados em solo rural, sendo que a maioria, cerca de 96,8%, foram em solo urbano. Já em 2014, a totalidade dos novos fogos em construções novas inserem-se em área de solo urbano.

Assim, tal facto traduz o cumprimento do objetivo do PDM de contenção de novas frentes urbanas e de dispersão da construção em solo rural.

Área do solo impermeabilizada

Tema
Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Subtema
Evolução Urbanística
Periodicidade
Anual

N.º 60

Modelo DPSIR
Estado
Fonte
CMM (DGU)

Tendência -

Descrição/Metodologia

Área do solo impermeabilizada por operações urbanísticas, por categoria e subcategoria de espaço e percentagem face à área total do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Qualificação so Solo</i>	<i>Área (m2)</i>	<i>%</i>
Área Agrícola Complementar	88	0,2
Área de Habitação Unifamiliar HU2	9.298	21,9
Área de Habitação Coletiva - HC1	841	2,0
Área de Habitação Coletiva Consolidada	59	0,1
Áreas de Indústria e Armazenagem	28.359	66,8
Áreas de Atividades Terciárias	1.371	3,2
Áreas de Equipamentos	2.421	5,7
Edifícios Habitacionais	21	0,0
Total	42.458	100,0

Área do solo impermeabilizada, 2014**Análise Sumária**

Durante 2014, as operações urbanísticas de edificação resultaram numa área total do solo impermeabilizada de 42.458 m² (cerca de 4,2 ha), sendo que, a maior parte, insere-se na categoria de solo de área de indústria e armazenagem (67%).

Tal como em 2013, também em 2014, e embora o predomínio do n.º total de alvarás de licença digam respeito a operações urbanísticas inseridas em área de habitação unifamiliar - HU2, na componente de área impermeabilizada destaca-se a área de indústria e armazenagem, reflexo da própria tipologia de edificado neste tipo de qualificação do solo.

Em 2014, a área de solo impermeabilizada correspondeu a 0,05 % da área total do concelho, indicador que também permite avaliar o cumprimento do objetivo do PDM de contenção de novas frentes urbanas.

Pedidos de Inutilização de RAN

N.º 61

Tendência -

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Coesão Urbana

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

CMM (DPTP e DGU)

Descrição/Metodologia

N.º e área de pedidos de parecer para a inutilização de solos em Reserva Agrícola Nacional

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

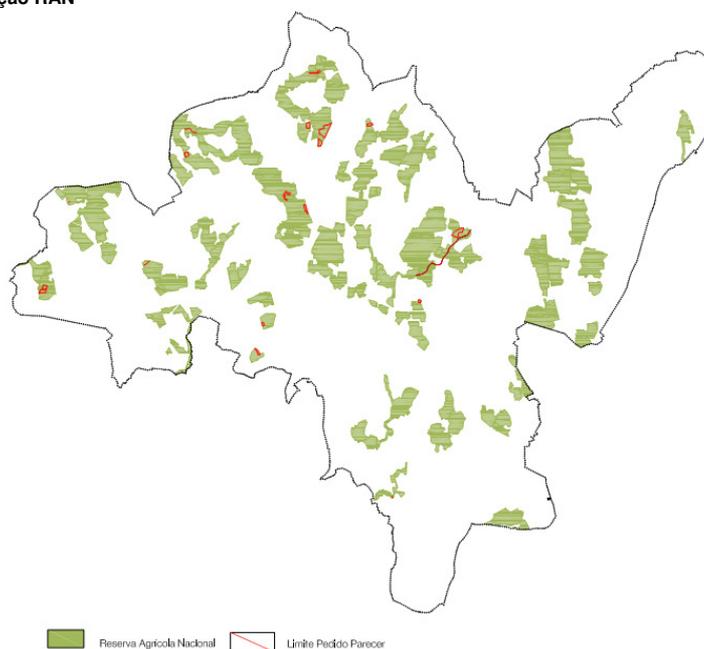
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pedidos		Tipologia						Sem Enquadramento	
	N.º	Área (m ²)	Obras Finalidade Agrícola	Habitação Própria	Infraestrutura Pública Rodoviária	Equipamento Público	Obras indispensáveis à proteção civil	implementação de infraestruturas hidráulicas		RIP
2009	7	45064,5	1	2	1	2				1
2010	5	10117,2		1		2	2			
2011	3	2284	1			2				
2012	1	138						1		
2013	3	6624						1	2	
2014	2								2	

Pedidos de Inutilização RAN

■ Reserva Agrícola Nacional
 □ Limite Pedido Parecer

Localização Pretensões em RAN**Análise Sumária**

Em 2009, registou-se um total de 7 pedidos de inutilização do solo agrícola, que correspondiam à construção de equipamentos públicos (2), à construção de uma infraestrutura rodoviária, à construção de habitação própria (2) e à construção/ampliação de exploração bovina. Havendo ainda um dos pedidos de parecer para inutilização de solo agrícola que não se enquadrava no regime jurídico da RAN e que foi indeferido.

Em 2010, foram 5 os pedidos de inutilização do solo agrícola, correspondendo a 2 pedidos de construção de equipamentos públicos, a um pedido de construção de habitação própria e a 2 pedidos para a intervenção em duas linhas de água do concelho, com vista à desobstrução e regularização das mesmas. De salientar que estas últimas intervenções, ainda que incidam em área integrada na RAN, não põem em causa a finalidade agrícola do contínuo natural que integram.

Em 2011, registaram-se apenas 3 pedidos de utilização não agrícola de áreas de RAN, correspondendo dois a pedidos de construção de equipamentos públicos e um à construção de um edifício de apoio à atividade agrícola.

Em 2012 registou-se apenas um pedido de inutilização de solo agrícola para a execução de uma travessia hidráulica numa linha de água.

Em 2013 deram entrada na Câmara Municipal 3 pedidos de inutilização do solo agrícola, abrangendo uma área de 6624 m², um dos quais foi indeferido.

Em 2014, a Câmara Municipal deliberou acerca do relevante interesse público de 2 pedidos de intervenção em RAN (5918 m²), atendendo ao facto dos projetos contribuírem para os objetivos estratégicos do PDM, designadamente ao nível da valorização do património edificado, dotando-o com novos usos.

Como os pedidos de inutilização do solo agrícola podem acabar por não ser executados por diversas razões, os indicadores seguintes analisam as intervenções que efetivamente ocorreram em áreas de RAN, diferenciando por tipologia e por área inutilizada.

Intervenções em RAN

N.º 62

Tendência -

Tema

Povoamento

Subtema

Coesão Urbana

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análisen.º/m²**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DPTUP, DCEM, DGU)

Descrição/Metodologia

N.º e área de reserva agrícola nacional inutilizada para outros usos e ações previstos no regime jurídico da RAN.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Freguesia	Tipologia	Área Inutilizada
2009	Moreira	Construção Arruamento Pedras Rubras	6427,95
2011	Vila Nova da Telha	Construção Equipamento Habitação Social	1000,00
2011	Folgosa	Construção de Vacaria	1276,00
2013	Águas Santas	Construção de Travessia Hidráulica	138
2013	Castêlo da Maia	Ampliação de estabelecimento de restauração	43

Intervenções em áreas de RAN

Análise Sumária

No que diz respeito à inutilização de área de RAN para outros fins ou ações para além de processos de gestão urbanística, nomeadamente no que diz respeito à construção de equipamentos e infraestruturas, no decorrer de 2009, procedeu-se à abertura de um arruamento em Moreira cujo traçado é coincidente com área de reserva agrícola nacional, com uma área inutilizada total de aproximadamente 6 427,95 m², não se tendo registado nenhuma ocorrência em 2010.

Em 2011, registou-se a construção de um equipamento de interesse público em área de reserva agrícola nacional, abrangendo uma área total de inutilização de 1.000 m², e bem ainda à construção de uma vacaria, com uma área total de 1276 m².

Assim, a inutilização de solo agrícola para outros usos e ações correspondeu a um total de 8.703,95 m², a qual representa cerca de 0.05% da área total de RAN do município.

Durante 2012, não se registou qualquer ocorrência de construção em área de RAN.

No ano de 2013, e de acordo com a informação disponível, correspondeu a 181 m² a área de RAN objeto de intervenções.

Relativamente a 2014 não existe informação sobre a execução de alguma intervenção em área de RAN. Os pedidos referidos anteriormente ainda carecem de despacho favorável da entidade competente.

Pedidos de Intervenção em REN

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º e tipologia dos pedidos de intervenção em Reserva Ecológica Nacional

Subtema

Coesão Urbana

Periodicidade

Anual

N.º 63

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

CMM (DPTUP)

Tendência -

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

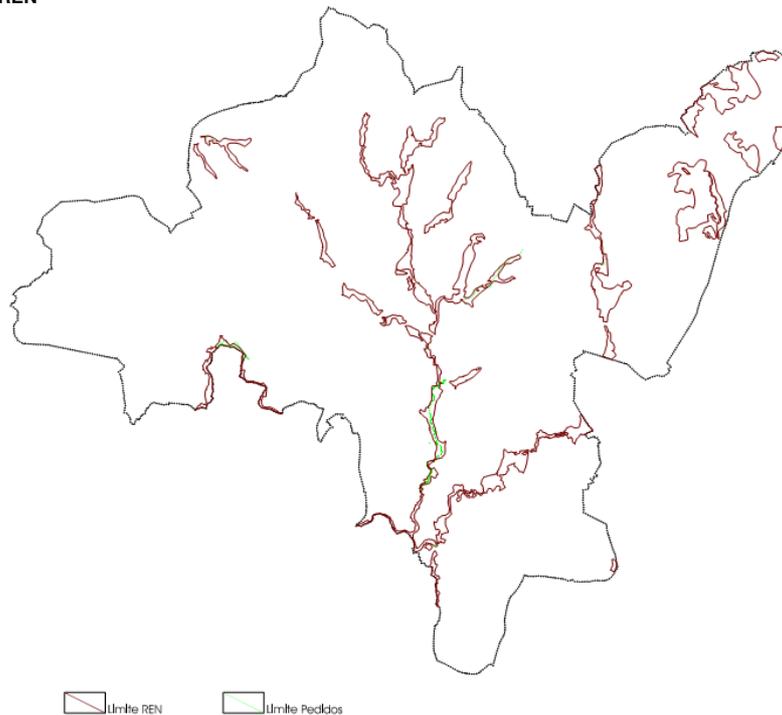
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Tipologia					
		Espaço Verde	Desassoreamento de Ribeiras	Reabilitação ribeira e abertura percurso pedonal	Construção travessia hidráulica	Apoio Agrícola	RIP
2009	1	1					
2010	5		3	1	1		
2011	1					1	
2012	1				1		
2013	2				1		1

Pedidos de Intervenção em REN

Localização dos Pedidos de Intervenção em REN

Análise Sumária

Em 2009, a Câmara Municipal, no âmbito do Projeto de execução do designado Parque Urbano de Moreira solicitou a autorização para a ocupação de solos integrados na REN, nas margens do Rio Liça, junto à ETAR de Ponte de Moreira, tendo a presente pretensão obtido parecer favorável por parte da CCDR-N e da ARH-N, na medida que a mesma revela interesse para a população do município da Maia, assim como para a Grande Área Metropolitana do Porto, por se tratar da integração na rede de parques naturais, e bem ainda pelo facto de as ações propostas se coadunarem com o PDM tal como com o atual regime da REN, correspondendo a intervenção em Parque Urbano, intervenção que ainda não foi executada.

Em 2010, foram 5 os pedidos de intervenção em REN, correspondentes a limpeza, desobstrução e regularização de linhas de água e criação de percursos pedonais, e bem ainda à construção de uma passagem hidráulica, intervenções que ainda não foram executadas.

Já em 2011, deu entrada na Câmara Municipal apenas um pedido de intervenção para a construção de estruturas de apoio à pecuária, em parcela de terreno sobre a qual recai um subsistema de REN, cuja intervenção abrange 1276 m² de reserva, a qual ainda não foi alvo de decisão.

Em 2012, apenas se registou um pedido correspondente ao mesmo pedido verificado para a RAN, já que as reservas são coincidentes.

Já em 2013, surgiram 2 pedidos de intervenções em área classificada como REN, com uma área total de 5195 m², em que apenas a construção da travessia hidráulica (138 m²) obteve parecer favorável. Durante 2014, não houve registo de qualquer pedido de intervenção em área de Reserva Ecológica Nacional.

Intervenções em REN

N.º 64

Tendência -

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/m²

Descrição/Metodologia

N.º, tipologia e área de intervenção de processos de operações urbanísticas e das demais intervenções em área abrangida por Reserva Ecológica Nacional.

Subtema

Coesão Urbana

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;	Meta/Objetivo Município Não definida
---	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Processos	Área Intervenção (m ²)
2009	0	0
2010	0	0
2011	1	1276
2012	0	0
2013	1	138
2014	0	0

Processos em REN

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida, em 2009, 2010 e 2012 não se registou qualquer processo de controlo prévio de operações urbanísticas em área coincidente com a reserva ecológica nacional.

Quanto a 2011, deu entrada na Câmara Municipal o processo de legalização de uma instalação pecuária cuja implantação abrange terrenos de REN.

Em 2013, registou-se a execução de uma travessia hidráulica em área de REN. Já em 2014, não se registou qualquer intervenção.

No âmbito das intervenções em REN, desde a entrada em vigor do PDM, surgiram um total de 7 pedidos de autorização para a realização de ações integradas em REN.

No entanto, pode acontecer que não obtenham parecer favorável por parte das entidades respetivas ou, após parecer positivo, os mesmos não cheguem a ser concretizados, uma vez que caducam no prazo de um ano após a emissão do parecer.

Assim, sendo essencial conhecer efetivamente quais os pedidos que são concretizáveis, após confirmação dos dados anteriormente apresentados, constata-se que, durante a vigência do PDM revisto, não se realizou qualquer intervenção em área abrangida por reserva ecológica nacional, com a exceção da instalação pecuária.

Licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem		N.º 65	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Coesão Urbana	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise n.º/%	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)	
Descrição/Metodologia Evolução do número de licenciamentos de construções novas destinadas a unidades industriais em áreas delimitadas no PDM como			

de indústria e armazenagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Fortalecimento do parque industrial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território;

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Tipo de Obra	2013		2014	
	N.º	%	N.º	%
Construção Nova	9	50,0	4	28,6
Alteração	4	22,2	4	28,6
Ampliação	4	22,2	6	42,9
Demolição	1	5,6	0	0
Total	18	100,0	14	100

Operações Urbanísticas em área de indústria e armazenagem**Análise Sumária**

Durante 2013, registaram-se 18 alvarás de licença em área classificadas no PDM como área de indústria e armazenagem, sendo que 9 dos edifícios licenciados correspondem a novas unidades industriais, representando 50% dos licenciamentos, correspondendo os restantes a alteração e/ou ampliação. Por fim, regista-se uma demolição.

Em 2014, o valor registado foi de 14 licenças em área de indústria e armazenagem. Neste ano, observou-se um predomínio das situações de ampliação.

Unidades Industriais Deficientemente Localizadas Território

N.º 66

Tendência -

Tema

Povoamento

Subtema

Coesão Urbana

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

Levantamento das indústrias existentes em todo o território concelhio em áreas não classificadas no PDM em vigor como área de

atividades terciárias e áreas de indústria e armazenagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

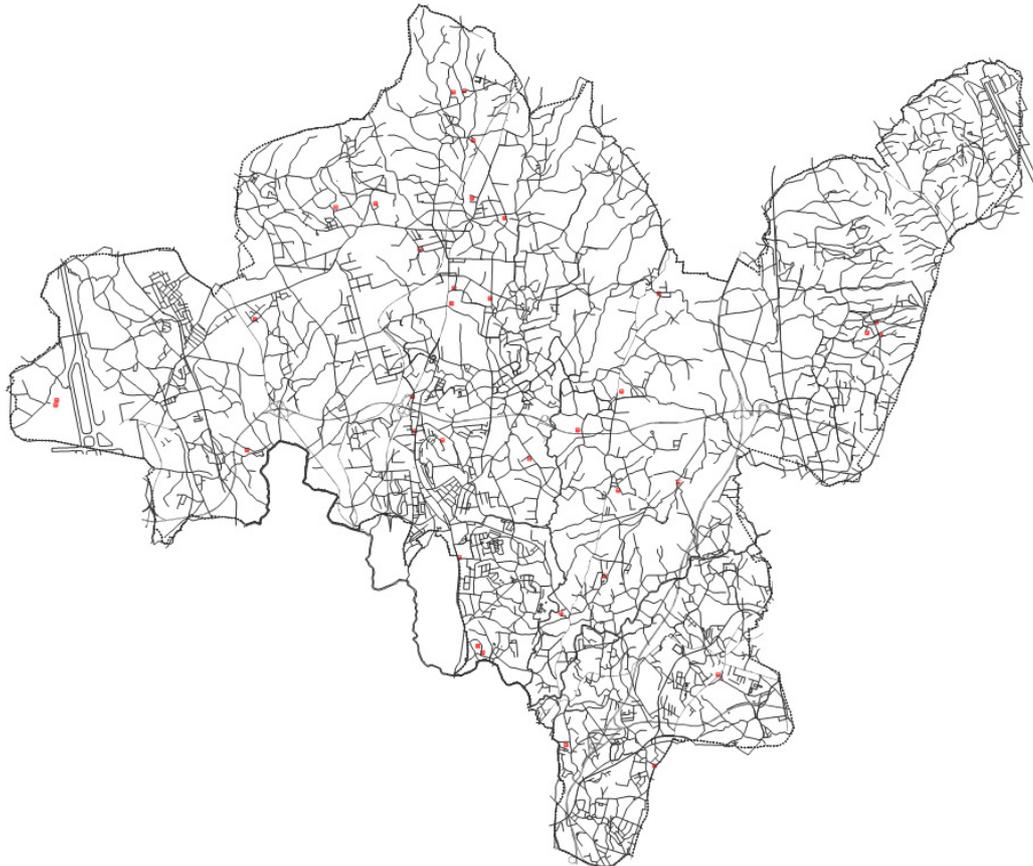
Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica



Unidades Industriais Deficientemente Localizadas

Análise Sumária

Uma das grandes preocupações do PDM, expressa nas suas grandes linhas orientadoras, prende-se com o ordenamento das atividades industriais e de armazenagem, que surgem dispersas por todo o concelho, muitas vezes em situações de incompatibilidade com outras atividades, outras em evidente conflito com valores naturais, como linhas de água e suas margens, ou em sítios de elevado interesse paisagístico.

Embora se tenha conhecimento da existência de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe um conhecimento absoluto do total de unidades industriais no concelho, localizadas em áreas não classificadas no PDM como áreas de indústria e armazenagem ou áreas de atividades terciárias, tendo o anterior REOT apontado como proposta a inclusão do presente indicador.

Assim, do levantamento efetuado registou-se um total de 54 unidades industriais deficientemente localizadas, estando 5 em solo rural e 49 em solo urbano. Dentro do solo classificado como urbano, que corresponde à maioria das empresas, as mesmas distribuem-se por áreas classificadas como áreas de habitação coletiva (HC1 e HC2), áreas de habitação unifamiliar (HU1 e HU2), áreas de habitação coletiva consolidada, áreas verdes de enquadramento e áreas de estruturação especial.

Face aos anos transatos, verifica-se um aumento do n.º de empresas, que resulta da atualização do levantamento, efetuada em 2012, correspondendo a situações já existentes e não a novas construções.

Com vista a alcançar o cumprimento do objetivo relativo à deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no território, a Câmara Municipal deve analisar os casos à luz das regras de compatibilidade estabelecidas e, comprovando-se a referida incompatibilidade, identificar incentivos para a deslocalização das mesmas.

Planos de Pormenor em vigor

N.º 70

Tendência ►

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em solo urbano e em solo rural em vigor, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Subtema

Desenho Urbano

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DPTUP)

Objetivos PDM/Fator Ambiental
 Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada
 Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município
 Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Solo Urbano		PP Solo Rural		Área concelho abrangida PP	Solo Urbano abrangido PP
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)	%	%
2009	0	0	0	0	0	0
2010	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2011	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2012	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2013	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2014	1	41,4	0	0	0,5	0,9

Planos de Pormenor em Vigor

Análise Sumária

Com a publicação em Diário da República do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro, que publica o Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes, existe, no concelho da Maia, apenas um plano de pormenor em vigor, que corresponde a uma área total de 41,4 ha.

A área do concelho abrangida por plano de pormenor em vigor é de apenas 0,5 ha, passando para 0,9 ha, quando considerando a relação com a área do concelho classificada no PDM como solo urbano.

Desde 2010 não se tem registado qualquer evolução do presente indicador.

Planos de Pormenor em elaboração

N.º 71

Tendência ▼

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em elaboração no concelho, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Subtema

Desenho Urbano

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DPTUP)

Objetivos PDM/Fator Ambiental Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio	Meta/Objetivo Município Crescente
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Elaboração		% área Concelho	% Solo Urbano
	N.º	Área (ha)	%	%
2009	4	106	1,3	2,2
2010	4	115,9	1,4	2,4
2011	5	124,4	1,5	2,6
2012	5	124,4	1,5	2,6
2013	4	73,1	0,9	1,5
2014	4	73,1	0,9	1,5

Planos de Pormenor em Elaboração

Análise Sumária

Tanto em 2009 como em 2010, no território concelhio encontram-se em elaboração quatro planos de pormenor, que abrangem uma área total de 106 ha e de 115,9 ha, respetivamente. A alteração ocorrida de 2009 para 2010, prende-se com a entrada em vigor do Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes, e com a decisão de retomar a elaboração de um outro Plano de Pormenor.

Para além dos planos em elaboração em 2010, em 2011, a Câmara Municipal deliberou a elaboração de mais um plano, designadamente o Plano de Pormenor do Centro da Cidade, que abrange uma área total de 8,5 ha, totalizando a área dos planos em elaboração durante 2011 cerca de 124,4 ha.

Em 2012, mantém-se formalmente o mesmo número, e respetiva área de abrangência, de planos de pormenor em elaboração. No entanto, deve-se ressaltar que a evolução do procedimento de elaboração é díspar.

Assim, ao longo dos anos em análise observa-se um crescimento da área total do concelho e da área urbana do concelho abrangida por plano de pormenor, correspondendo, em 2011 e em 2012, a 1,5% da área do concelho e a 2,6% do solo urbano do concelho.

Já em 2013, e tendo no âmbito do Relatório de execução e da programação estratégica das prioridades de desenvolvimento urbanístico para 2013 a Câmara Municipal deliberado pela desistência do procedimento de elaboração do PP do Novo Núcleo Urbano de Nogueira/Milheirós, a área do concelho abrangida decresceu para 73,1 ha, representando agora 0,9% do total da área do concelho e 1,5% do total da área urbana do concelho.

Unidades de Execução

N.º 72

Tendência ▼

Tema Povoamento	Subtema Desenho Urbano	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise n.º/%	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia
N.º e área abrangida por unidades de execução aprovadas e em elaboração.

Objetivos PDM/Fator Ambiental Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio	Meta/Objetivo Município Não definida																																							
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -																																							
Quadros/Representação Gráfica																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">UE aprovada</th> <th colspan="2">UE elaboração</th> </tr> <tr> <th>N.º</th> <th>Área (ha)</th> <th>N.º</th> <th>Área (ha)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>n.a</td> <td>n.a</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>9</td> <td>306,5</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>1</td> <td>11,1</td> <td>8</td> <td>124,6</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>1</td> <td>11,1</td> <td>4</td> <td>28,3</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>1</td> <td>11,1</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>1</td> <td>11,1</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table> <p>n.a – Não Avaliado</p> <p style="text-align: center;">Unidades de Execução</p>		Ano	UE aprovada		UE elaboração		N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)	2009	0	0	n.a	n.a	2010	0	0	9	306,5	2011	1	11,1	8	124,6	2012	1	11,1	4	28,3	2013	1	11,1	0	0	2014	1	11,1	0	0
Ano	UE aprovada		UE elaboração																																					
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)																																				
2009	0	0	n.a	n.a																																				
2010	0	0	9	306,5																																				
2011	1	11,1	8	124,6																																				
2012	1	11,1	4	28,3																																				
2013	1	11,1	0	0																																				
2014	1	11,1	0	0																																				
Análise Sumária																																								
<p>No que diz respeito ao instrumento de execução designado por Unidade de Execução, em 2011, a Câmara Municipal aprovou a delimitação da UE da Zona Desportiva da Cidade, referente a todo o quarteirão da zona desportiva, em que se insere, nomeadamente, o Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho, o Complexo Municipal de Ténis e o Complexo Municipal de Ginástica.</p> <p>Durante a vigência do atual PDM, a Câmara Municipal desenvolveu procedimentos com vista á delimitação e aprovação de outras unidades de execução, tendo desenvolvido os trabalhos preparatórios de formalização das respetivas propostas.</p> <p>Em 2010 eram 9 as UE em elaboração e em 2011 eram 8, sendo a área de intervenção de 306,5 ha e de 124,6 ha, respetivamente.</p> <p>Em 2012, e muito fruto da necessidade de afetar recursos à elaboração da 1.ª alteração ao Plano Diretor Municipal revisto, o número de unidades de execução sobre as quais se desenvolveram trabalhos foi substancialmente reduzido, correspondendo apenas a 4 UE, que abrangiam uma área de cerca de 28 ha.</p> <p>Como já tem vindo a ser referido, neste ponto, importa reiterar que às várias Unidade de Execução em elaboração correspondem diferentes níveis de execução.</p> <p>Durante 2013 e 2014, não se deu seguimento aos processos de delimitação das unidades de execução em elaboração em 2012.</p>																																								

Estudos Urbanísticos de Referência		N.º 73	Tendência -
Tema Povoamento	Subtema Desenho Urbano	Modelo DPSIR Resposta	
Unidade Análise n.º/%	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP)	

Descrição/Metodologia

N.º de estudos urbanísticos de referência elaborados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada
 Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2013	27
2014	43

Estudos Urbanísticos

Análise Sumária

No âmbito do REOT de 2012, e para o eixo temático do desenho urbano, considerou-se desejável incluir o indicador referente ao número de estudos urbanísticos elaborados.

Assim, durante o ano de 2013 elaboraram-se 27 estudos urbanísticos de referência, tendo, em 2014, registado um valor de 43 estudos concluídos.

Imóveis Classificados e em vias de classificação

N.º 74

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Património

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

N.º de imóveis classificados e em vias de classificação.

Objetivos PDM/Fator Ambiental**Meta/Objetivo Município**

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2008	3
2009	3
2010	3
2011	3
2012	3
2013	3
2014	3

Património Classificado ou em Vias

Análise Sumária

Relativamente ao presente indicador, importa referir que desde a entrada em vigor do PDM até 2011, na Maia, como Património Classificado, tínhamos a Igreja de N. Senhora do Ó, em Águas Santas e o Marco Miliário, o qual foi transladado para o Museu Etnológico da Maia como medida de preservação do mesmo; e como Património em Vias de Classificação, o Conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira.

No entanto, em 2012, e com publicação da Portaria n.º 740-C/2012, de 24 de dezembro, que procede à classificação como monumentos de interesse público a Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira, passou a existir no concelho apenas imóveis classificados, não estando pendente qualquer procedimento de classificação, pelo que, para este ano se considerou a evolução do presente indicador como positiva.

Em 2013 e 2014, e de acordo com a legislação em vigor, não foram abertos procedimentos de classificação de imóveis, mantendo-se o registo de apenas 3 imóveis classificados.

Não obstante, no ano de 2014, de acordo com a legislação em vigor, foram abertos 2 procedimentos de classificação de imóveis pela equipa Projeto de Valorização de Imóveis Arrolados como Património de Interesse Municipal, os quais se encontram a decorrer.

Medidas Valorização e Proteção Patrimonial - Património Edificado

N.º 75

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Património

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial do património edificado.

Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural	Meta/Objetivo Município Crescente																
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -																
Quadros/Representação Gráfica																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Medidas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>560</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Medidas	2008	0	2009	0	2010	0	2011	8	2012	0	2013	3	2014	560
Ano	Medidas																
2008	0																
2009	0																
2010	0																
2011	8																
2012	0																
2013	3																
2014	560																
Medidas valorização e Proteção																	
Análise Sumária																	
<p>Para além do património classificado e em vias de classificação, no âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a uma atualização dos imóveis arrolados como Património Edificado. Na Carta de Ordenamento – Património Edificado, foram registados 436 elementos, entre os quais edifícios religiosos, edifícios civis, pontes, edifícios escolares, tanques, entre outros.</p> <p>Durante os anos em análise, em 2010 e em 2012, não se desenvolveram ações de valorização do património edificado, sendo que, em 2011 realizaram-se um total de 8/ ações de valorização do património edificado, algumas materiais referentes à recuperação de edifícios e outras imateriais, ao nível de ações de divulgação.</p> <p>Assim, considerou-se que uma das medidas a implementar passava pelo desenvolvimento, pela Divisão de Cultura e Turismo, de ações de sensibilização e divulgação com vista à promoção e valorização do património edificado e fomento de uma maior pedagogia de identidade cultural, bem como de ações de promoção do património edificado para utilizações ligadas ao turismo rural ou de habitação ou a outras atividades que potenciem a sua manutenção e recuperação.</p> <p>Neste sentido, e de acordo com informação prestada pelo Gabinete de Arqueologia, durante o ano de 2013, sintetizaram-se em duas as medidas de valorização e proteção patrimonial do património edificado, designadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Início do Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal, da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos do gabinete de Arqueologia e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos, sendo que foi desenvolvido o trabalho de georreferenciação de todos os dados patentes na Planta de Ordenamento – Património Edificado na aplicação GISMAT – Cadastro Propriedade; 2. Desenvolvimento de estudos de reavaliação da parcela 7 do núcleo rural de Mandim, integrado no Conjunto Vernacular 14, e da denominada Casa do Bispo, integrada no Conjunto Vernacular 20. O trabalho realizado no núcleo rural de Mandim foi apresentado na Conferência Internacional de Património Vernáculo e Arquitetura de Terra, organizado pela ESG – Escola Superior Gallaeicia e pelo ICOMOS-CIAV; 3. Organização pela Divisão de Cultura e Turismo, em dezembro de 2013, das Jornadas de Arquitetura e Arqueologia da Maia com o objetivo de divulgar e sensibilizar a comunidade para a importância do património edificado e arqueológico. <p>Em 2014, as medidas de valorização e proteção patrimonial realizadas encontram-se integradas no Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos da Divisão da Cultura e Turismo e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos.</p> <p>Assim, neste âmbito foram reavaliados os 560 edifícios arrolados na Carta de Ordenamento - Património Edificado. Esta reavaliação foi executada com o objetivo de criar filtros de leitura das diferentes tipologias de utilização dos diferentes corpos do edificado.</p>																	

Património Edificado – Operações Urbanísticas		N.º 76	Tendência ▲
Tema Povoamento	Subtema Património	Modelo DPSIR Resposta	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)	
Descrição/Metodologia Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operação urbanísticas com vista a sua valorização e recuperação.			

Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2013	0
2014	1

Imóveis arrolados alvo de operação urbanística

Análise Sumária

Durante o ano de 2014, apenas se registou uma operação urbanística com vista a valorização e recuperação de um edifício unifamiliar situado no Largo da Pena, freguesia de Nogueira que consta da Planta de Ordenamento – Património Edificado, classificado como imóvel de interesse municipal.

Prospecções em áreas de património arqueológico		N.º 78	Tendência ▲
Tema Povoamento	Subtema Património	Modelo DPSIR Resposta	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DCT)	

Descrição/Metodologia

N.º de prospeções em áreas de património arqueológico e área abrangida pelas mesmas.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º	Área (ha)
2009	2	n.d
2010	12	n.d
2011	27	60
2012	27	70
2013	5	28
2014	18	50

Prospeções em Património Arqueológico**Análise Sumária**

Durante o ano de 2009 os trabalhos de prospeção arqueológica incidiram nas freguesias de Silva Escura e Barca. Nesta última, foram detetadas as primeiras evidências de artefactos cerâmicos da Idade do Bronze no cume do Monte de Santa Cruz. Este facto, juntamente com a referência realizada nas memórias paroquiais sobre a existência de uma muralha em talude de terra, cuja origem é atribuída aos Mouros ou Cristãos, justificam a delimitação da zona de proteção arqueológica definida no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Já em 2010 foram realizadas 12 saídas para trabalhos arqueológicos de prospeção, com a adição de novos sítios para adição à Carta Arqueológica.

Em 2011, foram realizadas, por parte do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, 27 saídas de campo para prospeção arqueológica, com uma área prospectada que ronda os 60 ha.

Embora os dados apresentados representem apenas a atividade municipal nesta matéria, importa referir que, durante 2011, realizaram-se, no território concelhio, um conjunto de prospeções em áreas de património arqueológico, decorrentes da realização de projetos promovidos por entidades públicas ou privadas, designadamente no âmbito dos estudos de impacte ambiental do prolongamento da Linha Verde do Metro, da variante à EN14, da N13 e do *Business Maia Park*.

Já em 2012, as prospeções em áreas de património arqueológico corresponderam a 27 saídas de campo, das quais resultaram uma área prospectada de 70 hectares.

Durante 2013 realizaram-se 5 prospeções em áreas de património arqueológico com um total de 28 ha abrangidos, designadamente na freguesia do Castelo da Maia, com a identificação do sítio arqueológico de Quiraz e com a identificação e registo cartográfico da rede viária antiga com o objetivo de implementação de percursos pedestres históricos na envolvente do Parque de Avioso.

Em 2014, o número total de ações de prospeção em áreas de património arqueológico foi de 18, abrangendo uma área de 50 ha.

Assim, durante o ano de 2014 foram realizados a diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais resultaram a identificação de 8 novos sítios arqueológicos: Barreiros, freguesia da Maia, Arroiteia, freguesia de Milheirós, Cidadelhe 1 e 2, freguesia de Castelo da Maia (Avioso, São Pedro), Cardosas 1 e 2, freguesia de São Pedro Fins, Bouça Velha 1 e 2, freguesia Nogueira e Silva Escura.

Foram executados trabalhos de prospeção arqueológica numa área de cerca 50 ha, registados em 18 fichas de saídas de campo.

Em relação aos resultados apresentados nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, a média aritmética anual de novas áreas prospectadas é de 54 ha. Os valores totais das áreas prospectadas cruzados com a identificação de novos sítios arqueológicos indicam que a prospeção arqueológica efetuada pelo Gabinete de Arqueologia obedece a uma metodologia cada vez mais dirigida. Ou seja os locais são predeterminados tendo em consideração as especificidades de assentamento das diferentes comunidades humanas ao longo do tempo. O crescimento das áreas de prospeção contribui para a salvaguarda do património arqueológico do concelho.

Medidas valorização e proteção Patrimonial - Património Arqueológico

N.º 79

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Património

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (Património Arqueológico)

Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural	Meta/Objetivo Município Crescente
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º	Descrição
2009	1	Mamoia 5 Leandro
2010	2	Lugar Barroso, Nogueira Mamoia 5 Leandro
2011	10	Barroso, Nogueira da Maia Mamoia 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra Arcos Barroso, Nogueira da Maia Forca, Aldeia Nova, Barca
2012	10	Forca, Aldeia Nova, Barca
2013	1	Quiraz
2014	10	

Áreas submetidas a medidas de valorização

Análise Sumária

No que diz respeito às áreas de património arqueológico submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial realizaram-se, em 2009, ações de valorização e preservação da Mamoia 5 do Leandro. As medidas de valorização realizadas na Mamoia 5 do Leandro consistiram em ações de limpeza de matos e lixeiras na envolvente deste monumento. Foram ainda efetuadas ações de consolidação das estruturas arqueológicas assim como o aterro das valas abertas.

Durante o ano de 2010 foram submetidas duas zonas a ações de valorização patrimonial, concretamente o sítio arqueológico do Barroso, em Nogueira (escavações arqueológicas que abrangeram 900 m²) e na Mamoia do Leandro (trabalhos de limpeza, sinalização de segurança e monitorização).

Em 2011, o somatório das áreas submetidas a proteção do património arqueológico foi de 54.5 hectares, o que corresponde às 8 novas áreas de proteção arqueológica a considerar no âmbito da proposta de alteração ao PDM, correspondendo aos seguintes sítios arqueológicos: Barroso, Mamoia 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra, Aldeia Nova e Arcos. Foram ainda intervencionados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, e de acordo com informação prestada pelo mesmo, dois sítios arqueológicos já presentes na Carta de Património Arqueológico: Barroso, Nogueira da Maia e Forca, Aldeia Nova e Barca.

Em 2012, as áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (património arqueológico), corresponderam a 10 zonas sujeitas a medidas de valorização (a escavação arqueológica foi apenas realizada no sítio da Forca, com uma área intervencionada de 15 m², 30 metros cúbicos de terras retiradas em virtude de se ter escavado estruturas arqueológicas até aos 2 metros de profundidade).

Em 2013, as áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (património arqueológico), corresponderam a uma área, designadamente o sítio arqueológico de Quiraz, com 2,6 ha.

No ano de 2014 foram alvo de medidas de valorização patrimonial 15 sítios arqueológicos. Neste indicador estão incluídos as medidas de minimização resultantes de pedidos de informação prévia à avaliação de projetos de obras localizados em áreas de proteção arqueológica em vigor e propostas de valorização patrimonial. Destes 15 sítios destacamos a apresentação de uma proposta de classificação como monumento de interesse municipal de 13 sítios arqueológicos. À área total submetida a classificação é de cerca de 10 ha.

N.º de Estabelecimentos de Saúde Primários		N.º 80	Tendência -
Tema	Subtema	Modelo DPSIR	
Povoamento	Equipamentos Saúde	Estado	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte	
n.º	Anual	CMM (Gabinete Saúde)	
Descrição/Metodologia			
Evolução do n.º de estabelecimentos de saúde primários em funcionamento no concelho, em que se considera:			
<ul style="list-style-type: none"> N.º de Unidades Locais de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde. Adota-se a terminologia de Unidade de Saúde, a qual por 			

- opção do Governo substituiu as designações anteriormente utilizadas de Centros de Saúde e Extensões de Saúde;
 - N.º de Unidades de Saúde Familiar, isto é, Unidade operativa, funcionalmente autónoma, dos Centros de Saúde dotados de personalidade jurídica e associações de centros de saúde. Compreendem as unidades de saúde familiar, de cuidados na comunidade, de saúde pública. Podem compreender ainda unidades de meios de diagnóstico e tratamento e especialidades, de internamento ou de urgência.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Unidades Saúde	USF
2008	9	0
2009	5	7
2010	5	8
2011	5	8
2012	4	8
2013	4	8

Unidades de Saúde, Maia

Análise Sumária

Atualmente existem no concelho da Maia um total de 4 unidades de saúde (integrando a UCSP da Maia, as extensões de Milheirós e Nogueira e a Unidade de saúde Pública da Maia).

Relativamente ao valor de referência do PDM verifica-se um decréscimo deste tipo de unidades (que agrega os centros de saúde e extensões de saúde), face à substituição deste tipo de unidades locais de saúde pelas designadas Unidades de Saúde Familiares, que serão abordados na ficha seguinte.

Em 2012, considerou-se já menos uma unidade de saúde, devido ao encerramento da UCSP de Águas Santas (que funcionou apenas até 31/03/2012), valor que se manteve em 2013.

Desde a entrada em vigor do PDM, e muito designadamente da elaboração da designada Carta da Saúde, ocorreram transformações no âmbito do sistema organizacional dos cuidados de saúde primários públicos, pela introdução do conceito de Unidades de Saúde Familiares (USF), com reflexos positivos na prestação dos cuidados de saúde do município.

Com a constituição das USF, o concelho foi dotado de um conjunto de equipamentos de saúde, que se traduziram na substituição/encerramento de algumas extensões de saúde, com carácter mais precário.

Assim, atualmente a Maia já dispõe de 8 USF, designadamente: Lidador, Odisseia, Pirâmides, Íris, Viver Mais, Pedras Rubras, Alto da Maia e Saúde em Família.

Relativamente a 2009, ano em que surgiram as USF no concelho, verifica-se agora a existência de mais uma USF.

N.º de Utentes

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de utentes inscritos nas unidades de cuidados do serviço nacional de saúde do concelho (Unidades de Saúde e Unidades de Saúde Familiar)

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

N.º 81

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Tendência -

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

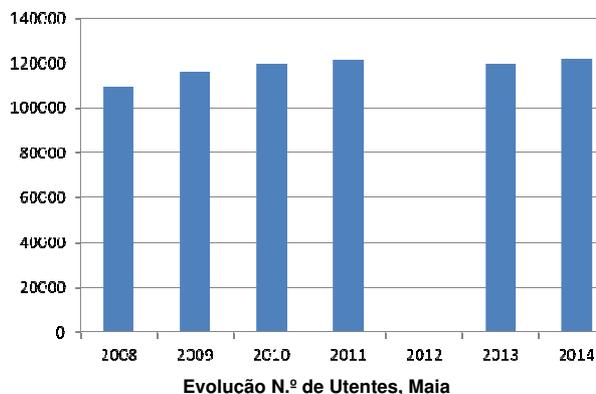
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Utentes
2008	109.372
2009	116.210
2010	119.436
2011	121.497
2012	n.d
2013	119.405
2014	121.603

N.º de utentes, Maia

**Análise Sumária**

De acordo com os dados fornecidos pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2014, encontravam-se inscritos nos estabelecimentos de saúde primários do concelho da Maia cerca de 121.603 utentes, verificando-se um crescimento bastante significativo relativamente ao valor de referência do PDM (109.372 utentes).

Este crescimento é fruto quer da evolução da oferta na prestação de cuidados de saúde quer do crescimento populacional que o concelho continua a registar.

Ainda assim, é importante referir que a população inscrita nos cuidados de saúde representa apenas 90% da população residente no concelho (135.306 habitantes de acordo com os resultados preliminares dos censos de 2011).

N.º de Médicos de Medicina Geral e Familiar

N.º 82

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Saúde

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Descrição/Metodologia

N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

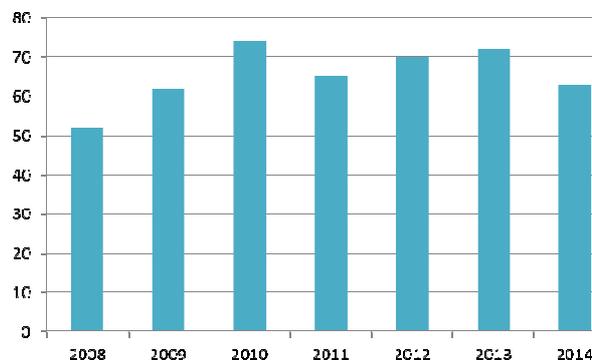
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Médicos
2008	52
2009	62
2010	74
2011	65
2012	70
2013	72
2014	63

N.º de Médicos, Maia

**Análise Sumária**

Em 2014, estavam a trabalhar nas unidades dos cuidados de saúde primários do concelho um total de 63 médicos de medicina geral e familiar, observando-se um crescimento francamente positivo relativamente ao valor de referência do PDM (52 médicos, dados de 2008).

A evolução não tem sido constante, observando-se um crescimento de 2009 até 2010, diminuindo em 2011, retomando uma evolução positiva em 2012 e em 2013, que volta a regredir em 2014

Face ao n.º de utentes apurado para 2014, regista-se uma média de 1.930 utentes por cada médico a exercer funções nas unidades de saúde.

N.º de Médicos por 1000 habitantes

N.º 83

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Saúde

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Descrição/Metodologia

N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes.

$N.º \text{ médicos} / \text{População Residente} * 1000$

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

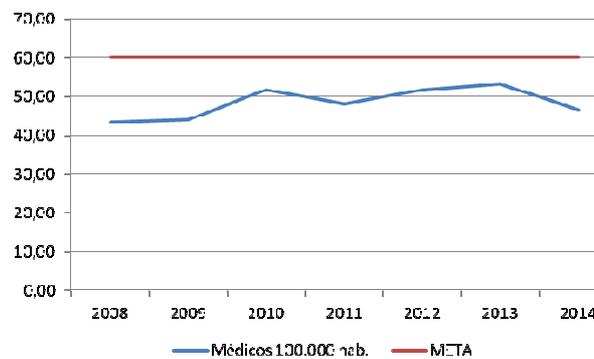
Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil habitantes e 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes.
Meta PNS 2012-2016: 81,4 enfermeiros nos cuidados de saúde primária por 100 mil habitantes e 431,5 médicos por cada 100 mil habitantes.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Médicos	População Residente	Médicos 1000 Hab.
2008	52	120111	0,43
2009	62	140859	0,44
2010	74	143371	0,52
2011	65	135306	0,48
2012	70	135306	0,52
2013	72	135306	0,53
2014	63	135306	0,47

Médicos por Mil Habitantes

Evolução n.º de médicos por 100 mil habitantes

Análise Sumária

Em 2014, o número de médicos por cada 1000 habitantes do concelho correspondia a 0,53, valor superior ao valor de referência do PDM (rácio de 0,43 médicos por cada 1000 habitantes).

Assim, regista-se um crescimento relativamente ao valor de referência do PDM, aproximando-se, gradualmente, do valor definido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de, em 2015, atingir-se a meta de 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes.

Não obstante, observa-se um decréscimo face ao ano de 2013, em que o valor era de 0,53 médicos por cada 1000 habitantes do concelho.

N.º de Enfermeiros

N.º 84

Tendência ▼

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Saúde

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Descrição/Metodologia

N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)	Meta/Objetivo Município Crescente
--	---

Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2012-2016	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Enfermeiros
2008	n.a
2009	n.a
2010	80
2011	91
2012	71
2013	70
2014	67

n.a. Não avaliado

N.º de Enfermeiros, Maia

Análise Sumária

De acordo com dados prestados pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2014, trabalhavam nas unidades de saúde públicas do concelho cerca de 67 enfermeiros, com uma evolução negativa face ao valor disponibilizado relativamente aos anos transatos. Relativamente a este indicador não é possível tirar ilações relativamente à evolução face ao valor de referência do PDM, uma vez que o mesmo até então nunca tinha sido avaliado.

N.º de Enfermeiros por 1000 habitantes		N.º 85	Tendência ▼
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)	
Descrição/Metodologia N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes. N.º enfermeiros/População Residente*1000			

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil hab;
Meta PNS 2012-2016:84 enfermeiros nos cuidados de saúde primária por 100 mil habitantes e 431,5 médicos por cada 100 mil habitantes.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Enfermeiros	Pop. Residente	Enf. 1.000 Hab.
2010	80	145791	0,55
2011	91	135306	0,67
2012	71	135306	0,52
2013	70	135306	0,52
2014	67	135306	0,50

Análise Sumária

Com um total de 67 enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde do concelho, em 2014, estima-se a existência de cerca de 0,50 enfermeiros por cada 1000 habitantes, valor que decresceu face aos demais anos analisados.

Assim, com cerca de 52 enfermeiros por cada 100 mil habitantes, no concelho da Maia ainda se está muito aquém de atingir a meta do Plano Nacional de Saúde 20012-2016 de 84 enfermeiros nos cuidados de saúde primários por cada 100 mil habitantes.

N.º de Estabelecimentos de Educação

N.º 86

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>

Descrição/Metodologia

N.º de estabelecimentos de educação no concelho, por nível de ensino (Educação Pré-escolar, 1.º Ciclo Ensino Básico, 2.º/3.º Ciclo Ensino Básico e Ensino Secundário) e por entidade (pública, privada e IPSS).

Objetivos PDM/Fator Ambiental**Meta/Objetivo Município**

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI			EB1		EB2/3 e Sec.	
	Púb.	Priv.	IPSS	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.
2004/05	34	21	17	42	2	9	1
2009/10	35	17	12	40	3	9	1
2010/11	37	16	17	40	3	9	2
2011/12	38	18	15	40	4	9	2
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014/15	36	16	16	36	4	8	2

Evolução n.º de Estabelecimentos de Educação

Análise Sumária

De acordo com os dados recolhidos junto da Divisão de Educação da Câmara Municipal, no ano letivo de 2014//2015, funcionavam no concelho:

- um total de 68 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 36 públicos, 16 privados e 16 pertencentes a IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- um total de 40 escolas com o 1.º CEB (36 públicas e 4 privadas);
- 8 escolas com o 2/3 ciclo de ensino básico e do ensino secundário públicas e duas pertencentes a entidades privadas.

Assim, relativamente ao ano de referência do PDM, nomeadamente o ano letivo de 2004/2005, dados da Carta Educativa, revela-se um ligeiro declínio do número total absoluto de equipamentos pré-escolares e do 1.º CEB, evolução que reflete a aposta da Câmara Municipal na requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, através da construção de novos centros escolares e ampliação e beneficiação de uma série de estabelecimentos, o que, por outro lado, se traduziu na desativação de um número maior de escolas, mais reduzidas, e nas quais não se observava a adequação dos espaços às atuais exigências do ensino.

N.º de alunos nos estabelecimentos educação

N.º 87

Tendência ▲

Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Educação	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ)/ http://roteiro.min.edu.pt
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de alunos a frequentar os estabelecimentos de educação no concelho.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Meta/Objetivo Município

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de Não definida

concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

-

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI			EB1		EB2/3 e Sec.	
	Púb.	Priv.	IPSS	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.
2004/05	1237	676	720	4975	326	8538	223
2009/10	1403	576	1141	4871	430	11975	841
2010/11	1709	n.d	1071	4996	n.d	11270	706
2011/12	1763	836	936	4898	1036	8748	255
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014/15	1821	242	991	4919	249	9844	383

Evolução alunos nos estabelecimentos de educação

Análise Sumária

De acordo com a informação disponibilizada, no ano letivo 2014/2015, frequentavam os estabelecimentos de ensino do concelho cerca de 18449 alunos, verificando-se uma evolução positiva face aos dados de referência da Carta Educativa, em que eram cerca de 16695 alunos (ressalvando que neste último ano letivo não se dispõe de informação sobre o total de alunos a frequentar todas as escolas).

O crescimento do n.º de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino é mais notório nas escolas com o 2/3 ciclo de ensino básico e/ou ensino secundário, reflexo, porventura, das melhorias efetuadas nos estabelecimentos pela Parque Escolar, EPE, que com a introdução de novos níveis de ensino em algumas escolas, permite acolher um número mais abrangente de alunos.

Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Ensino

N.º 88

Tendência ▼

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>

Descrição/Metodologia

Evolução da taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino.

Relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o n.º de alunos que o frequentam.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)	Meta/Objetivo Município 100%
--	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI			EB1			EB2/3 e Sec.			
	Púb.	Priv.	IPSS	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total
2004/05	93,4	81,9	64	80,0	130,9	108,7	119,8	n.d	n.d	n.d
2009/10	93,5	n.d	n.d	93,5	103,1	n.d	103,1	n.d	n.d	n.d
2010/11	81,4	n.d	n.d	81,4	86,7	n.d	86,7	n.d	n.d	n.d
2011/12	81,1	n.d	n.d	81,1	84,2	n.d	84,2	n.d	n.d	n.d
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014/15	87,8	68,2	82,6	79,5	79,8	87,16	83,5	115,5	127,7	121,6

Evolução Taxa de Ocupação, estabelecimentos ensino, Maia

Análise Sumária

A taxa de ocupação média dos estabelecimentos de educação pré-escolar na Maia era de 79,5%, no ano letivo 2014/2015. Este valor é inferior ao registado em 2004/2005 (80%), mas reitera-se que o mesmo se encontra subavaliado pela indisponibilidade de dados sobre o n.º de crianças a frequentar alguns estabelecimentos de índole privada.

No que se refere à taxa de ocupação do 1.º CEB, a mesma também se apresenta ligeiramente inferior à registada em 2004/2005 (119,8%), sendo agora de 83,5%. No entanto, relembramos que à data da elaboração da Carta Educativa ainda não tinha sido implementado o regime normal de funcionamento em todos os estabelecimentos de ensino, o que resulta numa taxa superior a 100%.

No ano letivo de 2014/2015, nos estabelecimentos do 2/3 CEB e Ensino Secundário a taxa de ocupação era de 121,6%.

Taxa de Pré-escolarização N.º 89 **Tendência** ▲

Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Educação	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010)
Descrição/Metodologia Evolução da taxa de pré-escolarização, também designada por taxa de cobertura da educação pré-escolar. Relação entre o n.º de crianças a frequentar a educação pré-escolar com o n.º de crianças em idade de frequentar este nível de ensino, isto é, dos 3 aos 5 anos. Exprime-se em percentagem.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

90%

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Metas Estratégicas

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável apresenta como meta aumentar a frequência no pré-escolar:

- Crianças de 5 anos – atingir 100% até 2009;
- Crianças entre 3 e 5 anos – atingir 90% até 2010
- Crianças entre 0 e 3 anos – atingir 30% até 2008 e 35% em 2010

Quadros/Representação Gráfica

Localização geográfica	Taxa bruta de pré-escolarização (%)						
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Santo Tirso	80,3	79,6	83,6	89,8	100,8	105,3	102,6
Trofa	59,8	65,5	65	68,5	73,3	72,5	78,1
Espinho	98	94,9	103,2	112,2	113	122,2	123,6
Gondomar	44	47,1	48,6	55,7	58,6	59,8	66,7
Maia	48,8	53,5	55	65,6	66,1	70,7	79,1
Matosinhos	65,9	70,5	69,6	75,3	81,1	82,8	85
Porto	130,6	128,7	134,8	142,3	142,4	146,3	146,5
Póvoa de Varzim	61,6	63,3	67,2	73,3	80,9	85	91,9
Valongo	67	67,4	66,8	75,1	78	83	88,1
Vila do Conde	80,2	81,5	80,6	80,5	87,3	86,6	90,9
Vila Nova de Gaia	57	56,9	59,6	67	71,3	71,8	76,1
Paredes	59,9	61,9	62,1	68,3	67,6	74,5	77,9
Arouca	62,7	66,3	72,6	80,4	84	87,7	86,7
Oliveira de Azeméis	82,9	82,5	87,7	92,1	89,1	95,8	96,5
Santa Maria da Feira	82,8	81,4	82,2	85,7	87,3	91,1	95
São João da Madeira	122,1	124,1	126,9	127,4	131,6	137,7	154,1
Vale de Cambra	96,7	93,1	99,8	99,1	99	100,9	107,8

Análise Sumária

De acordo com os dados relativos à taxa bruta de pré-escolarização disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito dos anuários estatísticos, no ano letivo de 2011/2012, a Maia registou uma taxa de pré-escolarização de 79,1%, apresentando sempre uma evolução positiva desde 2004/2005, permitindo ir de encontro à meta nacional definida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Os dados apresentados pela Divisão de Educação, apontam para uma taxa de 69,2% no ano letivo 2014/2015 (valor que se encontra influenciado pela ausência de dados obtidos até ao momento para o ano letivo 2014/15 no que respeita aos estabelecimentos de ensino privados).

Quando comparado com os demais concelhos da AMP, são os concelhos de Gondomar, V. N. de Gaia, Paredes e Trofa que apresentam uma taxa de pré-escolarização inferior. De referir a elevada taxa de pré-escolarização em São João da Madeira e no Porto, o que traduz a elevada capacidade de atração que os concelhos exercem, a procura dos estabelecimentos por parte de crianças residentes noutros concelhos, como pode ser o caso da Maia.

Tendo em conta a meta estratégica definida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de atingir uma taxa de pré-escolarização de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos de idade, considera-se que a Maia encontra-se ainda aquém de atingir a meta. Não obstante regista uma evolução crescente, pelo que, se considera a mesma como positiva.

Taxa de Escolarização do Ensino Básico e Secundário

N.º 90

Tendência ▼

Tema

Povoamento
Unidade Análise
%

Subtema

Equipamentos Educação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010, 2011, 2012)

Descrição/ Metodologia

Evolução da taxa de escolarização das escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário.
Relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com idade própria para frequência desse ano de escolaridade.
Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Localização geográfica	Taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário													
	2005 / 2006		2006 / 2007		2007 / 2008		2008 / 2009		2009 / 2010		2010 / 2011		2011 / 2012	
	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário
Santo Tirso	128,9	107,4	127,8	94,3	133,5	103,8	148,1	144,5	145,8	152,8	136,9	148,9	n.d	139,1
Trofa	110	64,8	109,9	69,2	106,9	68,2	123,6	131,7	128,3	122,2	117,5	107,5	n.d	100,9
Espinho	152,5	196	159,6	197,7	162,8	204,3	173,4	239,9	169,1	254,4	167,4	245,8	n.d	241,2
Gondomar	91,7	59,4	94,6	67,8	96,3	69,6	107,8	109,8	103,6	107,5	101,4	92,1	n.d	86,4
Maia	89,7	64,9	91,3	69,8	89,2	75,2	96,3	102,8	95,8	94,9	90,1	84,9	n.d	84,1
Matosinhos	106,2	74,9	109,6	81,5	111,3	81,9	123,8	119,3	122,6	122,2	114	107,8	n.d	95,9
Porto	174,7	222,8	182,5	246	201	256,2	238,5	401,2	220,5	410,8	219	434,9	n.d	353,5
Póvoa de Varzim	113,2	91,4	114,2	88,7	115	93,7	116,9	106,1	115,4	113,8	111,3	114,5	n.d	118,5
Valongo	120	74,3	116,9	83,7	119,5	77,3	130,9	119,6	124,7	121,5	115,4	101	n.d	93
Vila do Conde	108,5	67,7	109	67,4	108,7	62,9	116	81,5	115,8	88,4	113,5	89,6	n.d	75,9
Vila Nova de Gaia	102,8	78,5	104	77,8	100,6	77,7	112,9	115,8	110,7	123,7	106,6	97,7	n.d	92,1
Paredes	106,8	45,6	108,4	50,1	110,2	54,1	123,8	90,8	124	88,7	116,5	83,3	n.d	79
Arouca	111,4	61	114,2	61,4	116,8	58,7	136,5	124,8	162,6	112,4	125,4	101,4	n.d	91,4
Oliveira de Azeméis	104,6	48,1	107,6	63	106,9	59,3	55,4	107,8	120,1	123,5	114,9	97,2	n.d	80,6
Santa Maria da Feira	106,2	59,4	105	60,6	111,2	65,1	290,3	119,4	117,3	117,7	114	99,3	n.d	102,6
São João da Madeira	162,5	286,2	170,2	308,3	178,3	267,9	190	358,5	198,6	359,6	187,5	340,7	n.d	336,8
Vale de Cambra	107,6	90,7	108,2	92,8	109,3	92,7	116,6	105,5	114,3	106,2	115,7	107,7	n.d	101,4

Taxa Bruta de Escolarização Ensino Básico e Secundário, AMP**Análise Sumária**

A taxa bruta de escolarização do ensino básico e secundário, divulgada pelo INE através dos Anuários Estatísticos, na Maia era de 90,1% no ensino básico, no ano letivo de 2010/2011, e de 84,1% no ensino secundário, no ano letivo de 2011/12.

No 1.º CEB, a taxa de escolarização deveria corresponder a 100%, uma vez que se trata de um nível de ensino de carácter obrigatório e que se rege pelo princípio da proximidade. No entanto, no ano letivo 2010/2011, a taxa de escolarização na Maia cifra-se em 90,1%, inferior ao registado nos anos transatos, o que reflete uma capacidade superior de atração dos concelhos limítrofes, situação provavelmente advinda dos movimentos pendulares efetuados pelos pais ou encarregados de educação.

Quanto á taxa de escolarização do ensino secundário, a mesma era decrescente também face aos anos anteriores, com exceção do ano letivo de 2007/2008.

De acordo com os dados divulgados pelo INE, a Maia, apresenta uma das mais baixas taxas de escolarização, quer do ensino básico quer do secundário, comparativamente com os demais concelhos da AMP.

Embora ainda não disponibilizado ao nível das estatísticas oficiais do INE, para o ano letivo de 2013/2014, a Divisão de Educação estimou uma taxa de escolarização de 85,4% e 75,7%, respetivamente para o ensino básico e secundário.

Equipamentos sociais por valência

N.º 91

Tendência ▲

Tema

Povoamento

SubtemaEquipamentos Sociais¹**Modelo DPSIR**

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

¹ Relativamente aos REOT anteriores, no presente a análise aos indicadores sociais será apresentada de forma diferente, através da agregação das diferentes valências dos equipamentos sociais. No presente REOT não foram disponibilizados dados que permitissem a atualização dos indicadores referentes às respostas sociais para o ano de 2013

Evolução do número de estabelecimentos sociais por valência de resposta de apoio à população (Ex: Creche, Atividades de Tempos Livres, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Idosos, Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	LCJ	CAO	LR	CAT	CC	CD	LI	SAD
2004	36	33	1	3	1	0	1	11	7	n.a
2009	32	21	1	3	1	1	1	11	6	n.a
2010	36	9	1	3	1	1	5	15	11	13
2011	40	9	1	3	1	1	5	16	19	15
2012	35	8	1	4	1	1	6	15	20	15
2013	n.d									
2014	33	7	1	3	1	1	7	12	7	n.d

C – Creche

ATL – Atividades Tempos Livres

LCJ – Lar de Crianças e Jovens

CAO – Centro Atividades Ocupacionais

LR – Lar Residencial

CAT – Centro Acolhimento Temporário

CC – Centro Convívio

CD – Centro de Dia

LI – Lar de Idosos

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Evolução Estabelecimentos Sociais, Maia

Análise Sumária

De acordo com os dados disponibilizados pela divisão de Ação Social, em 2014 existiam no concelho 33 creches e 7 ATL, no que diz respeito à oferta para crianças.

No que diz respeito às valências destinadas ao apoio de pessoas com deficiência, a oferta regista a existência de 3 Centros de Atividades Ocupacionais e de um Lar Residencial.

Quanto aos serviços de apoio à população idosa, verifica-se a existência de 7 centros de convívio, de 12 centros de dia, e bem ainda de 7 instituições com a oferta de lares de idosos (no entanto, face aos valores apurados em 2013, considera-se que esta valência se encontra subavaliada, face à não contabilização da oferta privada).

Em relação aos dados da Carta Social, elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, e datados de 2004, observa-se um decréscimo da oferta ao nível do apoio à população jovem, fruto sobretudo do declínio de ATL, devido à aposta na escola a tempo inteiro e, por outro lado, do crescimento da oferta relacionada com o apoio à população idosa, em resultado de uma maior resposta às necessidades fruto do declínio da taxa de natalidade e do aumento do peso da população das camadas etárias mais elevadas.

Utentes dos equipamentos sociais por valência

N.º 92

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de utentes a frequentar estabelecimentos sociais por valência.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Meta/Objetivo Município

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	LC J	CA O	L R	CAT	CC	CD	LI	SAD
2004	882	1428	65	67	10	0	43	267	194	n.a
2009	952	754	68	65	10	22	25	321	280	n.a
2010	1031	594	42	63	10	10	45	252	328	357
2011	995	357	68	65	10	23	91	318	304	354
2012	1013	248	68	73	10	23	110	332	357	409
2013	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014	1111	199	45	63	10	n.d	97	326	216	n.d

Evolução de Utentes Equipamentos Sociais

Análise Sumária

Em 2004, registaram-se 2956 utentes a frequentar as diferentes valências dos equipamentos sociais, enquanto, em 2014, esse valor foi de 2067. Este decréscimo deve-se sobretudo à progressiva diminuição dos equipamentos sociais com a valência de ATL, uma vez que nos demais, o valor do número de utentes apurado é aproximado ou tem sido superior.

Capacidade dos Equipamentos Sociais

N.º 93

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos e a capacidade instalada dos mesmos.

Permite dar a conhecer a relação entre a oferta e a procura.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Meta/Objetivo Município

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	LCJ	CAO	LR	CAT	CC	CD	LI	SAD
2004	125	n.d	68	67	10	n.d	n.d	343	201	n.d
2009	112	n.d	68	65	10	n.d	n.d	338	303	n.d
2010	117	450	68	63	10	n.d	n.d	394	312	542
2011	112	325	68	65	10	n.d	n.d	387	407	513
2012	110	375	68	63	10	n.d	50	335	368	472
2013	n.d									
2014	n.d									

Evolução da Capacidade dos Equipamentos Sociais

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida junto da Carta Social do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, face aos dados da Carta Social, de 2004, observa-se um crescimento da capacidade instalada dos equipamentos sociais do concelho, passando de 1994 utentes para um total de 2847 utentes em 2012, traduzindo uma evolução de 46%, muito fruto de, neste último ano, se estar a considerar a capacidade instalada de valências que anteriormente não foram avaliadas pela inexistência de dados.

Ainda assim, em 2012, não foi possível apurar a capacidade de alguns estabelecimentos sociais, pelo que, o valor apresentado se encontra subavaliado.

Para 2013 e 2014 não foi disponibilizada informação que permitisse verificar a evolução do presente indicador.

Paralelamente, e tendo em conta o objetivo definido de aumento da capacidade dos equipamentos, não se pode esquecer que estão em curso obras de construção de equipamentos sociais, com candidatura aprovada no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano do QREN 2007-2013 e do PARES, que permitirá aumentar ainda mais a oferta disponível.

Taxa de Utilização dos Equipamentos Sociais

N.º 94

Tendência ▲

Tema

Subtema

Modelo DPSIR

Povoamento

Equipamentos Sociais

Estado

Unidade Análise

Periodicidade

Fonte

%

Anual

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar as valências dos equipamentos sociais e a capacidade instalada dessas mesmas valências.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Meta/Objetivo Município

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia

100%

como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	LCJ	CAO	LR	CA T	CC	CD	LI	SA D
2004	70,3	n.d	95,6	100,0	100,0	n.d	n.d	77,8	96,5	n.d
2009	85,0	n.d	100,0	100,0	100,0	n.d	n.d	95,0	92,4	n.d
2010	87,8	132,0	61,8	100,0	100,0	n.d	n.d	64,0	105,1	65,9
2011	88,3	109,8	100,0	100,0	100,0	n.d	n.d	82,2	74,7	69,0
2012	91,6	66,1	100,0	115,9	100,0	n.d	220,0	99,1	97,0	86,7
2013	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

Evolução Taxa Utilização Equipamentos Sociais, Maia

Análise Sumária

Em 2012, apenas os Lar de Crianças e Jovens e o Lar Residencial de Pessoas com Deficiência apresentavam uma taxa de utilização correspondente a 100%.

No caso dos centros de atividades ocupacionais e dos centros de convívio registou-se uma taxa superior a 100% (neste último caso resultado do valor se encontrar subavaliado pela inexistência de informação quanto à capacidade instalada de alguns equipamentos).

As demais valências dos equipamentos sociais apresentam uma taxa de utilização inferior a 100%, sendo que a menor taxa é a verificada ao nível da ocupação dos ATL.

Quando comparado com anos anteriores verifica-se um aumento da taxa de utilização na grande maioria das valências (exceto 2010 e 2011 em que a taxa de utilização dos centros de dia, dos lares de idosos e dos ATL foi superior).

Para 2013 e 2014 não foi disponibilizada informação que permitisse verificar a evolução do presente indicador.

Taxa de Cobertura dos Equipamentos Sociais

N.º 95

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

%

Subtema

Equipamentos Sociais

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DEASJ), www.cartasocial.pt, INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de utentes por valência dos equipamentos sociais e a população residente com idade para frequentar essa mesma valência (creche – 0-2 anos, ATL – 6 aos 9 e dos 6 aos 14 anos, centro de convívio, centro de dia lar de idosos e serviço apoio domiciliário – 65 ou mais anos).

Para o cálculo do presente indicador teve-se como base as projeções da população estimada para 2009 e 2010, para os demais anos os dados dos Recenseamentos da População.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Creches - 30% da população entre os 0 e os 2 anos inclusive
ATL – Decrescente
Resposta apoio idosos – crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

- Creches - 30% da população entre os 0 e os 2 anos

Quadros/Representação Gráfica

Ano	População Jovem	
	Creches	ATL
2004	19,10	11,80
2009	17,35	5,20
2010	18,42	2,40
2011	22,54	4,48
2012	22,94	1,79
2013	n.d	n.d
2014	25,16	1,44

Taxa Cobertura Respostas de apoio à população jovem, Maia

Ano	Utentes	Pop. 65 ou Mais Anos	Taxa Cobertura
2004	504	13833	3,64
2009	626	15021	4,17
2010	982	15320	6,41
2011	1067	18225	5,85
2012	1208	18225	6,63
2013	n.d	n.d	n.d
2014	639	18225	3,51

Taxa Cobertura Respostas de apoio à população idosa, Maia**Análise Sumária**

Ao nível das valências de apoio à população jovem, entre 2004 e 2014, a taxa de cobertura das creches tem evoluído positivamente, fixando-se, neste último ano, em cerca de 25,16% da população com idade entre os 0 e os 2 anos (no entanto, reitera-se que o n.º de utentes das creches encontra-se subavaliado pela inexistência de informação para alguns equipamentos, pelo que, o valor da taxa de cobertura também se encontra subavaliado). Por outro lado, se para além das crianças a frequentar os estabelecimentos com valência de creche, também considerarmos o n.º de crianças a frequentar o serviço de amas (44 em 2014) a taxa de cobertura é ligeiramente superior, passando para 26,6%.

Ainda assim, a Maia encontra-se aquém da meta definida pela União Europeia e por Portugal, de atingir uma taxa de cobertura das creches de 30%, devendo, por isso, desenvolver ações de fomento da valência de creche, aproximando-a dos valores de referência.

Ao nível dos ATL, em 2014, a taxa de cobertura média concelhia era de 1,44%, diminuindo significativamente face aos anos transatos, fruto, como já tem vindo a ser referido, da diminuição da oferta resultado da política de implementação da escola a tempo inteiro, que tem dado resposta ao serviço prestado por este tipo de valência.

Embora nos relatórios anteriores se tenha apresentado a taxa de cobertura por cada um das valências dos equipamentos sociais de apoio à população idosa, considerando que cada indivíduo apenas frequenta um tipo de valência de cada vez e bem ainda que a análise efetuada no âmbito da Carta Social do MESSS agrega os utentes do conjunto das valências, neste caso optou-se por considerar a taxa de cobertura tendo em conta o total de utentes a frequentar e a população residente com 65 ou mais anos.

A taxa de cobertura das principais respostas para as pessoas idosas foi, em 2012, de 6,63, verificando-se que a mesma é inferior à taxa registada em 2011 para Portugal (11,8%). Já em 2014, o valor apurado foi de 3,51% (o qual se encontra subavaliado por não se possuir dados para os utentes a frequentar o serviço de apoio domiciliário).

No entanto, comparativamente com 2004, a taxa de cobertura sofreu um aumento significativo, período em que o valor registado era de 3,64%, passando praticamente para o dobro.

N.º instalações desportivas

N.º 96

Tendência ▲

Tema

Povoamento

SubtemaEquipamentos Desportivos²**Modelo DPSIR**

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de instalações desportivas, desagregadas por tipologia e freguesia.

² No presente REOT não foram disponibilizados dados que permitissem a atualização dos indicadores referentes aos equipamentos desportivos para o ano de 2013

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

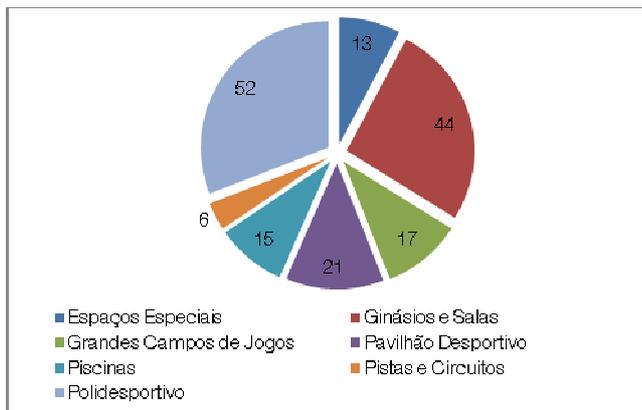
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	124
2009	134
2010	134
2011	168
2012	168

Instalações Desportivas, Maia

N.º de Instalações Desportivas por Tipologia, 2012

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	35
Barca	2
Folgosa	9
Gemunde	8
Gondim	1
Gueifães	14
Maia	13
Milheirós	3
Moreira	17
Nogueira	7
Pedrouços	10
S. M. Avioso	10
S. P. Avioso	6
S. P. Fins	5
Silva Escura	1
V. N. Telha	5
Vermoim	35
Total	168

Instalações desportivas, freguesia, 2012

Análise Sumária

No concelho da Maia, em 2012, registou-se o mesmo número de instalações desportivas que em 2011 (168 instalações), registando-se um acréscimo face ao valor base da carta desportiva do PDM, em que o n.º de equipamentos era de 124.

Atualmente, destacam-se os polidesportivos/parques desportivos (52), seguindo-se o grupo de equipamentos inseridos na tipologia de Ginásios e Salas, num total de 44 (ainda que muitos correspondam a ginásios de índole privada, existe ainda um número significativo de salas municipais integradas nos complexos desportivos municipais) e, bem ainda, os pavilhões desportivos (21).

Numa distribuição por freguesia, Águas Santas e Vermoim apresentam uma clara supremacia, com 35 equipamentos desportivos cada. Pelo contrário, às freguesias de Barca, Gondim e Silva Escura registam o valor mais reduzido, consentâneo com a baixa pressão demográfica destas unidades territoriais.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2013 e 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Superfície Desportiva Útil

N.º 97

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m²)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução da área da superfície desportiva útil das instalações desportivas existentes no concelho.

A superfície desportiva útil corresponde à superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia

Meta/Objetivo Município

Crescente

como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	210240,80
2009	329969,00
2010	n.d
2011	335452,27*
2012	335452,27*

n.d. – Não Disponível

* - dado subavaliado

Superfície Desportiva Útil, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	23309,23
Barca	5278,5
Folgosa	121300,5
Gemunde	21324
Gondim	6528
Gueifães	7637,31
Maia	2096
Milheirós	6686
Moreira	9435,96
Nogueira	13747
Pedrouços	26838
S. M. Avioso	8357,69
S. P. Avioso	2144
S. P. Fins	8365,56
Silva Escura	13640
V. N. Telha	16653
Vermoim	42111,52
Total	335452,27

Superfície Desportiva Útil, freguesia, 2012

Análise Sumária

Atualmente, a superfície desportiva útil dos equipamentos existentes no concelho totaliza cerca de 335.452 m².

Comparando com os dados existentes à data da elaboração da Carta Desportiva do PDM observa-se um crescimento assinalável, fruto quer da aposta na construção de novos equipamentos desportivos por parte da Câmara Municipal, quer da instalação de equipamentos de índole privada, sobretudo Ginásios. De facto, entre 2007 e 2012 passou-se de um total de 124 para um total de 168 equipamentos desportivos.

Assim, face a 2007, observou-se um crescimento de cerca de 59% da área desportiva útil dos equipamentos desportivos.

Ainda assim, é importante ressaltar que a área desportiva útil dos equipamentos desportivos encontra-se subavaliada devido ao facto de até à data de elaboração do REOT continuar-se a não dispor de informação relativa à área desportiva útil de alguns equipamentos desportivos de índole privada, na sua maioria de Ginásios e Salas.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2013 e 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Área desportiva útil por habitante

N.º 98

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º (m²/hab.)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a superfície desportiva útil sobre a população residente num determinado período de tempo.

Subtema

Equipamentos Desportivos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DFD)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria

Meta/Objetivo Município

Crescente

da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

Recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO)

Metas Estratégicas

4 m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias de equipamentos de base de modo a atribuir: 95% de área a reservar para atividades ao ar livre, 2 a 2,5% para salas de desporto e 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas ou ao ar livre.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	1,75
2009	2,31
2010	n.d
2011	2,48
2012	2,48

n.d. – Não disponível

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	0,85
Barca	2,00
Folgosa	32,75
Gemunde	4,09
Gondim	2,96
Gueifães	0,64
Maia	0,17
Milheirós	1,38
Moreira	0,73
Nogueira	2,51
Pedrouços	2,21
S. M. Avioso	1,85
S. P. Avioso	0,56
S. P. Fins	4,55
Silva Escura	5,44
V. N. Telha	2,83
Vermoim	2,67
Total	2,48

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Freguesia, 2012

Análise Sumária

Tanto em 2011 como em 2012, observa-se uma área desportiva útil por habitante de cerca de 2,48 m², crescendo consideravelmente face ao valor apurado em 2007, ano em que não atingia os 2 m²/hab.

Numa análise à escala infraconcelhia observam-se disparidades significativas. Folgosa destaca-se claramente como a freguesia que apresenta um rácio de área desportiva útil por habitante superior, uma vez que, por um lado, estamos perante uma freguesia na qual se localiza o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, que dispõe de grandes espaços de uso especial destinados à prática de atividades de recreio e lazer, por outro lado, é uma das freguesias cuja dinâmica populacional é mais reduzida.

Paralelamente, Gemunde, S. P. de Fins e Silva Escura são freguesias que também apresentam um rácio superior à meta definida pela Unesco de 4 m² ADU/hab.

Pela negativa, surge Gueifães e Maia, duas das freguesias da designada Cidade da Maia, e ainda a freguesia de S. P. de Avioso e de Moreira, as quais, embora possuam um elevado número de equipamentos, não atingem 1 m² ADU/hab.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2013 e 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

N.º Parques Infantis

N.º 99

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/ Metodologia

Evolução do n.º de Parques infantis existentes no concelho por freguesia e respetiva propriedade (designadamente câmara municipal e juntas de freguesia).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria

Meta/Objetivo Município

Crescente

da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

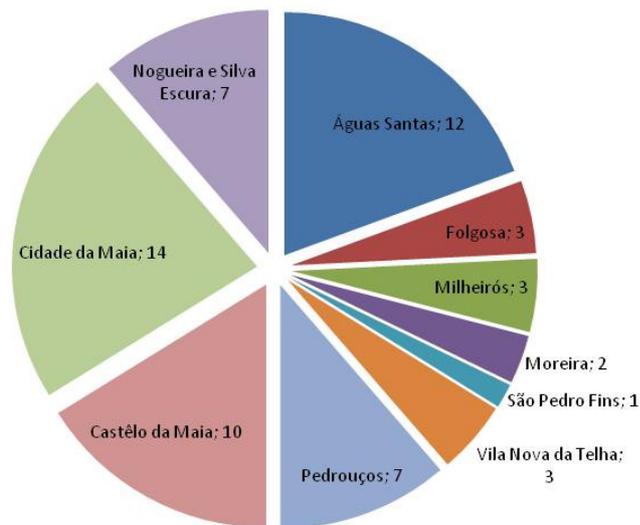
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Parques Infantis
2007	36
2011	58
2012	59
2013	61
2014	62

Evolução Parques Infantis, Maia



N.º de parques infantis, por Freguesia, 2014

Análise Sumária

No concelho da Maia, e segundo o levantamento fornecido pela Divisão de Ambiente, em 2012, existiam 59 parques infantis, 51 a cargo da Câmara Municipal e 8 propriedade das respetivas Juntas de Freguesia, já em 2013, o valor total de parques infantis em funcionamento no concelho era de 61, passando para 62, em 2014, com a construção de mais um parque infantil na freguesia de Águas Santas.

Face ao valor apurado aquando a elaboração da Carta Desportiva no âmbito do processo de revisão do PDM verificou-se um crescimento substancial, sendo a evolução sempre crescente ao longo dos anos em análise, indo ao encontro do objetivo definido de fomento desta tipologia de espaços de jogo e recreio.

Numa análise da distribuição pelas freguesias, a freguesia da Cidade da Maia apresenta o número de parques infantis mais elevado, representando cerca de 23% do total de parques infantis existentes no concelho, o qual acompanha a própria dinâmica demográfica, seguindo-se, de perto, a freguesia de Águas Santas e a do Castelo da Maia, com 12 e 10 parques infantis, respetivamente.

As demais freguesias apresentam valores absolutos de parques infantis mais residuais.

Área dos Parques Infantis

N.º 100

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º (m²)

Descrição/Metodologia

Total de área de implantação dos parques infantis por freguesia.

Subtema

Equipamentos Desportivos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria

Meta/Objetivo Município

Crescente

da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

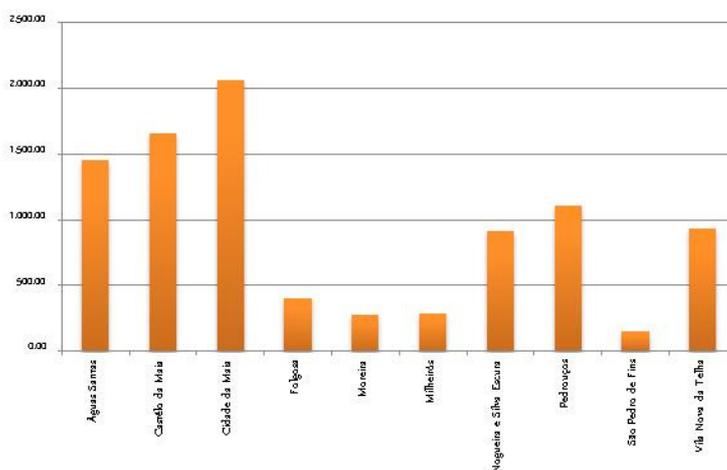
-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Área
2007	n.a
2008	n.a
2009	n.a
2010	n.a
2011	8.383,5
2012	8.425,5
2013	9.178,0
2014	9.229,0

n.a – Não avaliado

Evolução Área Parques Infantis, Maia



Área Parques Infantis por freguesia, 2014

Análise Sumária

Os 62 parques infantis registados em 2014, ocupavam uma área total de 9.229 m². O crescimento absoluto do n.º de parques infantis face aos anos transatos tem reflexo na evolução crescente da área ocupada pelos mesmos.

Registando um número superior de parques, Cidade da Maia, Castelo da Maia e Águas Santas são também as freguesias que apresentavam uma área ocupada superior. No sentido oposto surge a freguesia de São Pedro de Fins.

Rácio de Habitantes por Parque Infantil

N.º 101

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m²)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a população residente, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, e o número de parques infantis. Embora a população entre os 0 e os 12 anos seja considerada o público-alvo desta tipologia de equipamentos considerou o grande grupo etário dos 0 aos 14 anos, pela disponibilização de dados por parte do Instituto Nacional de Estatística.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia

Meta/Objetivo Município

Decrescente

como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Freguesia</i>	<i>N.º parques Infantis</i>	<i>Habitantes 0-14 anos</i>	<i>Hab/PI</i>
Águas Santas	12	4831	402,6
Folgosa	3	598	199,3
Milheirós	3	832	277,3
Moreira	2	2277	1138,5
São Pedro Fins	1	317	317
Vila Nova da Telha	3	958	319,3
Pedrouços	7	1758	251,1
Castêlo da Maia	10	3106	310,6
Cidade da Maia	14	6583	470,2
Nogueira e Silva Escura	7	1518	216,9
Total	62	22778	367,4

Rácio Habitantes por Parque Infantil, por freguesia, 2014

Análise Sumária

Em 2014, existiam cerca de 367 habitantes, com 14 ou menos anos, por cada parque infantil. Face aos anos anteriores regista-se uma diminuição do n.º de habitantes por parque infantil, sendo a variação mais significativa relativamente ao ano de 2007, em que era de 581,67 o rácio de habitantes com menos de 14 anos por parque infantil.

Moreira, densamente povoada e com reduzido n.º de parques infantis, é a freguesia com um registo de habitantes por parque infantil mais elevado, devendo-se definir estratégias de programação destes equipamentos neste território municipal.

Pelo contrário, Folgosa apresenta o mais reduzido número de habitantes por parque infantil.

N.º de Ginásios ao Ar Livre

N.º 102

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m²)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de Ginásios ao ar Livre no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo

Meta/Objetivo Município

Crescente

acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	GAL
Águas Santas	2
Folgosa	1
Milheirós	1
Moreira	1
São Pedro Fins	
Vila Nova da Telha	
Pedrouços	
Castêlo da Maia	1
Cidade da Maia	3
Nogueira e Silva Escura	
Total	9

Número de Ginásios ao Ar Livre, por freguesia, 2014

Análise Sumária

Em 2014, existiam no concelho da Maia um total de 9 ginásios ao ar livre. Destes, 4 entraram em funcionamento em 2013 e 1 em 2014, sendo que os demais já existiam em anos anteriores.

N.º de Equipamentos Culturais e Cívicos

N.º 103

Tendência -

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM

Descrição/Metodologia

N.º de equipamentos na tipologia de culturais e cívicos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos

Meta/Objetivo Município

Não definida

equipamentos urbanos (...)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>N.º</i>
2009	27
2010	26
2011	26
2012	26
2013	26
2014	26

Equipamentos Culturais e Cívicos

Análise Sumária

Em 2009 registaram 27 equipamentos públicos inseridos na tipologia de equipamentos culturais e cívicos, passando quer em 2010 quer em 2011 a registar-se apenas um total de 26 equipamentos, dado o encerramento do Museu Automóvel da Maia, mantendo-se inalterado até ao presente ano em análise.

N.º de Equipamentos de segurança e proteção civil

N.º 104

Tendência -

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM

Descrição/Metodologia

N.º de equipamentos de Segurança e Proteção Civil.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Segurança e Proteção Civil		
	PSP	GNR	Bombeiros
2009	3	2	4
2010	3	2	4
2011	3	2	4
2012	3	2	4
2013	3	2	4
2014	3	2	4

Equipamentos Segurança e Proteção Civil**Análise Sumária**

Na Maia existem 3 postos da PSP (Cidade da Maia, Águas Santas e Aeroporto), 2 postos da GNR (Castêlo da Maia e Brigada de Trânsito na A3) e duas corporações de bombeiros voluntários com dois quartéis cada.

Os equipamentos de segurança e proteção civil existentes no concelho continuam a ser, em termos absolutos, os mesmos que existiam à data de elaboração dos trabalhos de revisão do PDM. No entanto, desde então, observou-se a desativação do quartel da GNR existente no centro da Maia e a respetiva deslocalização para um novo edifício na atual freguesia do Castêlo da Maia

A evolução deste indicador não sofreu qualquer alteração desde 2009 até 2014, com exceção do já referido quanto à realocização do posto da GNR nas novas instalações.



105. Áreas Verdes Públicas
106. Capitação de Espaços Verdes
107. Total de Árvores em Arruamento
108. N.º de Árvores em Arruamento per Capita
109. Investimento com a proteção e a gestão do ambiente
110. Seccionamento dos Ecossistemas
111. Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas
112. Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água
113. Área de margem e de leito reabilitada
114. Percentagem do concelho coberta por floresta
115. Área Florestal Ardida
116. Área Florestal Ardida Requalificada Ambientalmente ***
117. Coberto Florestal – introdução de Novas Espécies ***
118. Superfície Agrícola Utilizada
119. Taxa de Abandono Agrícola
120. Áreas de Uso agrícola submetidas a projetos financiados por Fundos Comunitários
121. Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
122. População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
123. Medidas de minimização de ruído
124. Queixas recebidas relativamente a ruído automóvel
125. Qualidade do Ar
126. Emissão de gases com efeito estufa
127. Estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007
128. Acidentes Industriais
129. Acidentes viários envolvendo substâncias perigosas
130. População Servida por Sistema de Abastecimento de Água
131. Caudal de Água Captado
132. Volume de Consumo de Água
133. M³ de água consumida por habitante
134. População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais
135. M³ de águas residuais drenadas e tratadas
136. Reutilização de águas residuais tratadas
137. Produção de Resíduos
138. Capitação diária de resíduos por habitante
139. N.º de Ecopontos
140. N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta

Áreas Verdes Públicas

N.º 105

Tendência ▲

Tema Ambiente	Subtema Espaços Verdes	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º (m ²)	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Evolução das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública. Evolução, anual, das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública executada por entidade, isto é, Câmara Municipal e outras entidades (este último engloba os espaços executados no âmbito das obras particulares e outras entidades públicas).		

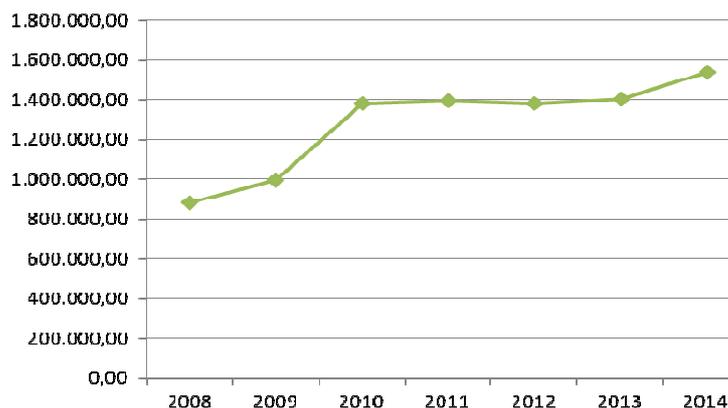
Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Áreas Verdes (m ²)	Executado CM	Executado outras Entidades
2008	880.843,56	-	-
2009	993.663,22	93.733,46	19.086,2
2010	1.382.276,53	29.465,77	8.903,54
2011	1.395.596,79	1.746,70	48.828,51
2012	1.382.265,06	5.819,20	1.700,63
2013	1.404.643,06	11.318,05	1.040,84
2014	1.536.624,27	6.647,91	12.310,80

Áreas Verdes



Evolução das Áreas Verdes

Análise Sumária

Em 2014, os espaços verdes do município totalizavam uma área total de 1.536.624,27 m², com uma evolução positiva relativamente a 2013, a qual se ficou a dever, sobretudo, à construção de áreas verdes efetuada por entidades externas, a que corresponde uma execução de 6.647,91m² de área verde pública promovida pelo município, durante 2014, sendo ainda executadas 12.310,80 m² de área verde por parte de outras entidades (públicas ou privadas).

Analisando a evolução deste indicador desde 2008, observa-se que em 2009 e em 2010 houve um crescimento significativo, fruto sobretudo de um levantamento mais rigoroso das áreas verdes de uso público existentes no Município.

Embora em 2011 se tenha registado um crescimento, o mesmo deveu-se a, em 2011, se ter sobreavaliado os dados pela dupla consideração de uma mesma área verde, pelo que, em 2012 se retoma, praticamente, os valores de 2010.

No entanto, em 2013 e 2014, assiste-se já a um crescimento do total da área verde, o que contribui para a tendência positiva da evolução do presente indicador.

Tema

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011)

Descrição/Metodologia

Relação entre a área verde de uso público existente no município e a população residente.

Área total de espaços verdes/total de população residente.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistêmica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

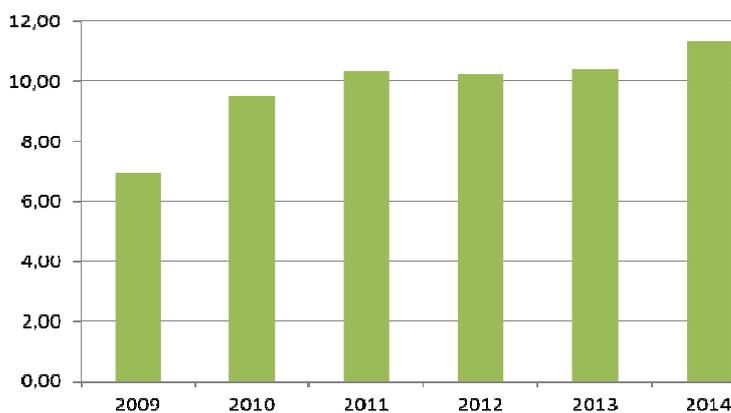
Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas40 m²/hab, sendo de 30 m²/hab para a EVP e 10 m²/hab para a EVS (Declaração Princípios da Quercus)
12 m²/hab (Recomendação da ONU)**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Área Verde	Habitante	Área Verde/Hab.
2008	880843,56	140.859	6,25
2009	993663,22	143.371	6,93
2010	1382276,53	145.791	9,48
2011	1395596,79	135.306	10,31
2012	1.382.265,06	135.306	10,22
2013	1.404.643,06	135.306	10,38
2014	1.536.624,27	135306	11,36

Área Verde Pública por Habitante**Evolução da Área Verde Pública por Habitante****Análise Sumária**Tendo em conta as estimativas da população residente em 2008, a área verde por habitante, era de aproximadamente 6,25 m².Os resultados de monitorização mostram uma evolução positiva do presente indicador, o qual, em 2014, registava já um rácio de 11,36 m²/hab., valor bem próximo de atingir o valor de referência definido pela ONU para a área verde por habitante, que se situa em 12 m² por habitante.

Tema

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Avaliação, anual, do número total de árvores de rua existentes no concelho, com a descrição, anual, do n.º de novas árvores plantadas nos arruamentos municipais.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Plantadas
2009	n.d	509
2010	n.d	115
2011	10.507	729
2012	10.525	59
2013	10.260	165
2014	10.510	291

Árvores de rua, Maia**Análise Sumária**

Em 2009, a Câmara Municipal procedeu à arborização de um total de 44 arruamentos, correspondendo a um total de 509 exemplares de árvores plantados na rede viária municipal. Em 2010, registou-se a arborização de um total de 14 arruamentos (115 árvores).

Embora não exista informação quanto ao número total de árvores em arruamento existentes no concelho para os anos 2009 e 2010, em 2011 efetuou-se um levantamento e georreferenciação de todas as árvores existentes nos arruamentos municipais, que permitiu concluir existirem 10.507 árvores, das quais 729 foram plantadas em 2011.

Da monitorização efetuada ao levantamento do número total de árvores existentes no concelho, verificou-se que, em 2012, foram plantadas mais 59 árvores, tendo-se, contudo, efetuada a supressão de 41 árvores de rua, pelo que, se regista um total de 10.525 árvores em 2012, correspondendo a uma evolução positiva do presente indicador.

Em 2013, o valor apurado é de 10.260 árvores em arruamentos, decrescendo face ao ano transato, quer em resultado da supressão de árvores, que foi superior ao número total de árvores plantadas em 2013, quer por força de novo levantamento do registo de árvores existentes, no qual se concluiu que, em 2012, se considerou algumas caldeiras existentes, mas que não tinham árvores plantadas.

Em 2014, foram plantadas mais 291 árvores, registando-se um total de 10.510 árvores de rua no concelho.

Tema Ambiente Unidade Análise n.º	Subtema Espaços Verdes Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Estado Fonte CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011										
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de árvores de rua existentes no concelho por habitante. Formúla de cálculo: $n.º \text{ de árvores existente no ano } (n) + n.º \text{ de árvores plantadas no ano } (n+1) - n.º \text{ de árvores abatidas no ano } (n+1) / n.º \text{ de habitantes no ano } (n+1)$												
Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.		Meta/Objetivo Município Crescente										
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -										
Quadros/Representação Gráfica												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>árvores/habitante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>0,08</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>0,08</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>0,08</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>0,08</td> </tr> </tbody> </table> <p>Capitação de árvores por habitante</p>			Ano	árvores/habitante	2011	0,08	2012	0,08	2013	0,08	2014	0,08
Ano	árvores/habitante											
2011	0,08											
2012	0,08											
2013	0,08											
2014	0,08											
Análise Sumária												
<p>Atendendo a que a arborização de arruamentos assume também um papel importante nas áreas urbanas, em termos ambientais e paisagísticos, no sentido em que podem assumir parte integrante de corredores verdes/ecológicos que estabelecem a ligação entre espaços verdes, considerou-se oportuno, e para além da avaliação do n.º total de árvores, estabelecer a relação das mesmas com a população residente.</p> <p>Assim, e de acordo com o levantamento realizado, em 2011, a capitação de arborização por habitante era de 0,08 (unidades/habitante), mantendo-se inalterado nos anos subsequentes.</p>												

Investimento com a proteção e a gestão do ambiente

N.º 109

Tendência

Tema

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Dep. Finanças e Património)

Descrição/Metodologia

Valor da despesa anual da Câmara Municipal em ações de investimento com a proteção e gestão do ambiente. Exprime-se em euros.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

n.d.

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

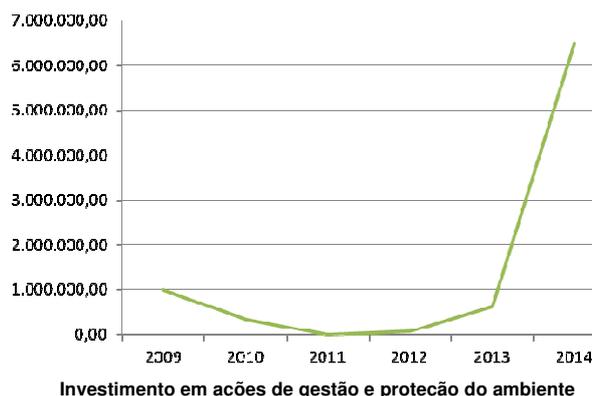
-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total
2009	990.421,90
2010	328.778,90
2011	n.d.
2012	71.543,86
2013	614.150,81
2014	5.114.766,27

n.d. Valor não disponível

Investimento em ações de gestão e proteção do ambiente



Análise Sumária

Em 2009, o investimento total do município em ações de gestão e proteção do ambiente correspondeu a um total de cerca de 990.000,00 euros, designadamente em ações de educação e sensibilização ambiental, construção de espaços verdes públicos, arranjos paisagísticos, entre outros. Quanto a 2010, verifica-se um decréscimo acentuado do investimento público em ações de proteção e gestão do ambiente, representando menos de metade do investimento realizado em 2009.

Em 2012, o valor ascendeu aos 71.543,86 euros, correspondendo cerca de 82% a ações relacionadas com a gestão e manutenção de parques, jardins e arborizações.

O valor gasto pelo município em ações de gestão e proteção do ambiente, em 2013, ascendeu aos 614.150,81 euros, registando-se um valor claramente superior ao registado em 2012.

Já em 2014, o valor reportado pela Divisão de Finanças, aponta para um investimento que ascende aos 5 milhões de euros, sendo claramente superior aos anos anteriores analisados.

Tal como nos anos transatos, grande parte do investimento encontra-se direcionado para ações incluídas na rubrica de parques, jardins e arborizações.

Seccionamento dos Ecossistemas

N.º 110

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Fragmentação dos Ecossistemas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m² e m/l)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DPTUP, DCEM)

Descrição/MetodologiaMetros lineares de sistemas fragmentados e m² de sistemas seccionados por sistema.**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Paisagem

Meta/Objetivo Município

Diminuição

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	M/L Sistema Seccionado			M2 Sistema Seccionado		
	RAN	REN	Áreas Florestais	RAN	REN	Áreas Florestais
2009	273	0	0	6472,95	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0

Seccionamento dos Ecossistemas**Análise Sumária**

Subjacente aos princípios do PDM está o objetivo de evitar a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais através da manutenção de contínuos naturais.

Os ecossistemas mais relevantes do concelho estão presentes nas áreas agrícolas, florestais e nas áreas adjacentes aos cursos de água, salvaguardados no PDM pela integração das mesmas em Reserva Agrícola Nacional, em Reserva Ecológica Nacional e nas diferentes categorias de áreas florestais.

Desde a entrada em vigor do PDM de 2009, a construção da PS12 A, no âmbito das obras da Sociedade Metro do Porto, S.A., traduziu-se na única construção de infraestruturas de carácter rodo ferroviário que conduziu à fragmentação de um ecossistema, designadamente de RAN, numa extensão de 273 m/l. Este fracionamento do sistema abrangeu uma área de 6.472,95 m².

Durante os anos posteriores não se verificou qualquer tipo de construção conducente ao agravamento da fragmentação dos ecossistemas.

Tema

Ambiente

Subtema

Recursos Hídricos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

Qualitativo

Periodicidade

Anual

Fonte

www.snirh.pt

Descrição/Metodologia

Qualidade das Águas Superficiais, que correspondem às águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais. N.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega.

Avaliação do estado qualitativo das águas subterrâneas (todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto direto com o solo ou com o subsolo).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recursos Hídricos

Meta/Objetivo Município

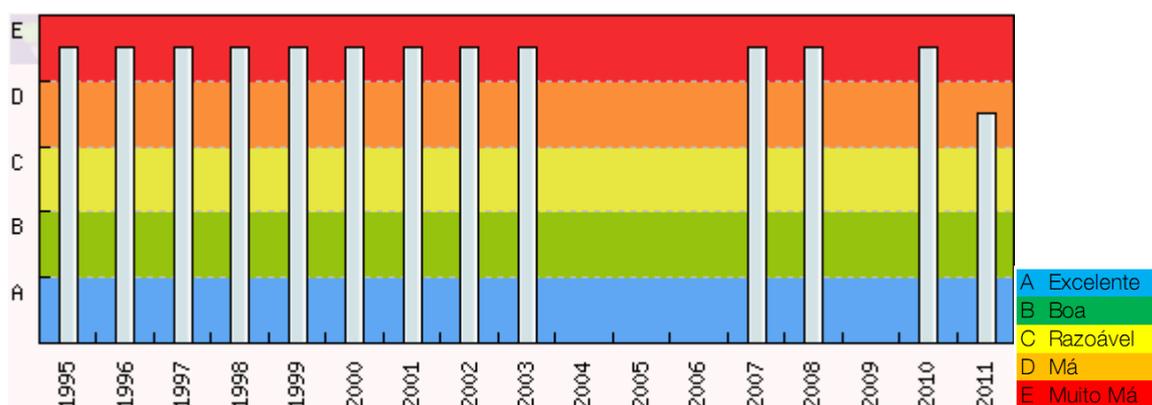
Crescente

Documentos Referência Estratégica

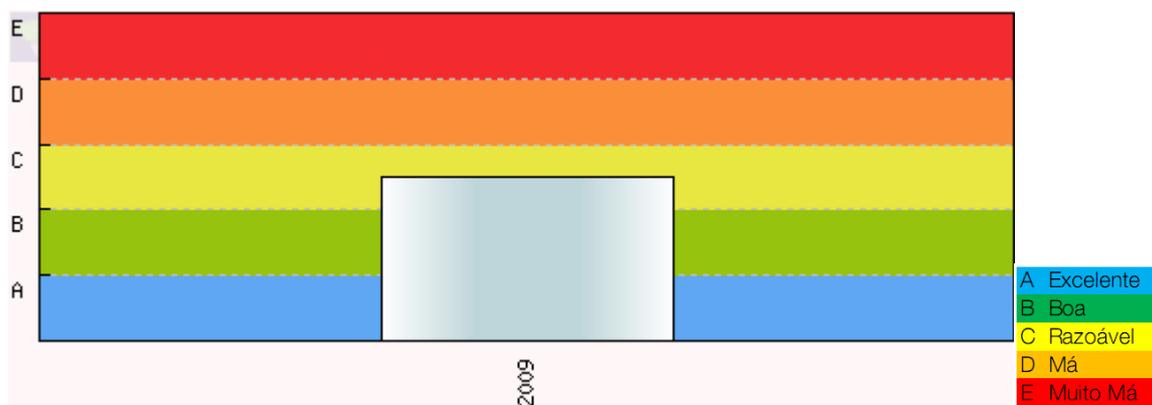
Plano Nacional da Água (PNA)

Metas Estratégicas

PNA - Não deteriorização do estado de qualidade do meio hídrico em relação ao estado atual

Quadros/Representação Gráfica

Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte de Moreira



Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte Pedra (Leça)

Análise Sumária

No que diz respeito à Qualidade das Águas Superficiais, de acordo com os dados disponibilizados pelo SNIRH – Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, em 2008, a qualidade da água era classificada como Muito Má. Para 2009, não existe informação sobre a qualidade da água (deve-se ressaltar, que na informação recolhida durante a elaboração do REOT de 2011, para 2009 foi atribuída a classificação de A – Excelente à qualidade da água superficial da estação de Ponte de Moreira, tendo agora sido eliminada essa referência, depreende-se que tenha ocorrido um lapso no dado apresentado). Em 2010 mantém-se a qualidade de Muito Má e em 2011 a qualidade de água passa para o nível D – Má.

Relativamente à Estação de Ponte da Pedra (do Rio Leça) em 2009 a qualidade da água era razoável.

Não é possível atualizar o presente indicador uma vez que os dados disponibilizados na plataforma do SNIRH continuam a reportar-se ao ano de 2009.

Relativamente à qualidade das águas subterrâneas, previsto igualmente neste tema, não é objeto de apresentação de dados pelo facto de, até esta data, não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água

N.º 112

Tendência -

Tema Ambiente	Subtema Recursos Hídricos	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DFP e Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Investimentos realizados pela Câmara Municipal, em euros, no ordenamento das margens dos cursos de água.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Recursos Hídricos	Meta/Objetivo Município n.d
---	---------------------------------------

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Investimento
2009	0,00
2010	15.750,00
2011	4.830,00
2012	6.421,00
2013	n.d
2014	2.886,36

Investimento no ordenamento das margens dos cursos de água**Análise Sumária**

Durante o ano de 2009, não se verificou qualquer investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.

Em 2010, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Finanças e Património, o investimento municipal no ordenamento das margens dos cursos de água foi de 15.750,00 euros, correspondendo a projetos de limpeza, desassoreamento e reconstrução de margens e leitos de linhas de água e seu tratamento paisagístico.

No ano de 2011, o investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água foi menos significativo, de 4.890,00 euros, conforme informação prestada pela Divisão de Ambiente.

Já em 2012, o valor foi superior ao registado em 2011, correspondendo a 6.421,00 euros, referentes às intervenções nas margens dos cursos de água no Parque de Avioso – S. Pedro e no Rio Leça, em Ponte de Moreira.

À data da elaboração do presente relatório não foi fornecida informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador para 2013.

Em 2014, foi investido um total de 2.886,36 € no ordenamento das margens dos cursos de água, designadamente do Rio Leça.

Área de margem e de leito reabilitada		N.º 113	Tendência -
Tema	Subtema	Modelo DPSIR	
Ambiente	Recursos Hídricos	Estado	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte	
n.º (m ²)	Anual	CMM (Div. Ambiente)	
Descrição/Metodologia			
Área da margem e do leito dos cursos de água abrangida pelo investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município	
Recursos Hídricos		n.d	
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas	
-		-	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	Área		
2009	n.a		
2010	n.a		
2011	19 300		
2012	14 200		
2013	n.d		
2014	2 950		
Área da margem e do leito reabilitada			
Análise Sumária			
<p>Durante a monitorização realizada em 2011 entendeu-se oportuno avaliar também o indicador relativo à área de margem e de leito dos cursos de água reabilitada, a par da análise do investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.</p> <p>Assim, para o presente indicador não existem dados relativamente aos anos de 2009 e de 2010.</p> <p>No que diz respeito a 2011, a área de margem e leito reabilitada total foi de 19 300 m², correspondendo 500 m² à área adjacente à empresa Montanhês, Comercial, Lda, 8800 m² à área da Ribeira do Arquinho, junto ao Maiajardim, e 10 000 m² à área designada de Ponte Moreira.</p> <p>Para 2012, foi de 14 200 m² a área de margem e leito reabilitada, da qual, 1 400 m² no Parque de Avioso e 12 800 m² em Ponte de Moreira.</p> <p>À data da elaboração do presente relatório não foi fornecida informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador para 2013.</p> <p>Em 2014, a área das margens do Rio Leça intervencionadas correspondeu a 2 950 m².</p>			

Percentagem de área do concelho coberta por floresta

N.º 114

Tendência -

Tema

Ambiente

Subtema

Flora

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (%)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (GTF)

Descrição/Metodologia

Evolução da área florestal existente no concelho.

Corresponde à Área florestal/área total do concelho*100.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Flora

Meta/Objetivo Município

Não Definida

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

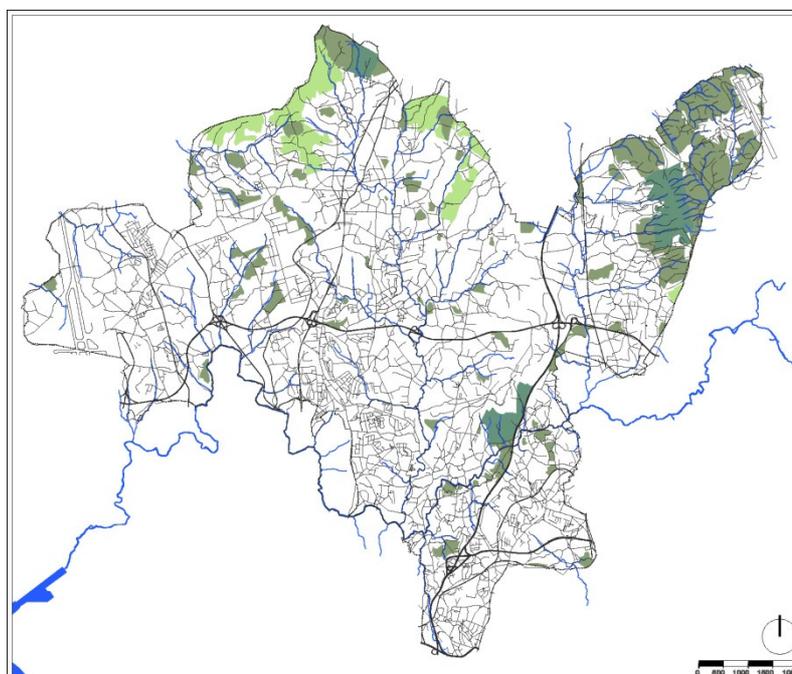
Metas Estratégicas

ENDS tem como vetor estratégico a gestão sustentável dos recursos florestais e a sua proteção adequada

Quadros/Representação Gráfica

Ano	%
2011	44,81
2012	44,81
2013	44,81
2014	21,00

Percentagem área florestal, Maia



Áreas Florestais PDM 2009

Análise Sumária

De acordo com a informação prestada por parte do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal, nos anos em análise, isto é 2011, 2012 e 2013, correspondia a cerca de 44,8% a área do território concelhio coberta por povoamentos florestais. Em 2014, o valor reportado foi de 21% a percentagem de solo coberto por floresta, valor inferior ao registado nos anos transatos, o que resulta de uma melhor aferição.

De referir que, de acordo com o definido no âmbito do processo de revisão do PDM, em 2009, na Maia, 1138,3 ha do território foi classificado nas diferentes categorias de solo referentes a Áreas Florestais, representando cerca de 13,5% da área total do concelho, dos quais 696,4 ha são Área Florestal de Proteção, 273,1ha são Áreas Florestais de Produção e 168,8 ha são Áreas Florestais de Recreio e Lazer. Assim, verifica-se que persistem no concelho alguns povoamentos florestais classificados noutras categorias de uso do solo, designadamente em áreas de solo urbano, por ocupar.

Tema Ambiente	Subtema Flora	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º/ha	Periodicidade Anual	Fonte CMM (GTF)
Descrição/Metodologia N.º de fogos registados e área florestal afetada por incêndios florestais.		

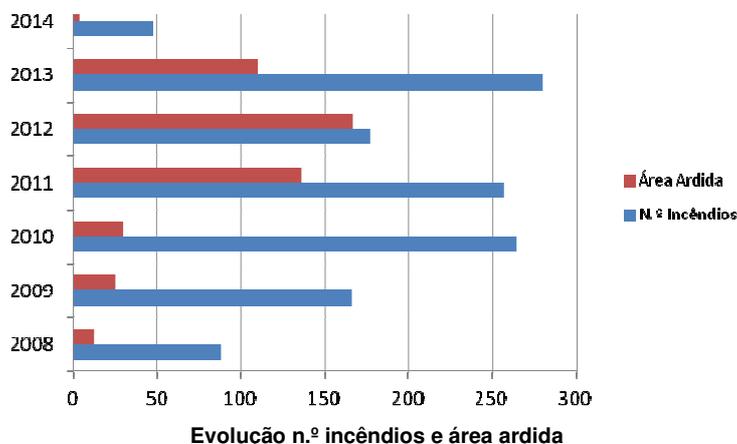
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_Flora	Meta/Objetivo Município Decrescente
--	---

Documentos Referência Estratégica Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) Estratégia Nacional para a Floresta (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro)	Metas Estratégicas ENDS define como meta nacional eliminar incêndios com áreas > 1000 ha e área média anual ardida < 100 000 ha até 2012 ENF apresenta como objetivo principal a diminuição dos riscos aos quais os espaços florestais são suscetíveis, designadamente a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais
--	---

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Incêndios	Área Ardida (ha)
2007	164	21,88
2008	88	12,86
2009	166	25,14
2010	264	30,27
2011	257	136,17
2012	177	166,92
2013	280	110,00
2014	48	4,39

Evolução n.º incêndios e área ardida



Análise Sumária

De acordo com informação prestada pelo Gabinete Técnico Florestal, no ano de 2009, registaram-se 166 fogos florestais, em 2010, 264, em 2011, 257, em 2012, 177, em 2013, 280, e em 2014 já se registou um total de 48 fogos florestais correspondendo, respetivamente, a cerca de 25 ha, 30 ha, 136 ha, 166 ha e 110 ha de área florestal ardida.

Comparativamente com os anos transatos, o número de ocorrências e a respetiva área ardida, em 2014, foi bastante inferior à registada nos anteriores anos em análise.

Tal como em REOT anteriores, reitera-se que a Câmara Municipal, nomeadamente através do seu Gabinete Técnico Florestal, deverá desenvolver ações junto dos proprietários das áreas ardidas, incentivando a requalificação/reflorestação das mesmas e a introdução de novas espécies (indicadores definidos para o REOT mas cujo valor de execução tem sido sempre nulo).

Tema

Ambiente

Subtema

Solo

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (ha)

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE – Recenseamento Agrícola

Descrição/Metodologia

Evolução da área, em hectares, da superfície agrícola utilizada no concelho.

A superfície agrícola utilizada (SAU) corresponde à superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes (INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Solo

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

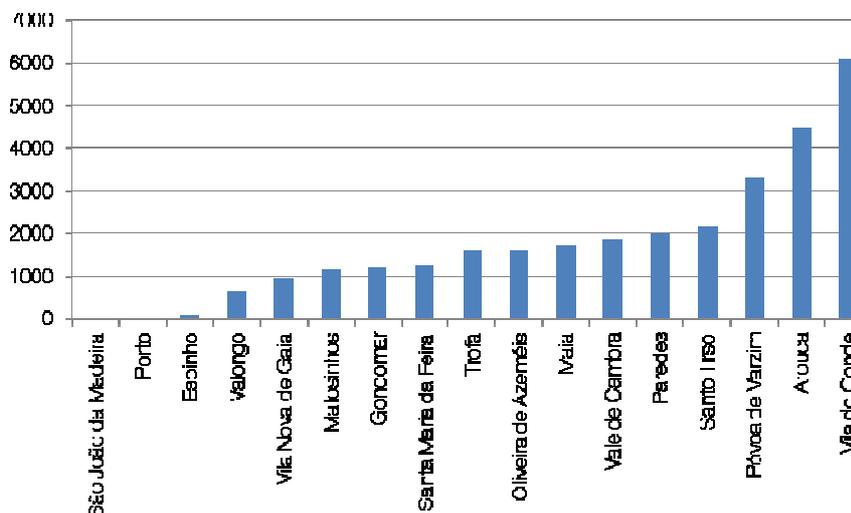
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	SAU (ha)
1999	1.776
2009	1.719

Superfície Agrícola Utilizada, Maia

Superfície Agrícola Utilizada, AMP, 2009

Análise Sumária

De acordo com o último recenseamento agrícola de Portugal, datado de 2009, correspondia a 1.719 ha a área do concelho relativa a Superfície Agrícola Utilizada, observando-se um decréscimo face a 1999, em que a SAU era de 1.776 ha.

Tal reforça a característica de declínio da atividade agrícola no concelho, reforçado pela evolução negativa das empresas e da população ativa no setor primário.

Em termos absolutos, a Maia é o sétimo concelho da AMP que, em 2009, registava o valor mais elevado de SAU, sendo superado pelos concelhos cuja atividade agrícola ainda é significativa, concretamente Vila do Conde, Arouca, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Paredes e Vale de Cambra.

Taxa de Abandono Agrícola

N.º 119

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Solo

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (ha)

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE – Recenseamento Agrícola

Descrição/Metodologia

Superfície agrícola não utilizada (SANU)/Superfície Agrícola (SA) x 100

Superfície agrícola não utilizada é a superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

Superfície Agrícola corresponde à soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração (conceito Instituto Nacional de Estatística).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Solo

Meta/Objetivo Município

<1%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

Prot-N define como meta para 2007/2013 - <1%

Quadros/Representação Gráfica

Maia	1999	2009
SANU	27	18
Sup. Agrícola Total	2593	2287
Taxa Abandono Agrícola	1,04	0,79

Taxa Abandono Agrícola, Maia**Análise Sumária**

De acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 1999, a taxa de abandono agrícola era de 1,04%, valor ainda aquém da meta definida nos documentos da proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT Norte), versão colocada a discussão pública, correspondente a uma taxa de abandono agrícola inferior a 1%.

De acordo com o último recenseamento agrícola, em 2009, a taxa de abandono agrícola correspondeu a cerca de 0,8%, encontrando-se já abaixo do valor de referência presente no PROT Norte.

Áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados por Fundos Comunitários

N.º 120

Tendência -

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Solo	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º (ha)	Anual	http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=1777 (consultado a 18-01-2013)

Descrição/Metodologia

Levantamento das áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados pelo FEDER.

Embora o indicador definido na Declaração Ambiental reporte ao levantamento das áreas agrícola, apenas é possível dispor de informação quanto ao n.º de projetos apoiados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
FA_Solo	Não definida

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
-	-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Subprograma	Eixo	Investiment o Total	Investimen to Público	FEADER
2010	Promoção da Competitividade	Modernização e Capacitação das Empresas	501030	174785	131089
	Promoção da Competitividade	Modernização e Capacitação das Empresas	185831	74705	56030
	Promoção da Competitividade	Modernização e Capacitação das Empresas	101741	50095	37668
	Promoção da Competitividade	Modernização e Capacitação das Empresas	2485233	991593	743695
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	40000	40000	30000
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	40000	40000	30000
	Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	Cooperação para a Inovação	615195	307369	230527
2011	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	21700	8680	6510
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	29282	9680	7260
2012	Promoção da Competitividade	Modernização e Capacitação das Empresas	195102	76381	57286
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24990	9996	7497
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	176951	108476	81357
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	139616	97921	73441
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	329119	194560	145920
	Promoção da Competitividade	Instalação de Jovens Agricultores	202361	131181	98385
2013	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24950	8780	6585
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24950	8780	6585
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24950	8780	6585
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	20329	8131	6099
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24245	9698	7274
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	25590	10000	7500
	Promoção da Competitividade	Investimentos de pequena dimensão	24086	4535	3401
	Promoção da Competitividade	Restabelecimento do Potencial Produtivo	29821	22366	16775
	Promoção da Competitividade	Restabelecimento do Potencial Produtivo	13230	9045	6784

Projetos Financiados Proder
Análise Sumária

Relativamente ao presente indicador, em REOT transatos, os dados recolhidos conduziam a que, “quer no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio quer do atual QREN 2007-2013 não houve qualquer projeto em áreas de uso agrícola submetidas a financiamento por parte do FEDER, o que traduz o escasso investimento nesta área”.

No entanto, e embora a designação do indicador ambiental seja Área Agrícola submetida a projetos FEDER, e tendo conhecimento que o financiamento para o setor agrícola provém diretamente de outros fundos de financiamento, designadamente do PRODER, no âmbito da elaboração do presente relatório procurou-se obter a informação junto da entidade referida, pelo que, no presente relatório, são apresentados dados diferentes dos anteriormente apresentados.

Assim, consultada a informação disponível na página da internet do PRODER, verifica-se que de 2010 a 2013 foram aprovadas, respetivamente, 7, 2, 6 e 9 candidaturas para investimentos no concelho da Maia, nos subprogramas e nas tipologias acima apresentadas.

Para 2008 e 2009 não foram aprovadas candidaturas a projetos.

À data da elaboração do presente relatório ainda não se encontrava disponível informação sobre as candidaturas aprovadas em 2012, nem foi possível reunir informação sobre as candidaturas em 2014, provavelmente por o anterior quadro comunitário se encontrar ainda em encerramento³ e o novo quadro 2014/2015 encontrar-se, ainda, em fase de arranque.

Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais

N.º 121

Tendência -

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

5 em 5 anos

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução das áreas afetadas por níveis sonoros acima dos limites legais, no período diurno/entardecer/noturno (Lden) e noturno (Ln).

Soma das áreas com níveis sonoros superior aos limites legais para zona mista (L_{Aeq} ≥ 65 B(A)) para o período diurno/entardecer/noturno e no noturno considerando as isofônicas superiores a 55 dB(A).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

dB (A) Lden LN	Concelho	
	Área	%
Lden < 55	3753,55	46
55 < Lden < 60	1801,61	22
56 < Lden < 65	1224,81	15
65 < Lden < 70	687,51	8
70 < Lden < 75	407,51	5
Lden > 75	369,1	4
Lden ≥ 65	1464,12	18
Ln < 45	1117,4	14
45 < Ln < 50	976,92	12
50 < Ln < 55	1659,23	20
55 < Ln < 60	1801,61	22
60 < Ln < 65	1224,81	15
65 < Ln < 75	687,51	8
Ln > 70	776,61	9
Ln ≥ 55	4490,54	54

Classificação Zonas Concelho**Análise Sumária**

Considerando a proposta de Carta de Classificação de Zonas, em 2008, cerca de 18% do território no período global e aproximadamente 54% no período noturno encontra-se acima dos limites máximos admissíveis para as zonas sujeitas a classificação. Estas áreas localizam-se, fundamentalmente, em torno das principais vias de tráfego e de atravessamentos de avenidas com elevados fluxos de tráfego.

Nestas circunstâncias, e de acordo com o enunciado no Regulamento Geral do Ruído, será necessária a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído.

A atualização dos valores referentes ao presente indicador será efetuada a cada 5 anos, por obrigatoriedade legislativa de revisão das cartas de ruído ao fim do período referido.

Assim, em 2013, ainda não é possível apresentar dados para a evolução do presente indicador.

População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais

N.º 122

Tendência -

Tema Ambiente	Subtema Poluição Sonora e Atmosférica	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise N.º	Periodicidade 5 em 5 anos	Fonte CMM (Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Porcentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressas em décibéis (dB (A)).		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído	Meta/Objetivo Município Decrescente
---	---

Documentos Referência Estratégica Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)	Metas Estratégicas Pretende-se reduzir o número de pessoas expostas a níveis sonoros superiores a 65 dB(A) no período diurno e 55 dB(A) no período noturno, de acordo com o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro
---	--

Quadros/Representação Gráfica

Porcentagem da População Exposta a Ruído Ambiente Exterior - 2008	
Zona sensível:	Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%); Período noturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);
Zona Mista	Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%); Período noturno (Ln) – cerca de 20% (20,16%).

População afetada por níveis sonoros acima dos limites

Análise Sumária

Em 2008, a população municipal exposta a níveis sonoros acima dos limites, na zona sensível, durante o período global (Lden) corresponde a 5% da população, duplicando quando se tem em consideração apenas o período noturno (Ln).

Na zona mista, 9% da população encontra-se exposta a níveis sonoros acima dos limites no período global (Lden), passando para cerca de 20% no período noturno (Ln).

Tal como o anterior indicador, para o presente também ainda não é possível apresentar dados para a evolução do mesmo.

Tema Ambiente	Subtema Poluição Sonora e Atmosférica	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Evolução, anual, do número de medidas de minimização do ruído implementadas no município. Descrição com a identificação do: n.º/tipologia e investimento/ha.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

--

Análise Sumária

Como medida de minimização do ruído encontra-se em desenvolvimento o Plano Municipal de Redução do Ruído. Assim, ainda não foram implementadas outras medidas de redução do ruído uma vez que apenas recentemente foram definidas as zonas de conflito. Durante 2014, a EP teve em discussão pública um Plano de Ação de Redução do Ruído para a EN14, o qual apresenta algumas medidas para minimização do ruído, devendo ser monitorizada a implementação das mesmas, não tendo sido reportadas por parte da Divisão de Ambiente outros resultados.

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução, anual, do número de exposições relativas ao ruído automóvel.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

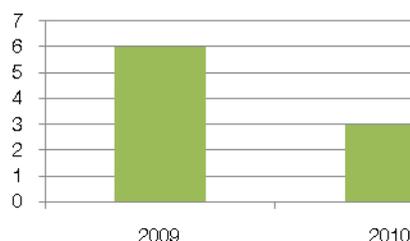
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	6
2010	3
2011	n.d
2012	n.d
2013	n.d
2014	n.d

Queixas Ruído Automóvel, Maia**Queixas Ruído Automóvel, Maia****Análise Sumária**

Durante 2009, a Câmara Municipal recebeu um total de 6 queixas relativas ao nível de ruído provocado pelo tráfego, enquanto, em 2010, apenas foram rececionadas um total de 3 exposições, indo de encontro à meta definida de redução do n.º de queixas recebidas. Para o presente indicador não foram apresentados dados que permitissem monitorizar a evolução durante os anos de 2011 a 2014.

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.qualar.org (APA)

Descrição/ Metodologia

Evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Muito Bom, Bom, Média, Fraco e Má (constituído por 5 poluentes: Dióxido de azoto (NO₂), Monóxido de carbono (CO 8h), Ozono (O₃), Partículas inaláveis ou finas (PM₁₀). O índice de qualidade do ar de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. A Maia insere-se na área Porto Litoral.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Município

Aumento dos dias com qualidade do ar Muito Bom e Bom em detrimento dos restantes

Documentos Referência Estratégica

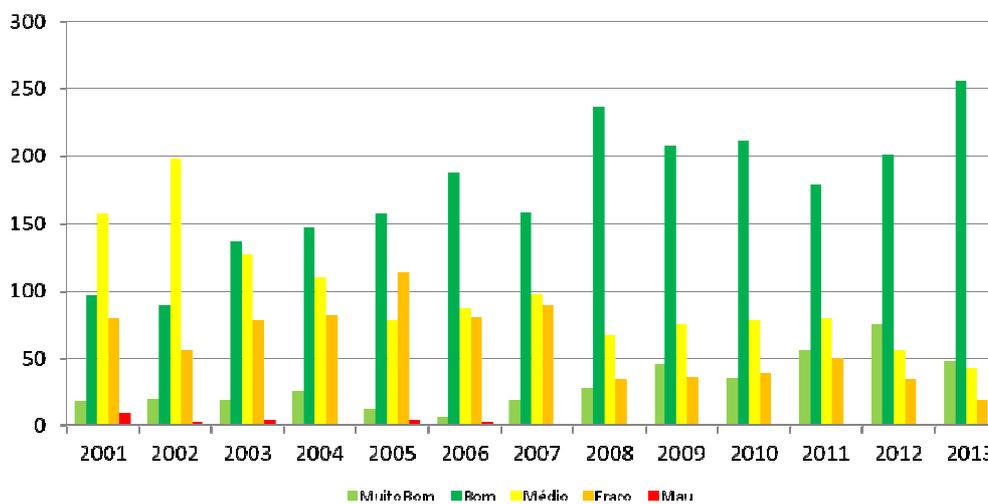
Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

Metas Estratégicas

Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	n.d
2001	18	97	157	80	10	3
2002	20	89	198	56	2	
2003	19	137	127	78	4	
2004	26	147	110	82	1	
2005	12	157	79	113	4	
2006	7	188	87	81	2	
2007	19	158	98	89	1	
2008	28	236	67	34	1	
2009	46	208	75	36	0	
2010	35	212	78	39	1	
2011	56	179	80	50	0	
2012	75	201	56	34	0	
2013	48	255	43	19	0	

N.º de dias incluídos em cada uma das classes do índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral**Índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral****Análise Sumária**

Em 2013 verificou-se um maior n.º de dias com índice de qualidade do ar Bom (255 dias), seguindo-se o Muito Bom (48 dias), o Médio (43 dias) e o Fraco (19 dias).

Tal como em 2011 e 2012, não se registou qualquer dia na classe do Mau.

Verifica-se um crescimento acentuado do n.º de dias com o índice de qualidade do ar Bom, relativamente aos anos transatos.

Em 2013, correspondeu a cerca de 83% o n.º total de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom ou Bom, sendo que em 2012, 2011, 2010 e em 2009 era, respetivamente, de 75%, 64%, 67,7% e 69,6%.

Para o presente indicador não foram apresentados dados que permitissem monitorizar a evolução durante o ano de 2014.

Tema

Ambiente

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

Avaliação das emissões de gases com origem antrópica que contribuem para o efeito de estufa, desagregadas por poluente e estação (avaliado em termos de n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos).

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

www.qualar.org (APA)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_10 - Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Município

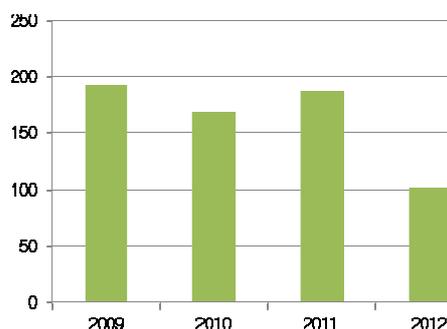
Diminuição n.º excedências

Documentos Referência Estratégica

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

Metas Estratégicas

Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)

Quadros/Representação Gráfica**N.º Total de Excedências, Maia**

Estação	N.º Excedências - 2011						N.º Excedências - 2012					
	PM 2.5	SO2	PM 10	NO2	CO	O3	PM 2.5	SO2	PM 10	NO2	CO	O3
Vermoim	-	0	59 (a)	2 (a)	0	5 (e) 5 (g)	0	0	55 (a)	0	0	0
V. N. da Telha	-	0	115 (a)	4 (e)	0	2 (b)	-	0	46 (a)	0	0	1 (b)
Águas Santas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	0	174	6	0	7	0	0	101	0	0	1
Excedências Máx.			35	18		25 (a)			35	18		25 (a)

(a) - Proteção da saúde humana - Base Diária

(b) - Proteção saúde Humana - Base Octo-Horária (DL 102/2010 - Diretiva 2008/50/CE) - 25 excedências máximas permitidas

(c) - Proteção saúde Humana - Base Octo-Horária (Portaria 623/96)

(d) - Proteção da Vegetação - Base Diária

(e) - Proteção Saúde Humana - Base Horária - Limiar de Informação à População

(f) - Proteção da Vegetação - Base Horária

(g) - Proteção Saúde Humana - Base Horária (DI 111/2002)

(1) Poluentes: PM 2.5 – partículas < 2.5 µm; SO2 – Dióxido de Enxofre; PM 10 – Partículas <10 µm; NO2 – Dióxido de Azoto; CO – Monóxido de Carbono; O3 – Ozono

Total de Excedências por Estação e Poluente ⁽¹⁾, Maia, 2012**Análise Sumária**

No que se refere ao n.º total de excedências pela totalidade dos poluentes observa-se um crescimento do n.º de excedências de 2008 para 2009, em que se registou um valor de 192 excedências, retomando em 2010 o total de excedências registado em 2008 (169), em 2011 sobe novamente para 187, registando-se em 2012 o valor mais reduzido entre os anos em análise.

Assim, observa-se uma melhoria do desempenho deste indicador.

Numa desagregação por poluente, durante o ano de 2012, registou-se um total de 101 excedências ao nível do poluente Partículas < 10, menor do que o registado em 2011, e 1 excedências no poluente Ozono, menor também que em 2011.

Importa referir que para o poluente Partículas < 10 o limiar de excedências são de 35 dias, tendo a Maia registado sempre valores superiores ao máximo permitido.

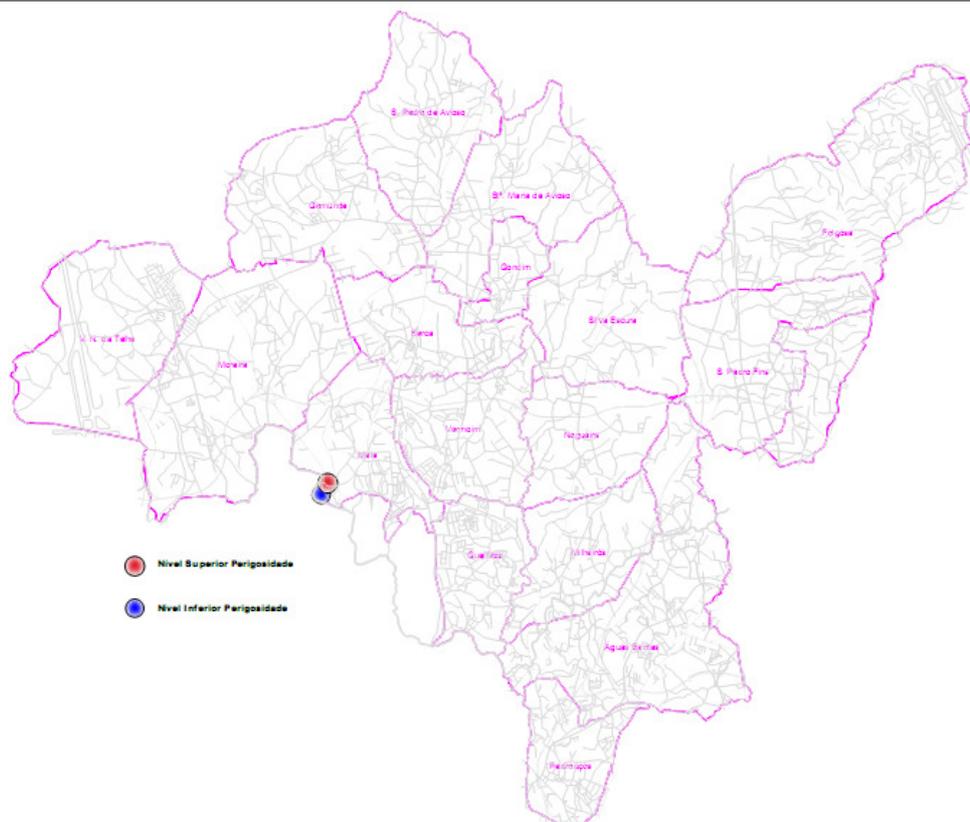
Para o presente indicador não foram apresentados dados que permitissem monitorizar a evolução durante o ano de 2014.

Tema Ambiente	Subtema Riscos Tecnológicos	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte www.apa.pt
Descrição/Metodologia Contabilização do número de estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o Homem e o ambiente, transpondo para o direito nacional a Directiva n.º 2003/105/CE.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_05 – Riscos Tecnológicos	Meta/Objetivo Município Não Definida
---	--

Documentos Referência Estratégica Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho	Metas Estratégicas - Garantir a prevenção de acidentes graves e limitação das suas consequências para o ambiente; - Assegurar que na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território sejam fixadas distâncias de segurança entre os estabelecimentos que contenham substâncias perigosas e os elementos sensíveis do território; - Garantir a existência de planos de emergência internos e externos para o controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas nos estabelecimentos de nível superior de perigosidade Meta – Consolidar a implementação do regime de prevenção de acidentes graves através dos instrumentos definidos na legislação, em particular das obrigações introduzidas pela entrada em vigor do DL 254/2007 Relatório de Estado do Ambiente – 2009 (APA)
--	--

Quadros/Representação Gráfica



Estabelecimentos Industriais Abrangidos DL 254/2007, Maia

Análise Sumária

Na Maia, em 2014, mantém-se a existência de dois estabelecimentos industriais onde estão presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, respeitantes ao fabrico e armazenamento de produtos químicos, designadamente:

- Cin (Fábrica) – Nível Inferior de Perigosidade
- Cin (Distribuição) – Nível Superior de Perigosidade

Os estabelecimentos localizam-se na freguesia da Maia, face à EN 13.

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes industriais

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

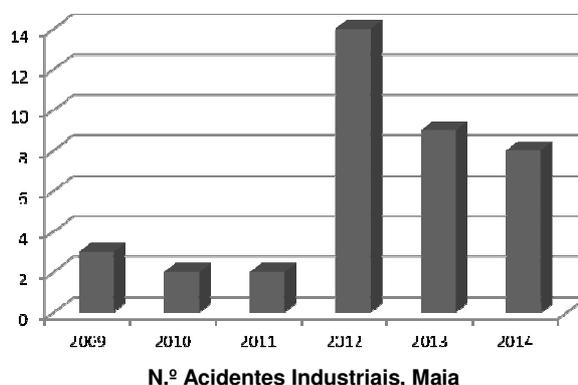
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	2
2011	2
2012	14
2013	9
2014	8

N.º Acidentes Industriais, Maia**Análise Sumária**

No que diz respeito aos acidentes industriais, em 2009, verificaram-se três incêndios em unidades industriais, os quais tiveram lugar na Zona Industrial da Maia I. No entanto, tanto em 2010 como em 2011, o n.º de acidentes industriais decresceu ligeiramente, passando para 2 acidentes industriais em cada ano.

Relativamente a 2012, e de acordo com a informação prestada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, ocorreu um número total de 14 acidentes industriais, com uma tendência notoriamente negativa face aos anos transatos.

Em 2013 e 2014 retoma-se uma tendência decrescente do número de acidentes indústrias, tendo-se registado 9 e 8 acidentes, respetivamente, ainda assim superior ao registado entre 2009 e 2011.

A informação recolhida não permite tirar ilações quanto à magnitude dos acidentes. No entanto, procurar-se-á, durante este ano, desenvolver uma base de dados em que para além da georreferenciação dos acidentes industriais se procurará associar atributos aos mesmos.

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes viários envolvendo o transporte de substâncias perigosas.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

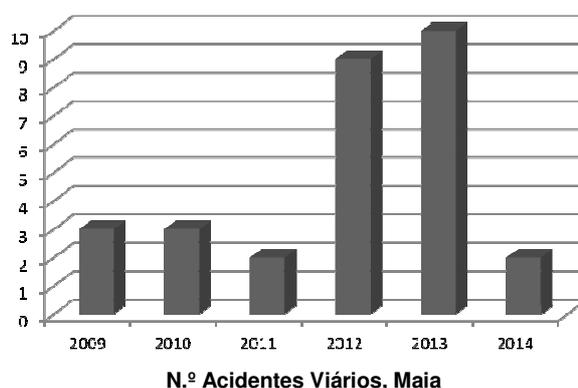
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	3
2011	2
2012	9
2013	10
2014	2

N.º Acidentes Viários, Maia**Análise Sumária**

De acordo com informação prestada por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia, durante 2009, registaram-se apenas três acidentes viários envolvendo veículos que transportavam substâncias perigosas, sem grande magnitude e impacte no território e no ambiente, tendo-se registado o mesmo número de acidentes em 2010.

No decorrer do ano civil de 2011, observaram-se apenas dois acidentes viários envolvendo veículos de transportes de substâncias perigosas, diminuindo face aos anos transatos.

No entanto, em 2012 e em 2013, com 9 e 10 acidentes, respetivamente, assistiu-se a um crescimento do n.º de acidentes viários envolvendo substâncias perigosas, regredindo face aos valores apurados para os anos transatos.

Já em 2014, os dados reportados apontam para um registo de apenas 2 acidentes viários envolvendo substâncias perigosas, decrescendo significativamente face a 2013.

Tal como no indicador anterior, a informação recolhida não permite tirar ilações quanto à magnitude dos acidentes. No entanto, procurar-se-á, durante este ano, desenvolver uma base de dados em que para além da georreferenciação dos acidentes industriais se procurará associar atributos aos mesmos.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º (%)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

População residente que é servida por sistemas de abastecimento de água. O abastecimento da água potável em quantidade e qualidade adequada é essencial para garantir a qualidade de vida das populações. Exprime-se em percentagem da população abrangida.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

95% da população

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)

Metas Estratégicas

95% da população (PEAASAR II)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pop. Servida Abastecimento Água
2010	95%
2011	n.d
2012	99%
2013	99%
2014	96%

n.d. – Valor não disponível

População servida Abastecimento de Água, Maia**Análise Sumária**

No que diz respeito à rede pública de abastecimento de água a mesma corresponde a 100% do território concelhio, sendo que a população servida por sistema público de abastecimento de água representava, em 2010, 95% da população residente no concelho, verificando-se o cumprimento da meta estabelecida no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013) de 95% da população servida com sistema público de abastecimento de água.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2011 pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

De acordo com a informação prestada pelos SMEAS – Serviços Municipalizados de Eletricidade Água e Saneamento da Maia, tanto em 2012, como em 2013, a população do concelho servida por sistemas de abastecimento de água ascendia aos 99%, valor superior à meta nacional definida no PEAASAR II, pelo que, a avaliação do presente indicador é positiva. Já para 2014, a informação reportada refere apenas a existência de 96% da população servida por sistemas de abastecimento de água, encontrando-se, ainda assim, acima da meta definida no PEAASAR II.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade AnáliseN.º (m³)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Determinação dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterrânea ou superficial para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (m³).

Para a apuração deste indicador, considera-se o volume de água fornecida pelo Sistema de Abastecimento Público, que é adquirida na sua totalidade às empresas Águas do Douro e Paiva e Águas do Noroeste, dado não existirem captações no território da Maia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Caudal Captado (m ³)
2010 ⁽¹⁾	9.499.306
2011	n.d
2012	n.d
2013	9.184.795
2014	n.d

¹ - o valor apresentado é estimado dado que à data não se dispõe de resultados de Dez. 2010

Caudal de Água captado**Análise Sumária**

Em 2010 correspondeu a 9.499.306 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (o valor apresentado é estimado, dado que, em Jan. de 2011, ainda não se dispunha de resultados definitivos relativos a Dez. 2010).

Durante o ano de 2013, foi de 9.184.795 m³ o total de volume de água captada, observando um ligeiro decréscimo face ao ano de 2010, o que contribui para o cumprimento do objetivo definido de redução do volume de água captado.

A evolução do presente indicador, em 2011, 2012 e 2014, não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Volume de consumo de água

N.º 132

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade AnáliseN.º (m³)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/MetodologiaDeterminação dos volumes de água consumidos nas redes públicas de abastecimento de água (m³).**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

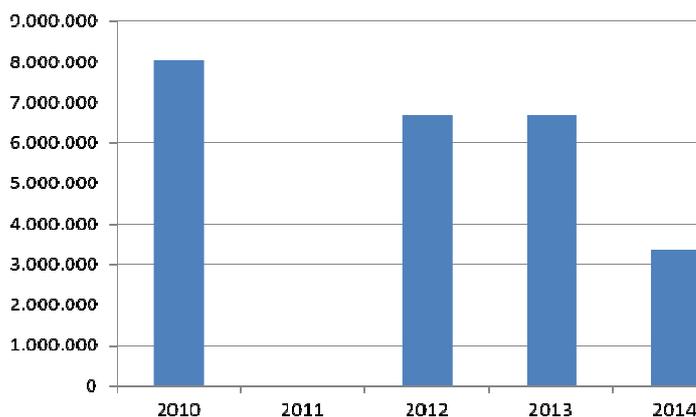
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Consumo Água (m ³)
2010	8.057.034
2011	n.d
2012	6.665.047
2013	6.664.902
2014	3.380.000

n.d. – Valor não disponível

Volume Consumo de Água

Volume Consumo de Água

Análise Sumária

Como apresentado anteriormente, em 2010, correspondeu a 9.499.306 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água. No entanto, o volume de água consumido foi ligeiramente inferior, registando-se um consumo total de água de 8.057.034 m³.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2011 pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Em 2012 e em 2013, correspondeu a 6.665.047 m³ e a 6.664.902 m³, respetivamente, o volume de água consumido nas redes públicas de abastecimento de água, conforme informação prestada pelos SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.

Em 2014, correspondeu a 3.380.000 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água.

Assim, o consumo de água tem vindo sucessivamente a decrescer face ao valor apurado em 2010.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade AnáliseN.º (m³/hab.)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Relação entre o total de água consumida da rede pública de abastecimento de água e a população residente.

Para o cálculo do presente indicador considerou-se como população residentes em ambos os anos a população à data dos censos de 2011 (135.306 hab.).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	M ³ Água Consumida por Habitante
2010	59,5
2011	n.d
2012	49,3
2013	49,3
2014	35,0

n.d. – Valor não disponível

Água consumida por Habitante, Maia**Análise Sumária**

Durante 2010, e considerando o valor de m³ de água consumida no concelho, cada habitante na Maia consumiu cerca de 59,3 m³ de água por ano.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2011 pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Durante o ano de 2012 e 2013, o valor fornecido pelos SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, revela um consumo de água por habitante inferior ao registado em 2010, correspondendo em ambos os anos a 49,3 m³/habitante, contribuindo para a evolução positiva do presente indicador.

Em 2014, o volume de água consumida por habitante reduziu substancialmente, tendo passado para 35 m³/hab.

População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

N.º 134

Tendência ▲

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Resposta
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º (%)	Anual	CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

População residente que é servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais possibilitam a redução da poluição dos meios hídricos e asseguram a proteção da saúde pública.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
FA06_Infraestruturas	90% população

Documentos Referência Estratégica **Metas Estratégicas**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II) 90% da população (PEAASAR II)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pop. Servida sistema drenagem
2010	89%
2011	n.d
2012	98%
2013	n.d
2014	96%

n.d. – Valor não disponível

População servida sistema drenagem, Maia

Análise Sumária

Relativamente à rede pública de drenagem de águas residuais, o concelho da Maia possui três sistemas de drenagem (ETAR de Cambados, ETAR de Ponte de Moreira e ETAR de Parada), com uma capacidade instalada de 360.000 m³, sendo que a população servida pelo sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais corresponde a 89%, em 2010, a 98%, em 2012, e a 96%, em 2014, de acordo com dados disponibilizados pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2011 e em 2013, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Verifica-se uma evolução positiva da percentagem de população abrangida pelo sistema de drenagem de águas residuais, desde 2010 até 2012, regredindo em 2014. No entanto, o concelho mantém o alcance da meta nacional definida no PEAASAR (2007-2013) que estabelece como valor de referência servir 90% da população do país com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

Tema	Subtema	Modelo DPSIR																				
Ambiente	Infraestruturas	Resposta																				
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte																				
N.º	Anual	CMM (SMAS)																				
Descrição/Metodologia																						
Evolução anual dos m ³ de águas residuais drenadas. Permite avaliar o volume de água residual drenada nas estações de tratamento (ETAR).																						
Evolução anual dos m ³ de águas residuais tratadas. Permite avaliar o volume de água residual tratada nas estações de tratamento (ETAR).																						
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município																					
FA06_Infraestruturas	Tratamento de 100% das águas residuais drenadas																					
Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas																					
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)	-																					
Quadros/Representação Gráfica																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">Volume água Residual</th> </tr> <tr> <th>Drenada</th> <th>Tratada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>9.030.955</td> <td>9.030.955</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>n.d</td> <td>n.d</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>8.018.320</td> <td>8.018.320</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>9.008.762</td> <td>9.008.762</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>3.100.000</td> <td>3.100.000</td> </tr> </tbody> </table> <p>n.d. – Valor não disponível</p> <p>Água drenada e tratada, Maia</p>			Ano	Volume água Residual		Drenada	Tratada	2010	9.030.955	9.030.955	2011	n.d	n.d	2012	8.018.320	8.018.320	2013	9.008.762	9.008.762	2014	3.100.000	3.100.000
Ano	Volume água Residual																					
	Drenada	Tratada																				
2010	9.030.955	9.030.955																				
2011	n.d	n.d																				
2012	8.018.320	8.018.320																				
2013	9.008.762	9.008.762																				
2014	3.100.000	3.100.000																				
Análise Sumária																						
<p>O volume de água residual drenada e tratada foi de 9.030.955 m³, em 2010, de 8.018.320 m³, em 2012, e de 9.008.762 m³, em 2013. Em 2014 o volume de águas residuais drenadas diminui, correspondendo a 3.100.000 m³, valor igual ao reportado pelos SMAS como tendo sido também tratadas.</p> <p>Nos anos em análise, verifica-se que o volume de água tratada correspondeu à totalidade de água drenada, cumprindo com o objetivo definido para a relação entre os dois indicadores em presença.</p>																						

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
-------------	----------------	---------------------

Ambiente	Infraestruturas	Resposta
----------	-----------------	----------

Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
------------------------	----------------------	--------------

N.º	Anual	CMM (SMAS)
-----	-------	------------

Descrição/Metodologia

Avaliar o volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objeto de reutilização. A reutilização consiste no tratamento e na utilização de água residual com qualidade adequada para outros usos, p.e.: rega espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas e florestais, lavagem de pavimentos, permitindo a redução dos caudais captados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas	Meta/Objetivo Município
--	--------------------------------

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
--	---------------------------

Plano Nacional da Água (PNA)	PNA - Promoção da reutilização da água para fins menos exigentes
------------------------------	--

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Reutilização Água
2010	0
2011	n.d
2012	0
2013	0
2014	0

n.d. – Valor não disponível

Água Reutilizada, Maia

Análise Sumária

O Plano Nacional da Água define como objetivo a promoção da reutilização da água para fins qualitativamente menos exigentes, pelo que se considerou a integração deste indicador no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território.

No entanto, de acordo com informação disponibilizada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, nos anos para os quais se dispõe de informação, o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR) do concelho não foi objeto de reutilização para outros fins menos exigentes.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão/Resposta

Unidade Análise

kg.

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Maiambiente)

Descrição/Metodologia

Determinação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência EstratégicaPlano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais**Metas Estratégicas**Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia;
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – Garantia uma redução de cerca de 20% na produção de resíduos industriais**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Total (kg.)	Indiferenciados		Seletivos	
		Kg.	%	Kg.	%
2009	59.959.200,00	46.366.160,00	77,33	13.593.040,00	22,67
2010	60.750.100,00	46.285.460,00	76,19	14.464.640,00	23,81
2011	60.829.000,00	44.504.000,00	73,16	16.325.000,00	26,84
2012	57.878.380,00	42.375.480,00	73,21	15.502.900,00	26,79
2013	57.878.380,00	42.375.480,00	73,21	15.502.900,00	26,79

Análise Sumária

Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2013, a mesma correspondeu a 57.878.380 kg, dos quais 73,21% diziam respeito a resíduos indiferenciados e 26,79% a recolha seletiva.

Quanto aos anos transatos, assistiu-se a um decréscimo do volume total de resíduos sólidos recolhidos no concelho e, simultaneamente, ao crescimento do peso da recolha seletiva, em detrimento da recolha de resíduos indiferenciados, com uma percentagem mais significativa de resíduos produzidos no concelho a ser enviada para tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Pressão
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
kg./hab./dia	Anual	CMM (Maiambiente)
Descrição/Metodologia		
Determinação da capitação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos, diária pela população residente. Exprime-se em kg./Habitante/dia.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
FA06_Infraestruturas	Decrescente

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Redução de 1,4% da capitação diária até 2016, face ao valor de referência de 2007 e garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia; Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – garantia uma redução de cerca de 20% na produção de resíduos industriais

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total (kg.)	kg/hab./dia	Indiferenciados		Seletivos	
			Kg.	kg/hab/dia	Kg.	kg/hab/dia
2009	59.959.200,00	1,15	46.366.160,00	0,89	13.593.040,00	0,26
2010	60.750.100,00	1,14	46.285.460,00	0,87	14.464.640,00	0,27
2011	60.829.000,00	1,23	44.504.000,00	0,90	16.325.000,00	0,33
2012	57.878.380,00	1,17	42.675.480,00	0,86	15.502.900,00	0,31
2013	57.878.380,00	1,17	42.675.480,00	0,86	15.502.900,00	0,31

Capitação Resíduos por habitante

Análise Sumária

De 2009 para 2011, assiste-se a um crescimento da capitação diária de resíduos por habitante, o que contraria as metas nacionais de redução de 10%, do PPRU, ou de 1,4% (PERSU) da capitação diária.

Sendo de salientar que as metas nacionais foram definidas tendo em conta um valor de referência de produção de resíduos de 1,12 kg/hab./dia, em 2007, para Portugal Continental.

No entanto, tanto em 2012 como em 2013, e de acordo com os valores fornecidos pela Maiambiente, E.M., a produção diária de resíduos foi de 1,17 kg/hab./dia, observando-se um decréscimo face ao ano de 2011, encontrando-se abaixo do limiar definido no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos de garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia.

Por tipologia de resíduos recolhidos, verifica-se que 0,86 kg/hab./dia correspondem a resíduos indiferenciados e que 0,31 kg/hab./dia a recolha seletiva, em 2012 e em 2013.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

N.º de Ecopontos **N.º 139** **Tendência -**

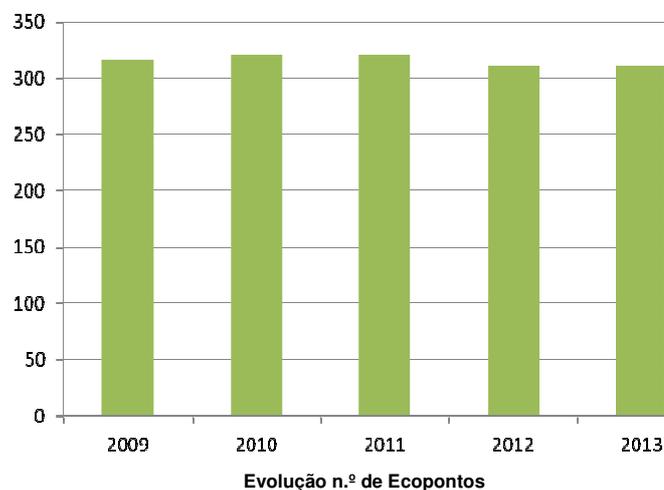
Tema Ambiente	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Maiambiente)
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de ecopontos distribuídos pelo concelho.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas	Meta/Objetivo Município Não Definida
--	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	316
2010	321
2011	321
2012	311
2013	311

N.º de Ecopontos**Análise Sumária**

Em 2009 existiam 316 ecopontos instalados no território concelhio. Tanto em 2010 como em 2011 verifica-se que são já 321 os ecopontos instalados no território municipal, verificando-se um crescimento face a 2009.

No entanto, em 2012 e em 2013, o número de ecopontos é de 311, ligeiramente inferior.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta		N.º 140	Tendência								
Tema Ambiente	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Resposta									
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Maiambiente)									
Descrição/Metodologia Evolução do número de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta.											
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas		Meta/Objetivo Município Não Definida									
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -									
Quadros/Representação Gráfica											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>59.666</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>52.999</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>52.999</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º Fogos	2011	59.666	2012	52.999	2013	52.999
Ano	N.º Fogos										
2011	59.666										
2012	52.999										
2013	52.999										
Fogos abrangidos sistema Porta-a-Porta											
Análise Sumária											
<p>Tendo a Câmara Municipal implementado o sistema de recolha seletiva Porta-a-Porta optou-se por incluir no relatório de avaliação do estado do ordenamento do território informação relativa ao n.º de fogos do concelho abrangidos pelo sistema referido.</p> <p>De acordo com a informação disponibilizada pela empresa municipal Maiambiente, em 2011, encontravam-se abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta um total de 59.666 fogos. No entanto, a informação reportada referente ao ano de 2012 e de 2013 refere um valor ligeiramente inferior de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta (52.999 fogos).</p> <p>A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2014, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.</p>											

6 AVALIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL PLANEAMENTO

6.1. Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal da Maia revisto entrou em vigor a 27 de Janeiro de 2009, após a publicação no Diário da República do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro. Desde a sua entrada em vigor, verificaram-se alguns procedimentos de dinâmica do plano, publicitados através das seguintes publicações:

1. Aviso n.º 5587/2010, de 17 de março – 1.ª Retificação
2. Aviso n.º 20052/2010, de 11 de outubro – 2.ª Retificação
3. Aviso n.º 607/2012, de 13 de janeiro – 1.ª Alteração por Adaptação
4. Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho – 1.ª Alteração

O Plano Diretor Municipal estabeleceu como principais linhas orientadoras os objetivos presentes no art.º 2.º do regulamento - Estratégia e Objetivos.

Para a concretização dos mesmos definiu-se o modelo de organização territorial assente na Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo, e programaram-se ações, identificadas na Planta de Ordenamento – Programação e Execução.

Pretende-se neste subponto avaliar a concretização dos objetivos definidos no PDM da Maia, o nível de execução das propostas e avaliar os efeitos do plano, a fim de identificar atempadamente eventuais efeitos negativos imprevistos, avaliando a evolução dos indicadores ambientais presentes na Declaração Ambiental e o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos no Relatório Ambiental.

6.1.1. Avaliação da concretização dos objetivos estratégicos

Para a avaliação da concretização dos objetivos estratégicos do PDM da Maia definiram-se indicadores de avaliação associados a cada um dos objetivos estratégicos, alguns dos quais relacionados com a dinâmica global do concelho, e apresentados no ponto 5, relativo à avaliação do estado do ordenamento do território, e outros específicos da execução do plano propriamente dito e dos respetivos impactes e que se analisam neste ponto.

MT_01	<p>MODELO TERRITORIAL</p> <p>Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supra concelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre iniciativa pública e iniciativa privada</p>
<p>O primeiro objetivo do Modelo Territorial prende-se com a afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP.</p> <p>A Maia apresenta uma posição de charneira no seio dos concelhos da AMP, apresentando, uma considerável importância geoestratégica no seio da AMP e, até mesmo, a nível regional, pois caracteriza-se como um território bem equipado ao nível de equipamentos de utilização coletiva e de infraestruturas de comunicação.</p> <p>Durante o período de vigência do Plano, observaram-se ou estão em curso melhorias ao nível da rede viária nacional (alargamento da A3 e da A4) e da crescente dotação e requalificação ao nível de equipamentos de utilização pública (designadamente equipamentos de ensino, desporto e áreas verdes, como já demonstrado ao nível da análise dos indicadores constantes do ponto 5 do relatório), fatores que contribuirão para a melhoria da acessibilidade e mobilidade da população e aumento da qualidade de vida, com reflexos no crescimento demográfico do concelho.</p> <p>No período intercensitário, a Maia foi o concelho da AMP e da Região Norte com o maior crescimento populacional.</p> <p>Embora o crescimento demográfico se deva sobretudo ao saldo migratório, a Maia registou valores da taxa de natalidade e de mortalidade, respetivamente, superiores e inferiores à média da AMP.</p> <p>A par das tendências de evolução da população residente, mantém a dinâmica positiva na oferta de alojamentos. Neste último período intercensitário o crescimento do n.º de alojamentos no concelho foi superior à média da AMP (16,0%), mantendo a Maia a característica de ser o concelho da AMP com a maior taxa de crescimento.</p> <p>A evolução positiva dos dados demográficos das empresas e das sociedades registadas com sede no concelho face ao valor de referência do PDM (quer o de 2001, quer os dados das empresas de 2008) é um dado positivo da posição do concelho no contexto económico.</p> <p>Estes dados contribuem para o cumprimento do objetivo de afirmação do concelho da Maia.</p>	

MT_02	<p>MODELO TERRITORIAL</p> <p>Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados</p>
<p>O Plano define como estratégia a consolidação da Cidade da Maia, freguesia formalmente constituída pela agregação das antigas freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim, promovendo uma rede urbana descentralizada assente em núcleos urbanos de 2.ª ordem.</p> <p>A freguesia da Cidade da Maia era, em 2001 e em 2011, a que concentrava um valor absoluto de população residente mais elevado, verificando-se depois elevados níveis de população residente nos aglomerados urbanos de 2.ª ordem, como Águas Santas, Pedrouços, Moreira e Castelo da Maia.</p> <p>Tal posição é reforçada pela aproximação da densidade populacional da Cidade da Maia à densidade verificada ao nível dos aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços. No período intercensitário foi ao nível da Cidade da Maia que o crescimento da densidade populacional foi mais significativo.</p> <p>Relativamente à taxa de crescimento populacional, entre 2001 e 2011, verificou-se também um crescimento dos núcleos urbanos de 2.ª ordem, com maior significado na freguesia de Moreira, o que reforça o objetivo de concretização de uma rede de aglomerados urbanos de 2.ª ordem.</p> <p>No que diz respeito à malha urbana, a Cidade da Maia apresentou uma variação do n.º de alojamentos inferior à média do concelho, contrariado pela maior densidade habitacional (alojamentos por km2) desta freguesia, que confirma a capacidade de consolidação deste aglomerado urbano.</p>	

MT_03	MODELO TERRITORIAL
	Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
<p>A Maia tem-se assumido como um município com grande atratividade e competitividade que decorre das fortes acessibilidades regionais e nacionais e da dinâmica empresarial.</p> <p>No que ao setor empresarial diz respeito, importa referir que, entre 2004 e 2011, a evolução do número de empresas no concelho foi positivo (5,8%), ainda que de 2009 para 2011 se tenha registado um ligeiro decréscimo, fruto da atual conjuntura económica. Paralelamente, o número de sociedades com sede registada no concelho tem evoluído positivamente face ao valor de referência (5330, em 2008, passando para 5377, em 2011.</p> <p>Em 2011, a par do Porto, a Maia continua a garantir um índice de polarização de 1, o que reflete a autonomia do concelho em termos de geração de postos de trabalho suficientes para a população residente empregada.</p>	

MT_04	MODELO TERRITORIAL
	Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos
<p>A contenção das frentes urbanas verifica-se pela consolidação das áreas urbanas existentes e coesão dos aglomerados urbanos e pela diminuição da construção avulsa e em solo rural.</p> <p>Tendo em consideração os dados disponíveis dos censos de 2011, ao nível do n.º absoluto de alojamentos, as freguesias de Folgosa e S. P. Fins, unidades territoriais mais periféricas e com características rurais mais vincadas, apresentam o menor n.º de alojamentos, bem como do n.º de edifícios, registando o crescimento menos expressivo da evolução dos alojamentos. Pelo contrário, é na Cidade da Maia e Águas Santas que se concentra a maior oferta de alojamentos.</p> <p>A análise do cumprimento deste objetivo é também avaliada pela informação relativamente às novas licenças de construção por categoria e subcategoria de solo, por forma a integrar uma análise mais pormenorizada da dinâmica construtiva após a publicação do atual PDM.</p> <p>Relativamente a 2013 (em que se registou 95 alvarás de construção), o ano de 2014 apresentou uma menor dinâmica urbanística (78 licenças emitidas de um total de 79).</p> <p>Em 2014, ao nível da distribuição das licenças de construção por classificação do solo observa-se um claro predomínio das que se localizam nas categorias de solo urbano (78 no total das 79 emitidas, o que representa 98,7%) e dentro deste maioritariamente em área de habitação unifamiliar HU2, com 55 casos, que representam 69% do total de licenças, seguindo-se os casos inseridos em áreas de indústria e armazenagem.</p> <p>Tal facto, bem como a maior concentração das licenças nas freguesias que compõem os aglomerados urbanos de nível 1 e 2, e muito provavelmente associada à forte recessão económica que se vive, com reflexo na evolução da dinâmica construtiva, traduz o cumprimento do objetivo estratégico do PDM de contenção de novas frentes urbanas, desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos.</p>	

MT_05	MODELO TERRITORIAL Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização das unidades deficientemente localizadas no território
<p>A avaliação do presente objetivo estratégico requer uma dupla abordagem.</p> <p>Assim, no que concerne ao fortalecimento do parque empresarial, em 2011 registou-se na Maia um total de 14.589 empresas. Assim, no período de 2004 a 2011 a taxa de crescimento do número de empresas foi de cerca de 5%, indo de encontro ao definido para o presente objetivo. No entanto, não se pode ignorar o decréscimo verificado de 2009 para 2010, fruto, sobretudo, da forte recessão económica que o país atravessa e a que a Maia não é alheia.</p> <p>De acordo com os dados do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, na Maia, em 2014, registou-se o licenciamento de novas unidades empresariais em áreas de indústria e armazenagem, bem como se assistiu a uma contínua procura de interessados em localizarem as respetivas atividades económicas no concelho.</p> <p>Assim, a Maia continua a exercer atração sobre as diferentes atividades económicas e a caminhar para o fortalecimento do parque empresarial existente.</p> <p>No que diz respeito à segunda componente do presente indicador, isto é, deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe informação que permita avaliar o cumprimento do mesmo.</p> <p>No entanto, face à atual situação económica, cujos esforços se têm centrado na manutenção das empresas a laborar e dos postos de trabalhos criados e da insuficiência económica para o desenvolvimento de projetos de deslocalização com vista a localização em áreas do solo com maior vocação industrial, e tratando-se sobretudo de situações que cumprem os critérios de compatibilidade definidos no regulamento do PDM, considera-se que este não é o momento mais propício à observação de casos que permitam a prossecução do presente objetivo.</p>	
AU_01	AMBIENTE URBANO Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais
<p>Relativamente à componente de acréscimo da mobilidade, a Câmara Municipal, em 2013, concluiu a elaboração o designado Plano de Mobilidade Sustentável do concelho da Maia, que tem como principais objetivos: promover a mobilidade sustentada, fomentando a utilização de modos de transporte mais ecológicos para as deslocações; garantir a articulação entre planeamento territorial e planeamento de transportes; garantir a interoperabilidade entre os diversos modos de transporte e ainda entre os diversos componentes da cadeia de transporte e reforçar a informação urbana.</p> <p>Em 2014, avançou-se com a implementação das primeiras medidas do programa de ação, através das quais se promoverá o acréscimo de mobilidade e, conseqüentemente, a melhoria do ambiente urbano, designadamente a criação de um grupo de trabalho da Mobilidade Sustentável e Acessibilidade para Todos e foi aprovado o Plano de Ação para o triénio 2014-2017.</p> <p>Quanto à dotação em equipamentos urbanos, durante a vigência do plano assistiu-se a um crescimento sustentado da dotação de equipamentos urbanos, adequando a oferta à procura manifestada.</p> <p>Relativamente aos principais elementos naturais existentes no concelho, que correspondem às áreas agrícolas e às margens e leitos dos cursos de água, foram desenvolvidas as atividades: projeto corrente do Rio Leça; projetos municipais de reabilitação de áreas verdes (p.e: Parque Urbano do Novo Rumo e Parque Urbano dos Amores) e investimento municipal no ordenamento e requalificação das margens e leitos dos cursos de água.</p>	

AU_02	AMBIENTE URBANO Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente
<p>Os transportes coletivos têm ganho cada vez mais utentes, o que pode ser reflexo da melhoria do sistema de transportes, mas também do crescente aumento dos preços dos combustíveis que leva à diminuição do uso do transporte individual.</p> <p>Quanto aos modos de transporte ambientalmente sustentáveis, designadamente os não motorizados, o Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, anteriormente referido, aponta como muito importante a criação de uma rede de percursos pedonais e ciclovias, estruturas de que o concelho é deficitário (as ciclovias existentes assumem um carácter meramente de lazer e os arruamentos pedonais têm uma expressão residual). Sem embargo do exposto, iniciou-se a execução da 1.ª fase do Ecocaminho, entre o Lugar do d Souto e as Vias Paralelas, no centro da Cidade. Deu-se início ao projeto da ciclovia do centro da Cidade da Maia e proposta de sinalética e divulgação dos Caminhos de Santiago a par da proposta preliminar da expansão da ciclovia até à Zona Industrial Maia I.</p>	

AU_03	AMBIENTE URBANO
	Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano
<p>Durante o período de vigência do PDM assistiu-se a uma evolução positiva dos indicadores referentes à evolução da área verde pública do concelho e à captação da mesma por habitante (passando de 6,25 m²/habitante, em 2008, para 11,36 m²/habitante, em 2014, o que, reflete um acréscimo dos espaços verdes públicos, através da construção de alguns parques urbanos, nomeadamente do PU dos Maninhos, na atual freguesia da Cidade da Maia, do PU dos Amores, em Pedrouços, e da requalificação do PU do Novo Rumo, na Cidade da Maia, e a dotação dos mesmos com percursos pedonais e parques infantis, localizados em freguesias marcadamente urbanas, levou a uma potenciação da utilização dos espaços verdes públicos no meio urbano.</p> <p>Por outro lado, em 2013, desenvolveu-se uma estratégia integrada em dotar as áreas urbanas do município de Ginásios ao Ar Livre, oferecendo mais um equipamento aos munícipes que potencia a utilização coletiva do meio urbano, aposta que continuou a ser executada pela autarquia, com a execução de mais um GAL no parque dos Moutidos.</p>	

AU_04	AMBIENTE URBANO
	Recurso ao desenho urbano, como instrumento de gestão ativa e concertada
<p>Durante a vigência do Plano, o Município da Maia aprovou o Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, correspondendo ao único plano de pormenor em vigor no concelho. Procedeu, ainda, ao desenvolvimento dos trabalhos com vista à aprovação do Plano de Pormenor do Lidador, procedimento que não chegou a ser concluído devido ao parecer negativo emitido pela ANA – Aeroportos S.A. e bem ainda ao início, no final de 2011, do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Centro da Maia, em curso.</p> <p>No âmbito da programação estratégica anual a Câmara Municipal deliberou dar início ao procedimento de execução de algumas UOPG, (sete), nomeadamente pela elaboração do desenho urbano de referência, no entanto, e com exceção da aprovação da delimitação da Unidade de Execução da Zona Desportiva da Cidade, os demais ficaram apenas nas fases preparatórias de desenvolvimento do processo, encontrando-se em fases distintas de desenvolvimento.</p> <p>Considerando que o desenho urbano não é apenas assegurado através da elaboração dos instrumentos de execução definidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, mas também através da elaboração dos designados Estudos Urbanísticos de Referência (EUR), considerou-se importante neste período de avaliação e monitorização apresentar o levantamento dos EUR elaborados, sendo que, em 2014, desenvolveram-se 43 EUR.</p>	

AU_05	AMBIENTE URBANO
	Rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes e aposta na reabilitação e regeneração urbana
<p>Ao nível da rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes, durante o período de vigência do plano, observaram-se investimentos municipais na requalificação e/ou ampliação de edifícios de equipamentos públicos dotando-os de melhores condições para servir a população, designadamente ao nível dos equipamentos de educação, bem como a reconversão de edifícios (Exemplo: Escola Príncipe da Beira, na antiga freguesia de Gueifães, da adaptação do antigo posto da GNR na Maia para cantina municipal) e a deslocalização de serviços públicos, deficientemente localizados (Exemplo: Serviço de Finanças).</p> <p>Por outro lado, importa referir, que a atuação da Câmara Municipal ao nível da resposta a pedidos de instalação de atividades económicas no concelho tem procurado, num primeiro momento, direcionar esses investimentos para o aproveitamento de estruturas devolutas existentes, promovendo uma racionalização das edificações e das infraestruturas existentes.</p> <p>Paralelamente, num primeiro momento definiu-se como indicador para avaliar a rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes a quantificação da rede viária municipal requalificada/conservada. No entanto, no decurso do processo de monitorização não tem sido possível recolher dados relativos à totalidade dos projetos de conservação/requalificação das infraestruturas existentes devido à ausência de um processo sistemático e contínuo de avaliação das intervenções por parte dos departamentos responsáveis pela execução das mesmas. Ainda assim, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, em 2009/2010 correspondeu a cerca de 17.550 m/l a rede viária requalificada, em 2012 a 2.175 m/l e em 2013 a 1.700 m/l e em 2014 a 2.000 m/l.</p> <p>Em 2014, a Câmara aprovou a delimitação e implementação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia, o que traduz a aposta na política de reabilitação e regeneração urbana, numa ótica de consolidação dos aglomerados urbanos.</p>	

ORDENAMENTO PAISAGISTICO	
OP_01	Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais
<p>A preservação dos valores identitários, designadamente pela potenciação de novos usos aos núcleos rurais e das quintas agrícolas, é promovida pela conversão deste património em espaços destinados a espaços de turismo rural, propondo-se a avaliação do presente objetivo através da implantação de estabelecimentos de alojamento vocacionados para o turismo rural ou de habitação, que promovam o património edificado e a exploração dos valores da ruralidade.</p> <p>Na Maia, existem duas unidades de alojamento em turismo rural, valor que se mantém inalterado após a aprovação do PDM.</p> <p>Em 2014, conquanto não exista nenhum novo alojamento de turismo rural, registou-se uma operação urbanística com vista a valorização e recuperação de um edifício unifamiliar, classificado como imóvel de interesse municipal.</p> <p>Dada a importância que cada vez mais tem sido atribuída ao setor primário, nomeadamente ao nível das políticas governamentais, e bem ainda pelo recente fenómeno de regresso à agricultura, tal poderá ter reflexos ao nível da evolução do setor no concelho e contribuir para a preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho.</p> <p>Assim, considerou-se que, num próximo momento de avaliação, devem ser integrados indicadores que reflitam a potenciação dos valores da ruralidade do concelho não apenas através da potenciação de novos usos mas, igualmente, através da atividade agrícola. Neste propósito, importa destacar alguns dos dados do último recenseamento agrícola de 2009. Em 2009, na Maia registaram-se 333 explorações agrícolas, menos 18% do que em 1999, contribuindo com cerca de 9% para o total de explorações existentes no Grande Porto (3542 explorações agrícolas recenseadas em 2009).</p> <p>No que diz respeito à superfície agrícola utilizada (SAU), em 2009, a Maia dispunha de uma SAU de 1719 ha, constituindo, em termos absolutos, o terceiro concelho do Grande Porto com um maior valor de SAU. Entre 1989 e 1999 a variação da SAU foi significativa, decrescendo cerca de 30%, sendo que, na década de 1999 a 2009 a redução foi de apenas 3,2%. A área média por exploração situa-se em 5,16 ha.</p> <p>A superfície agrícola não utilizada corresponde a 18 ha, correspondendo a área agrícola que não se encontrava cultivada e que pode ser utilizada.</p> <p>A população e mão-de-obra familiar que, total ou parcialmente, se dedica à atividade agrícola ascende a 1116 indivíduos, e o produtor agrícola familiar corresponde a 325 indivíduos. Em ambos os casos, a estrutura etária é envelhecida, existindo praticamente 1 produtor agrícola familiar por cada exploração agrícola.</p> <p>Apenas 7,7% da área se destina a culturas permanentes, não existindo explorações com matas e florestas com culturas sob coberto e a terra arável limpa corresponde a 89% da área agrícola do concelho.</p> <p>Nas culturas temporárias evidenciam-se as culturas forrageiras e nas culturas permanentes os frutos subtropicais.</p> <p>Os valores apresentados revelam grande importância do gado bovino e das aves nas explorações do concelho.</p> <p>Apesar de se caracterizar como uma atividade em declínio no concelho, de 1999 para 2009, a taxa de abandono agrícola correspondeu a cerca de 0,8%, sendo inferior à registada no anterior período intercensitário.</p>	

ORDENAMENTO PAISAGISTICO	
OP_02	Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território do concelho
<p>A promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território resulta da execução dos designados estudos urbanísticos de referência, da prestação de informações sobre a imagem e a funcionalidade do espaço urbano e da eliminação de dissonâncias existentes no território.</p> <p>Tal como ao nível do objetivo de promoção do desenho urbano, a avaliação do presente objetivo através da elaboração dos designados Estudos Urbanísticos de Referência (EUR) , dos estudos de imagem e funcionalidade do espaço urbano (IFEU), e bem ainda dos Projetos de Integração Paisagística, não é objeto de apresentação de resultados por ainda se encontrar em fase de georreferenciação.</p> <p>No âmbito do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade 2012-2017 da REN – Rede Elétrica Nacional, no concelho da Maia realizaram-se intervenções ao nível do enterramento de linhas elétricas, designadamente de 4 linhas de alta tensão e de 2 linhas de baixa/média tensão, a que correspondeu uma intervenção em cerca de 9.650 m/l e o desmantelamento de 53 postes elétricos, contribuindo para uma valorização paisagística, conforme atestam as imagens que a seguir se apresentam.</p>	

Antes



Depois



OP_03	ORDENAMENTO PAISAGISTICO
	Valorização dos cenários da paisagem cultural
<p>No âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a um inventário exaustivo do património edificado do concelho, consubstanciando-se como uma primeira medida de salvaguarda dos cenários de paisagem cultural, verificando-se um crescimento significativo face ao arrolado no PDM de 94.</p> <p>A valorização do património edificado constitui um elemento que importa garantir. No entanto, ao nível dos indicadores definidos para avaliação do presente, durante a vigência do plano, a evolução apresentou-se francamente positiva, na medida que foram desenvolvidas medidas de salvaguarda e de valorização do património edificado, ao nível da recuperação de imóveis municipais arrolados como património edificado, concretamente edifícios escolares, e bem ainda por ter sido dada sequência, por parte do IGESPAR, ao procedimento de classificação do Mosteiro de Moreira como imóvel de interesse nacional.</p> <p>Durante 2014, registou-se a emissão de um alvará de construção referente a operação urbanística num imóvel arrolado como património edificado.</p> <p>A par da recuperação e preservação do património edificado, definiu-se como essencial a preservação e a salvaguarda do património arqueológico. A atividade da Autarquia tem sido muito direcionada para a prospeção de áreas de património arqueológico e para a promoção de medidas de salvaguarda do mesmo, contribuindo para o cumprimento do presente objetivo, conforme já apresentado nos indicadores relativos à proteção e valorização do património arqueológico, no qual se destaca o crescimento das áreas de prospeção arqueológica, quer de sítios já identificados no PDM quer em novas zonas, que conduziu à descoberta de mais 8 áreas arqueológicas, as quais foram integradas no PDM em vigor, no âmbito da alteração aprovada em 2013.</p>	

6.1.2. Avaliação da execução do plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDMM, pretende-se, neste subponto, direcionar a análise para uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas, desagregadas por Rede Viária, Arborização de Arruamentos, Equipamentos, Áreas Verdes e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Para uma melhor perceção do nível de execução das ações previstas no âmbito do PDM revisto, apresenta-se a figura seguinte, que reflete a percentagem de execução, até ao final de 2014, desagregado por tipologia de ação.

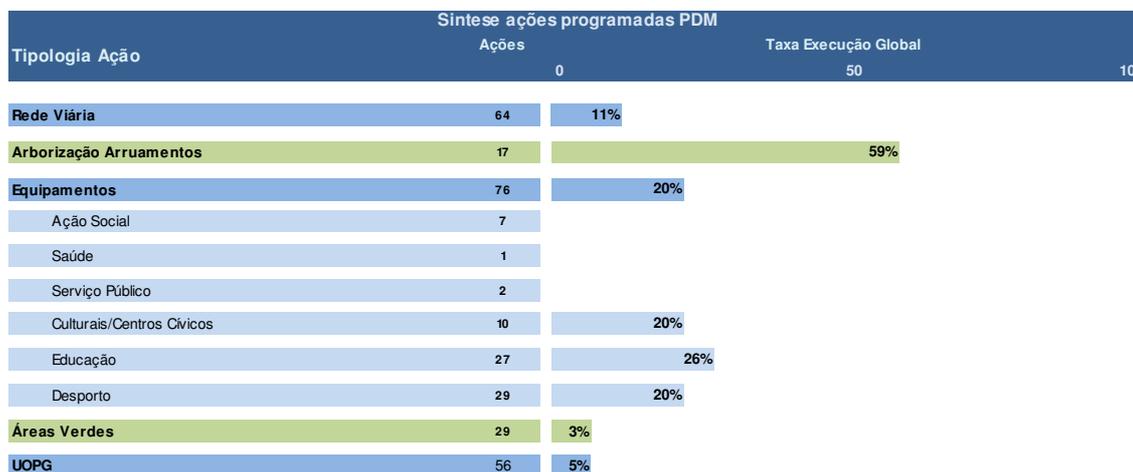


Figura 2. Síntese da execução do PDM, em 2014

Rede Viária

Relativamente à rede viária com execução programada para 2014, a Câmara Municipal conclui a execução do projeto de execução da RVP36, correspondente ao Nó da Nova Maia/Parque Millennium.

Quanto às demais ações previstas, a Câmara Municipal deu continuidade ao procedimento de elaboração do projeto correspondente à RVP13.1 - Execução de troço da Via Periférica entre a Rua do Souto e a Rotunda de articulação com a futura ligação à EN13 e à RVP36 - Nó da Nova Maia/Parque Millennium.

Ao nível da rede viária principal foi executada a RVP19, tendo já sido executadas parte da RVP06, da RVP14 e da RVP29.

No que diz respeito à Rede Viária Secundária, foram executadas as propostas vertidas no PDM cujas ações se encontravam identificadas como RVS06, RVS08, RVS11 e RVS12, as quais já haviam sido executadas até 2012. Por outro lado, foram já executadas parcialmente parte das vias identificadas como RVS10 e RVS20, bem como, ainda se encontra em fase de projeto a RVS05 - Continuação da Via do Mosteiro (Moreira) até à Rua Cruz das Guardieiras.

Relativamente à rede viária local não foi concluída qualquer proposta identificada na Planta de Ordenamento – Programação e Execução, com exceção das duas vias já executadas até 2012.

Face ao exposto anteriormente, **do total dos investimentos previstos executar em infraestruturas rodoviárias no período de vigência do Plano, verifica-se um nível de execução de 11%, tendo sido executados parcialmente ou estão em fase de execução 9,4% dos arruamentos previstos**, faltando, assim, cerca de 79% da execução estimada.

Arborização em Arruamentos

Para o ano de 2014 não se propôs a arborização de arruamentos, dado o nível satisfatório de execução atingido ao nível desta tipologia de ações desde a entrada em vigor do PDM até 2013 (cerca de 60%), o que resultou que, no âmbito da proposta de alteração ao PDM, se tivesse eliminado o conjunto de ações de arborização de arruamentos já executados, mantendo-se como programadas apenas 7 ações de arborização de arruamentos, a executar no âmbito da rede viária prevista e da extensão da rede de metro prevista.

Assim, em 2014, o nível de execução das ações programadas é de 0%, mas que agregando as ações já executadas até 2013, regista-se uma taxa de execução de 58,8%, tendo sido executados parcialmente 11,8%, faltando executar cerca de 29,4%.

Equipamentos

Quanto às ações previstas executar em 2014, a Câmara Municipal viu aprovadas as candidaturas submetidas no âmbito do eixo de intervenção “Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar (Bolsa de Mérito)”, do QREN 2007-2013, para a construção do Centro Escolar em Mandim e do Centro Escolar em Folgosa, tendo-se iniciado as respetivas execuções durante o início de 2014, prevendo-se que as mesmas estejam concluídas no início de 2015.

Foi concluída a execução do novo Centro Escolar da Pícuia, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Brisa, por força da necessidade de deslocalização da EB1/JI da Granja, em virtude do procedimento de alargamento da A4.

No âmbito da execução da UOPG 3.5. Zona Desportiva da Cidade encontra-se em curso a execução do equipamento desportivo D25 – Parque Desportivo da Maia, que pretende consolidar a área desportiva existente

Relativamente ao projeto D28 – Ciclovia, e tendo havido decisão quanto à aprovação da candidatura submetida ao QREN para a execução do projeto em 2014, a Câmara Municipal desenvolveu a ação prevista de, e sem comprometer o projeto inicial, executar uma solução alternativa de implementação de parte da Ecopista, numa perspetiva de

desenvolvimento de um Ecocaminho, solução que se encontra a ser implementada, prevendo-se a conclusão do mesmo até ao final do 2.º trimestre de 2015.

Para além dos equipamentos com execução prevista para 2014, sistematiza-se de seguida o nível de execução das propostas de equipamentos de utilização coletiva definidos no âmbito do PDM.

Considerando a atual proposta da Planta de Ordenamento – Programação e Execução, bem como as ações já desenvolvidos no período de vigência do plano, no que diz respeito à execução dos equipamentos públicos previstos nas tipologias de ação social, saúde e serviço público **verifica-se que a execução corresponde a 0%.**

No domínio dos equipamentos integrados na tipologia de culturais e centros cívicos foram realizados cerca de **20% dos projetos programados.**

Ao nível dos equipamentos inseridos na tipologia de equipamentos de ensino em 2014 concluiu-se a execução do Centro Escolar da Pícuca, estando em curso a construção de 2 novos centros escolares, **verificando-se uma taxa de execução de 33%.**

Na tipologia de equipamentos desportivos foi já executado parcialmente o parque pedonal II, na atual freguesia da Cidade da Maia (anterior freguesia de Vermoim), no âmbito da construção da 1.ª fase do Parque Urbano dos Maninhos, o que corresponde uma taxa de execução parcial de cerca de 7%. Acresce que cerca de **21% dos equipamentos programados ao nível desportivo foram já executados** desde 2009 até 2013.

Assim, no cômputo das diferentes tipologias de equipamentos programadas, **procedeu-se já à execução de 24% dos equipamentos previstos.**

Áreas Verdes

No âmbito das propostas de execução de novos espaços verdes públicos foram apenas executados parcialmente o Parque Urbano dos Maninhos (a 1ª fase); o Parque da Quinta da Pícuca (parte), parte da ampliação da Quinta da Gruta e do Monte de Santo António.

Assim, do total de espaços verdes previstos executar a Câmara Municipal tem atualmente uma taxa de concretização de 3,4%, tendo executado já parcialmente 13,8% desses espaços.

Não obstante, o nível de execução apresentado, desde a entrada em vigor do PDM, a Câmara Municipal da Maia executou outros espaços verdes públicos que não estavam previstos no PDM, designadamente: Parque Urbano dos Amores, na freguesia de Pedrouços, Parque (Jardim) Nortecoope, na freguesia de Gueifães, bem como procedeu à reformulação do Parque Urbano do Novo Rumo (área que já estava contemplada no PDM como Área Verde Pública Existente).

Em simultâneo, foi executado o projeto de execução do designado Parque de Ponte de Moreira, na freguesia de Moreira, junto à ETAR de Moreira, o qual, no âmbito da 1.ª alteração ao PDM, passou a integrar o conjunto de ações de áreas verdes programadas no PDM.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Relativamente às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), durante o ano de 2014, propôs-se dar continuidade à execução do Plano de Pormenor do Centro da Cidade da Maia, bem como dar início ao procedimento de alteração da Unidade de Execução da Zona Desportiva da Cidade da Maia.

O Plano de Pormenor do Centro da Cidade da Maia, tal como em 2012 e em 2013, em 2014 mantém-se em fase de elaboração/conceção, verificando-se uma taxa de concretização na ordem dos 40%, em acordo com a ponderação da sequência procedimental definida para a elaboração dos instrumentos de gestão territorial (PMOT1).

Decorridos três anos da aprovação da delimitação da Unidade de Execução da Zona Desportiva da Cidade – UOPG 3.5, e para os efeitos desenvolvidos na necessária proposta de fundamentação da alteração, a Câmara Municipal, em reunião realizada a 19 de junho de 2014, aprovou a alteração da unidade de execução correspondente à UOPG 3.5. Zona Desportiva da Cidade.

Relativamente à UOPG 3.4. Bairro do Sobreiro, face às dificuldades em implementar a proposta do PAT, a curto prazo, e à necessidade de requalificar alguns dos blocos do Bairro do Sobreiro, durante o ano de 2014, a proposta de delimitação da ARU do Centro da Maia foi aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião do referido órgão realizada a 10 de dezembro, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada a 4 de dezembro. Embora englobando uma área mais extensa do núcleo central da Cidade da Maia, inclui parte substancial do designado Bairro do Sobreiro.

Relativamente a 2013, não houve qualquer evolução na execução das UOPG já iniciadas em anos transactos, mantendo-se, **assim, no que diz respeito à execução das UOPG a execução através da aprovação dos respetivos instrumento de execução (PP e EU) 2 UOPG, correspondendo a 3%, e estão em fase de execução 11% das UOPG previstas, restando iniciar 86%.**

6.1.3. Avaliação/Controlo Ambiental

Do processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento de revisão do PDMM resultou um conjunto de indicadores ambientais que anualmente devem ser avaliados e monitorizados, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, cujo quadro com a identificação dos mesmos e respetiva evolução se apresenta no Anexo I.

Os resultados de monitorização dos indicadores ambientais encontram-se plasmados no quadro seguinte, podendo-se concluir o seguinte quanto à evolução dos efeitos ambientais sobre o ambiente:

- Cumprimento dos objetivos de sustentabilidade, concretamente das recomendações efetuadas para cada um dos fatores críticos definidos durante a elaboração da AAE;
- Eventuais efeitos significativos no ambiente, em que, na coluna respeitante à Avaliação/controlo, que procura descrever se foram identificados durante a vigência do PDM impactes ambientais não previstos em sede de AAE.

¹ Fases do processo de elaboração/accompanhamento de Plano de Pormenor e respetiva ponderação atribuída: Decisão da Elaboração – 5%; Divulgação – 5%; elaboração do Plano/Avaliação Ambiental Estratégica – 50%; Consultas às Entidades – 5%; Conferência de Serviços – 5%; Concertação – 5%; Discussão Pública – 5%; Ponderação/Elaboração Versão Final – 10%; Aprovação – 5%; Publicação/Depósito – 5%.

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Património cultural e Paisagem	Património Edificado		<ul style="list-style-type: none"> - Preservação do Património edificado do concelho - Correta política de localização das unidades industriais, que evita a descaracterização da paisagem e do património edificado - Melhoria do enquadramento urbano/paisagístico resultante de intervenções na envolvente do património edificado arrolado, favorecendo a sua condição - Reduções de edificabilidade para os casos em que por incúria ou abandono, os edifícios arrolados se tornem de impossível recuperação ou sejam demolidos 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal - As instalações devolutas serem alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual. - Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património edificado que o valorizem - O património edificado deve ser alvo de utilizações ligadas ao turismo rural ou outras atividades que potenciem a sua dinamização 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Foi concluído o processo de classificação do Mosteiro de Moreira.</p> <p>Embora tenham sido iniciados trabalhos conducentes a futuro processo de classificação do património edificado arrolado, não foi dada sequência por se considerar que as restrições impostas no regulamento do PDM, por ora, já salvaguardam a proteção do património edificado. Equaciona-se, porém, o desenvolvimento de tais tarefas no âmbito dos imóveis propriedade do Município.</p> <p>Em 2014, deu-se início ao Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos da Divisão da Cultura e Turismo e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos.</p> <p>Assim, neste âmbito foram reavaliados os 560 edifícios arrolados na Carta de Ordenamento - Património Edificado. Esta reavaliação foi executada com o objetivo de criar filtros de leitura das diferentes tipologias de utilização dos diferentes corpos do edificado.</p>
	Património Arqueológico		<ul style="list-style-type: none"> - identificado no processo de revisão do PDM, a sua prospeção poderá pôr a descoberto um conjunto de património de grande valor 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de programas de gestão e de divulgação do património arqueológico - Este património deve ser alvo de ações conjuntas de valorização com outros valores da ruralidade 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Realização de Ações de valorização e preservação da Mamoa 5 do Leandro, Sítio Arqueológico do Barroso, Nogueira, e Sítio Arqueológico da Forca, Aldeia Nova, Barca</p> <p>Realização da Semana Aberta da Arqueologia. Cedência de Peças para a exposição "Rio Leça, Rio de Memória".</p> <p>Durante o ano de 2014 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais</p>

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
							<p>resultaram a identificação de 8 novos sítios arqueológicos: Barreiros, freguesia da Maia, Arroiteia, freguesia de Milheirós, Cidadelhe 1 e 2, freguesia de Castêlo da Maia (Avioso, São Pedro), Cardosas 1 e 2, freguesia de São Pedro Fins, Bouça Velha 1 e 2, freguesia Nogueira e Silva Escura.</p> <p>O crescimento das áreas de prospeção contribui para a salvaguarda do património arqueológico do concelho.</p>
	Valores da Ruralidade		<ul style="list-style-type: none"> - uma transição equilibrada de gradientes de ocupação do solo urbano para o solo rural potencia a salvaguarda os valores da ruralidade - Uma correta política de localização das unidades industriais evita a descaracterização da paisagem rural associada à dispersão destas unidades em solo rural - O património cultural a preservar e valorizar, está ligado à sua ruralidade maiaita, cuja génese, associada à atividade agrícola, possui um significado histórico e arquitetónico representativo que se pretende defender e requalificar 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Os solos da RAN devem ser exclusivamente afetos à agricultura, - Potenciação dos solos rurais para usos lúdico-recreativos - Requalificação urbana e paisagística das zonas de transição: urbano/rural - As instalações industriais devolutas devem ser alvo das necessárias ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual - Devem ser preservados os elementos caracterizadores das técnicas e práticas agrícolas ancestrais 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Por forma a fomentar a afetação dos solos de RAN e demais áreas agrícolas do concelho à agricultura, a Câmara Municipal, em 2012, iniciou o projeto designado pro Banco de Terras da Maia, que visa a criação de uma plataforma com a identificação da oferta de terrenos agrícolas e florestais existentes no território e, assim, permitir direcionar a procura que se tem verificado à oferta real, possibilitando uma resposta objetiva aos interessados, através da criação de uma base de dados georreferenciada de terrenos livres para o desenvolvimento de atividade agrícola.</p>
	Fragmentação de Ecossistemas		<ul style="list-style-type: none"> - A criação de uma rede de espaços verdes públicos, a melhoria do conforto ambiental no espaço urbano bem como a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico fomentam a continuidade dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> - A construção de novas infraestruturas de comunicação tem impactes ao nível da fragmentação dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma estrutura verde principal ao nível do Concelho - Criação de contínuos verdes na cidade - Evitar a construção de infraestruturas que contribuam para a fragmentação dos contínuos naturais estabelecidos 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	<p>A estrutura verde principal do concelho foi definida no âmbito da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal em sede de revisão do PDM</p> <p>Durante a vigência do Plano, apenas a construção de uma infraestruturas viária contribuiu para a fragmentação de um ecossistema de RAN.</p> <p>O município tem procurado desenvolver uma política de dotação do concelho com áreas verdes de utilização coletiva, promovendo o</p>

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Ordenamento do Território	Uso do Solo		<ul style="list-style-type: none"> - Delimitada a Estrutura Ecológica Municipal - Salvaguardada das áreas de elevada sensibilidade biofísica e as áreas de riscos naturais (REN) - A densificação das áreas centrais e preenchimento de vazios urbanos resulta numa maior racionalização do uso e da ocupação do solo. - criação de condições mais atrativas à fixação da população nas freguesias mais afastadas do centro da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupação extensiva do solo, decorrente da execução de grandes equipamentos e infraestruturas e da consolidação da Cidade - aumento dos territórios artificializados e da qualidade do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir políticas de preservação que visem a conservação e fomento de usos mais apropriados ao equilíbrio dos ecossistemas de REN - fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente - Incentivo ao funcionamento das indústrias em "círculo", promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas - Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	objetivo de criação de contínuos verdes na Cidade. Durante a vigência do PDM não foram executadas ações que alterassem as áreas de elevada sensibilidade, como sejam as áreas de REN.
	Recursos Hídricos		<ul style="list-style-type: none"> - qualificação dos recursos hídricos, quer ao nível de intervenções que tenham por fim a melhoria da qualidade das suas águas, quer ao nível de intervenções nas suas margens - Salvaguarda dos leitos de cheia, dado especial ênfase à deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal - Promoção da deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupação dos vazios urbanos permitidos em leitos de cheia - escorrências naturais decorrentes do aumento das áreas construídas e impermeabilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ser desenvolvidas ações de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a atuação sobre os recursos hídricos - Aproveitamento para a agricultura da zona ameaçada pelas cheias - dar cumprimento às orientações definidas no Plano Diretor de Águas Pluviais - controlar a qualidade da água das sub-bacias das Ribeiras do Arquinho e Leandro - Política de fiscalização ao nível das intervenções nas margens dos recursos hídricos - Melhoria da gestão dos sistemas de tratamento dos efluentes industriais 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	No âmbito da proposta de desenvolver ações de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a atuação sobre os recursos hídricos foi promovido o projeto "Corrente Rio Leça", bem como projetos de requalificação das margens e leito dos rios.

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
	Mobilidade/ Acessibilidade		<ul style="list-style-type: none"> - aumento da mobilidade e da acessibilidade infraconcelhia - Cidade compacta conduz promoção da eficiência do metabolismo urbano, sobretudo ao nível dos transportes - melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e do espaço público contribui para fomentar circuitos pedonais e cicláveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobrecarga das infraestruturas existentes - Aumento de tráfego rodoviário - Congestionamento viário, decorrente do aumento de tráfego pesado nas vias de acesso às zonas industriais 	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento paisagístico das infraestruturas - Política de Promoção dos transportes públicos e modos suaves - Melhoria dos sistemas de transportes públicos para as áreas industriais - Concentração nos espaços industriais das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado - equacionar-se o condicionamento da utilização do veículo de transporte individual nas áreas centrais dos aglomerados urbanos mais densos - Deve ser efetuada a definição e implementação de uma rede de caminhos agrícolas, pedonais, equestres e de bicicleta definindo circuito de moinhos, caminhos do romano, entre outros. 	<p>O aumento do tráfego rodoviário nas vias municipais e a sequente sobrecarga das infraestruturas existentes decorre não da execução do PDM mas é uma sequência da introdução das portagens nas antigas SCUT. Foi reforçado o impacte positivo na vertente mobilidade/acessibilidade, dado o aumento das ações que contribuem para a sua melhoria.</p>	<p>Foi promovido o enquadramento paisagístico das infraestruturas designadamente da rede viária.</p> <p>No âmbito das ações de promoção da mobilidade a Câmara Municipal procedeu à:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (PMAT), cujo plano de ação desenvolvido tem tido reflexos na eliminação de barreiras arquitetónicas. 2. Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia. 3. Aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho da Mobilidade e Acessibilidade, interdisciplinar, responsável pela articulação das dinâmicas municipais nos domínios da acessibilidade e mobilidade. 4. Aprovou o Plano de Ações 2014-2017 relativos à execução dos dois planos referidos no numero 1 e 2. 5. Iniciou-se a execução da 1.ª fase do Ecocaminho, entre o Lugar o d Souto e as Vias Paralelas, no centro da Cidade da Maia e proposta de sinalética e divulgação dos Caminhos de Santiago a par da proposta preliminar da expansão da ciclovia até à Zona Industrial Maia I. Efetuaram-se diversas ações de sensibilização.

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Saúde Humana em Ambiente Urbano	Espaços Verdes		- aumento das áreas verdes de utilização coletiva melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico - preservação e salvaguarda dos valores de identidade rurais consubstanciam oportunidades para a criação de espaços verdes de utilização coletiva temáticos, ligados às atividades de produção agrícola, pecuária, entre outras	Não expectável	- Promoção da continuidade da estrutura verde concelhia do tecido urbano - Promoção, beneficiação e requalificação de espaços verdes públicos em todos os aglomerados urbanos do Concelho - Promoção dos planos de recuperação de pedreiras para parques urbanos e espaços desportivos - política de execução e investimento na dotação de espaços verdes	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE Foi reforçado o impacte positivo de aumento das áreas verdes do concelho, dado o aumento verificado nas áreas verdes de utilização coletiva existentes no concelho.	Política de execução de espaços verdes: 1. Parque Urbano dos Maninhos 2. Parque dos Amores 3. Parque Urbano Novo Rumo 4. Parque de Ponte de Moreira O Projeto Futuro – 100.000 novas árvores na Área Metropolitana do Porto
	Poluição Sonora e Atmosférica		- com base no conceito de Cidade compacta há menores necessidades de deslocações automóveis dentro da Cidade, com redução dos poluentes sonoros e atmosféricos - a promoção de espaços verdes contribui para reduzir a poluição sonora e atmosférica - devido à política de concentração industrial, as indústrias estão todas localizadas num espaço geográfico circunscrito, pelo que os seus efeitos, tendem a ser também limitados espacialmente e são atenuados pelo efeito barreira das áreas de proteção vegetal que as envolvem - ao reforçar e valorizar a vegetação está-se a promover a qualidade do ar, quer ao nível da produção de oxigénio e absorção de CO2, quer ao nível da redução do ruído, formando barreiras acústicas	- aumento da população exposta a níveis de ruído elevados e de poluentes atmosféricos, ambos resultantes do incremento do tráfego automóvel por via da densificação da Cidade e da melhoria da rede rodoviária - Existem impactes significativos que se podem fazer sentir nas imediações das áreas industriais	- não atribuição usos habitacionais às edificações a construir na proximidade aos eixos de grande tráfego - Criação de barreiras e cortinas verdes, em particular nas interfaces urbano/industrial - Deve ser prevista a instalação de pisos de estrada menos ruidosos - Deve ser garantida a introdução de zonas de velocidade condicionada nas malhas urbanizadas	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	Em curso a elaboração do Plano Municipal de Redução do Ruído
	Riscos Tecnológicos		- aumento das indústrias com tecnologias limpas, isentas de riscos tecnológicos - definição adequada de padrões de localização pressupõe que as indústrias se localizem em espaços apropriados, fora dos meios residenciais - concentração industrial pressupõe que haja uma centralização dos riscos e uma maior facilidade na sua previsibilidade e no seu combate	- atração para o Concelho de indústrias com elevado risco tecnológico - no caso de ocorrência de acidentes, a gravidade destes pode ser de magnitude superior, devido ao efeito dominó da concentração industrial	- Incentivos à localização de empresas altamente qualificadas - deslocalização das unidades industriais deficientemente localizadas na Cidade. - Deve ser proibido e controlado o atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	Foi criado o incentivo de isenção de TMU das atividades industriais deficientemente localizadas no concelho que promovam a respetiva deslocalização para áreas de indústria e armazenagem.

Quadro 1. Tendência de Evolução dos Fatores Críticos de Decisão

Durante estes anos de vigência do novo PDM não se evidenciaram transformações que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM, quer, mais concretamente, no território concelhio, para além dos previstos em sede de avaliação ambiental a que a proposta de revisão foi sujeita. Por outro lado, a Câmara Municipal tem desenvolvido projetos que visam potenciar os efeitos positivos sobre o ambiente.

6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes

No âmbito dos instrumentos municipais de gestão territorial, no município da Maia encontra-se também em vigor o Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas (publicado em Diário da República através do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de outubro).

No decurso da elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de 2011, concluiu-se que, estando ainda em elaboração a base de dados com as operações urbanísticas por categoria de espaços e subcategoria, por parte do Departamento de Gestão Urbana, não era possível analisar a operacionalidade da proposta do plano. No entanto, tendo em conta apenas o universo dos processos em que foi solicitado parecer da Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projetos, em número de 3, verifica-se que os mesmos recaem sobre obras de conservação de edifícios, cuja proposta do Plano aponta no sentido da respetiva demolição.

Neste sentido, procurou-se com o presente relatório proceder a uma avaliação mais exaustiva do nível de execução do Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes e fundamentar uma eventual necessidade de revisão/alteração do mesmo.

De acordo com o n.º 1 do artigo 95.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, os planos municipais de ordenamento do territorial decorridos três anos após a respetiva entrada em vigor, podem ser alvo de alteração. Assim, e embora o PP da Quinta da Pícu apenas possa ser alterado/revisto após outubro de 2013, considerou-se oportuno desenvolver já esta reflexão, habilitando a Câmara Municipal a, atempadamente, equacionar a alteração/revisão do plano.

Objetivos

O Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas (publicado em Diário da República através do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro), apresenta como objetivos gerais (art.º 2.º):

- A consolidação do tecido urbano existente;
- A proteção e salvaguarda do património edificado erudito ou que interessa manter e qualificar enquanto memória do sítio, como a casa na Rua D. Afonso Henriques, a Capela e a Casa de Corim, os edifícios da Quinta da Pícu e o Cruzeiro próximo à Quinta da Pícu;
- A manutenção e valorização da mata da Quinta da Pícu e de outros conjuntos arbóreos importantes à estrutura verde primária ou secundária;
- O reforço da conectividade da área do plano com a envolvente;
- A conclusão da rede viária existente, assegurando a continuidade dos arruamentos já executados;
- A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer, quer no tocante à sua dimensão e tratamento, quer no que respeita às condições da sua vivência;
- O ajustamento da proposta ao cadastro de propriedade, aumentando a sua eficácia e o grau de operacionalidade.

Metodologia

Para a análise da execução do Plano procedeu-se à recolha de informação, designadamente:

- Aplicação de Gestão Urbanística do GISMAT das plantas topográficas, operações urbanísticas, alvarás de construção e alvarás de loteamento emitidos para a área do Plano, entre 2011 e 2014;
- Mapa Interativo: consulta dos alvarás de loteamento;
- SIGMA – Listagem dos processos por arruamento inserido na área do plano;
- Carta 19. Planta de licenças, autorizações, e informações prévias válidas de operações urbanísticas do Plano Diretor Municipal (proposta de alteração do PDM).

A informação recolhida foi posteriormente analisada, aferindo se os objetivos do plano estão ou não a ser cumpridos ou se se justificam medidas de ajustamento, conforme ponto seguinte, intitulado por Execução do Plano, em que se avalia a respetiva execução em função dos objetivos definidos para o mesmo.

Execução do Plano

a) A consolidação do tecido urbano existente

Para a avaliação do cumprimento do presente objetivo considerou-se oportuna a análise dos processos de gestão urbana.

De acordo com o levantamento efetuado, verificou-se que desde o ano de publicação do Plano de Pormenor apenas se registou a entrada de:

- 7 pedidos de plantas topográficas;
- 8 processos de operações urbanísticas.

Não se registou a emissão de qualquer alvará de construção ou alvará de loteamento.

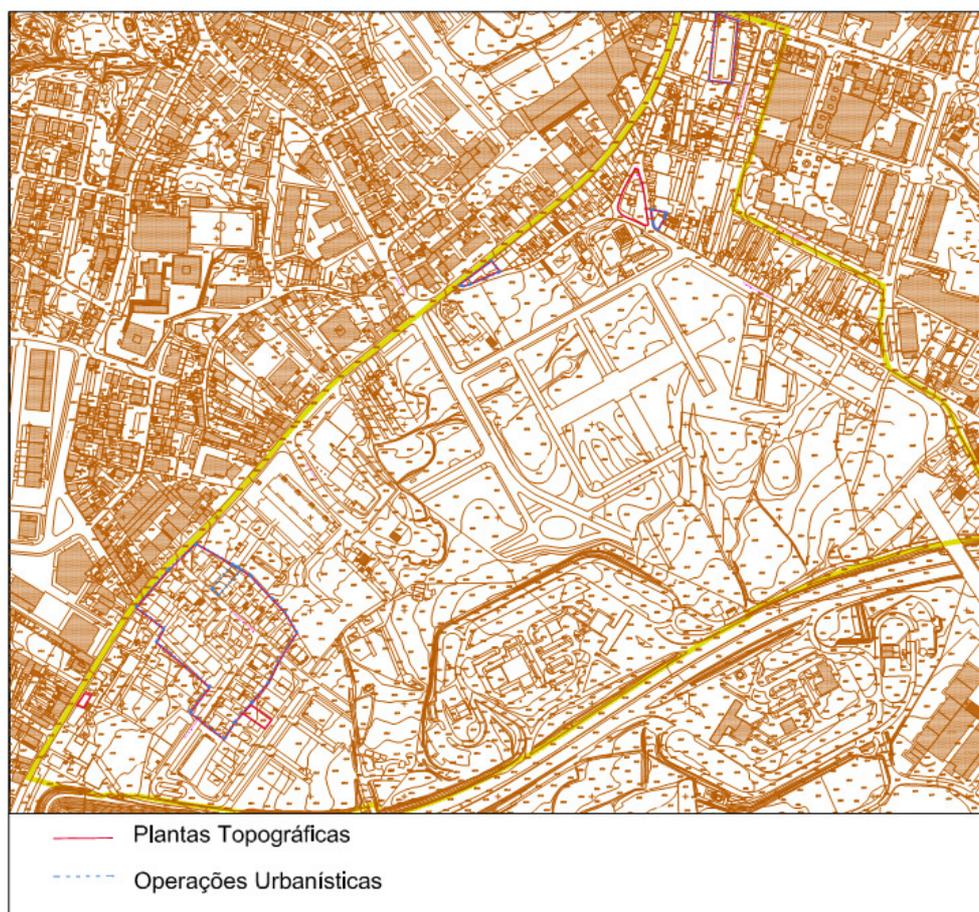


Figura 1. Localização Pretensões

Os pedidos de plantas topográficas incidem sobre áreas muito diversificadas do Plano de Pormenor em termos de qualificação do solo, com destaque para os edifícios habitacionais e para os edifícios predominantemente habitacionais, existindo outras que correspondem a áreas cujo desenho urbano do plano prevê a cedência para espaços de passeios, praças e estacionamento.

Desde a entrada em vigor do PP até 2014, deram entrada na Câmara Municipal 8 pedidos de operações urbanísticas de diferentes tipos, correspondendo a um pedido de informação prévia, a um pedido de mudança do uso, a um pedido de remodelação de terreno para construção de parque de estacionamento, a dois pedidos de alteração de lote, estes últimos, inseridos num alvará de loteamento já aprovado anteriormente à entrada em vigor do plano (Quadro 2), dos quais três correspondem a intervenções no mesmo prédio, tendo sido instruídos diferentes procedimentos.

Ano	Tipo	Rua	Área	Classificação_PP
2011	Mudança uso	Rua Dom Afonso Henriques, n.º 2870	382	Edifício Habitacional Passeios e Praças
2012	Lote (Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 2/69)	Rua Dr. Domingos Capas Peneda, n.º 50 lote 31	300	Edifícios Predominantemente Habitacionais Edifícios Habitacionais
2012	Informação Prévia	Travessa do Cruzeiro	282	Edifício Habitacional
2012	Remodelação Terrenos Construção Parque Estacionamento	Av. Lidador da Maia	1679	Edifício Predominantemente Habitacional Passeios e Praças Estacionamento Área Verde
2012	Construção (Muro e Portões de acesso Lote)	Rua Domingos Capas Peneda 4 Alv. 2/69	370	Edifícios Predominantemente Habitacionais
2013	Demolição, Reconstrução e Alteração Uso	Rua Dom Afonso Henriques, n.º 2870	382	Edifício Habitacional Passeios e Praças
2013	Alteração e Ampliação	Travessa do Cruzeiro	282	Edifício Habitacional
2014	Lote (Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 2/69)	Rua Dr. Domingos Capas Peneda, n.º 50 lote 31	300	Edifícios Predominantemente Habitacionais Edifícios Habitacionais

Quadro 2. Operações Urbanísticas

Importa salientar que três dos pedidos correspondem a áreas para as quais o plano prevê a respetiva demolição das construções existentes nos prédios.

Os processos de operações urbanísticas correspondem a áreas para as quais foram emitidas plantas topográficas, pelo que, ao nível da qualificação do solo verifica-se também um predomínio das áreas destinadas a edifícios predominantemente habitacionais.

Das pretensões apresentadas, quatro foram indeferidas, foi admitida uma comunicação prévia (referente apenas à construção de um muro), dois processos foram deferidos, encontrando um ainda a decorrer o respetivo procedimento de análise e informação da respetiva viabilidade.

Dos pedidos deferidos, tratam-se de situações excecionais de enquadramento de pré-existências, não se conformando com a proposta do plano para o local, concluindo que as pretensões não vão de encontro aos objetivos do plano.

Face ao exposto, não se verifica qualquer execução do plano conducente com a consolidação do tecido urbano existente.

b) A proteção e salvaguarda do património edificado erudito ou que interessa manter e qualificar enquanto memória do sítio, como a casa na Rua D. Afonso Henriques, a Capela e a Casa de Corim, os edifícios da Quinta da Pícu e o Cruzeiro próximo à Quinta da Pícu

Para cumprimento do presente objetivo, o plano procedeu à inventariação dos bens de valor patrimonial, conforme identificados na Planta de Implantação, designadamente:

- Casa na Rua Dom Afonso Henriques
- Quinta do Corim

- Quinta da Pícuia
- Capela de Corim
- Cruzeiro próximo Capela de Corim.

Não foram identificadas operações urbanísticas incidentes sobre estes imóveis com o objetivo da sua recuperação e valorização.

c) O reforço da conectividade da área do plano com a envolvente

De acordo com o referido no relatório do Plano a base da proposta é a sua estrutura viária, condicionada pelas amarrações à rede existente e pela acessibilidade que a Via Estruturante da Granja irá introduzir a curto prazo. O estabelecimento desta estrutura assenta nalgumas das medidas preconizadas designadamente de reforço da conectividade da área-plano com a envolvente e da “conclusão” da rede existente.

Assim, no que se refere ao objetivo de reforço da conectividade da área do plano com a envolvente procurou-se analisar o nível de execução das infraestruturas viárias previstas no plano, conforme quadro seguinte.

Vias	Programação							Nível Execução	Observações
	2011		2012	2013/ 2016	Responsabilidade				
	1.º Sem.	2.º Sem.			CM M	Adc	Priv.		
A e B (1)							x	Em projeto	Obras previstas realizar no âmbito do projeto de alargamento da A4, em curso. Embora inicialmente prevista para 2014, estima-se agora a respetiva execução durante o ano de 2015.
C					x			Sem execução	
D					x			Sem execução	
1	Sem previsão						x	Sem execução	
2					x			Sem execução	
3	Sem previsão						x	Sem execução	
4 (2)					x	x		Em projeto (parte correspondente rotunda)	A rotunda, da responsabilidade da Brisa, está prevista realizar no âmbito do projeto de alargamento da A4, em curso. Embora inicialmente prevista para 2014, estima-se agora a respetiva execução durante o ano de 2015.
5					x		x	Sem execução	
6	Sem previsão						x	Sem execução	

(1) Corresponde à substituição das passagens desniveladas existentes por força das obras de alargamento da A4, da responsabilidade da Brisa
 (2) A rotunda, da responsabilidade da Brisa, será coordenada com a passagem desnivelada e com a execução do restante troço 4

Quadro 2. Arruamentos a executar

No âmbito das obras em curso de alargamento da autoestrada A4 está prevista, para 2014, a execução da rotunda prevista na via 4 e das Vias A e B (que correspondem aos viadutos existentes sob a A4 e a devida articulação da rede com o território a sul da A4), permitindo uma maior conectividade da área do plano com a envolvente, sobretudo com o território fragmentado com a passagem da infraestrutura viária da rede nacional.

As demais ações não apresentam qualquer nível de execução, correspondendo, na sua maioria, a vias a articular no âmbito das unidades de execução em que se inserem.

Como se pode observar, grande parte das ações do plano previam a respetiva realização em 2011 e 2012. Face ao nível de execução já apresentado, e no âmbito de uma eventual alteração ao Plano, dever-se-ia repensar as ações e respetiva programação temporal.

d) A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer, quer no tocante à sua dimensão e tratamento, quer no que respeita às condições da sua vivência

A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer verifica-se ao nível da proposta do plano, em que grande parte da área se destina a espaço público, integrando áreas verdes de uso público, arruamentos, passeios e estacionamento.

No que diz respeito à dotação da área do plano com equipamentos e infraestruturas, e no âmbito das obras de alargamento da A4, infraestrutura viária que delimita a sul a área do Plano, a Autarquia concertou com a Brisa a construção do Centro Escolar da Pícuca, por força da necessidade de desativação da Escola EB1 da Granja, e o prolongamento do viaduto da Rua dos Coriscos, estando já terminada a obra de construção do Novo Centro Escolar da Pícuca, na área classificada no PP como área de equipamento.

No entanto, não se verifica a execução de áreas verdes de uso público.

e) O ajustamento da proposta ao cadastro de propriedade, aumentando a sua eficácia e o grau de operacionalidade

Embora o desenho urbano de um plano de pormenor não se possa restringir aos limites cadastrais pré-existentes, a proposta do plano procurou-se ajustar ao cadastro da propriedade, tendo como principal objetivo garantir a eficácia e a operacionalidade da respetiva execução.

Não obstante, em determinadas áreas do plano a execução realiza-se através de unidades de execução, tal como identificadas na planta de implantação e na planta de transformação fundiária.

Foram delimitadas 6 unidades de execução, sendo que no período de vigência do plano não foram ainda executadas.

De registar que dois dos pedidos de plantas topográficas, sendo uma das quais correspondente ao pedido de informação prévia registado, inserem-se numa área abrangida por uma unidade de execução.

Tal como já observado ao nível da execução do Plano Diretor Municipal, para o Plano de Pormenor também se destaca que a introdução dos mecanismos de perequação compensatória, em que os particulares têm que deixar de olhar apenas para os seus terrenos e se associar, bem como o atual momento económico do país, não são favoráveis a uma execução programada das ações através da delimitação de unidades de execução.

Conclusão

Da análise efetuada verifica-se que a execução do plano foi reduzida, devendo ser repensados os objetivos e formas de execução do plano, em conjunto com a equipa autora do plano, com a Divisão de Gestão Urbana da Autarquia, e com os demais interlocutores locais, designadamente junta de freguesia e outros interessados.

Tendo em conta a informação disponibilizada pelos demais serviços da Autarquia, bem como o tratamento que foi possível efetuar a essa mesma informação, apresenta-se uma síntese da execução do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos nas áreas temáticas do Edificado, Espaço Público e Transportes, importando referir que os dados agora apresentados poderão sofrer alterações fruto da atualização dos mesmos com informação relativa a intervenções realizadas que sejam, entretanto, facultadas.

1. Edificado

Foram analisadas as condições de acessibilidade universal num total de 197 edifícios e equipamentos públicos, tendo sido apresentadas as respetivas propostas de intervenção para a eliminação de barreiras arquitetónicas.

De acordo com a informação prestada, após a conclusão do PMAT foram realizadas intervenções pontuais em alguns equipamentos públicos com vista a sanar barreiras existentes, conforme a seguir se enumera:

1. Edifício da Câmara Municipal: colocação de uma plataforma elevatória nas escadas de acesso ao Salão Nobre;
2. EB1/JI do Paço (Águas Santas): Execução de rampa no portão de entrada e execução de rampa metálica na entrada traseira
3. Museu Municipal: Execução de rampa amovível para a entrada principal;
4. Tribunal da Comarca da Maia: Execução de rampa amovível para a entrada principal.

2. Espaço Público

Foi analisado um total de 8.861.061 m² de espaço público a que corresponde um total de 275.000 metros/lineares de percurso analisado. De referir que do total de percursos analisados, 133.598 metros/lineares correspondem a percursos acessíveis e 141.402 metros/lineares (cerca de 51%) representam área onde existem barreiras à acessibilidade tendo sido considerados como percursos inacessíveis.

No conjunto das barreiras identificadas no espaço público é possível identificar dois grupos: as barreiras “pontuais” como sinais de trânsito, postes de iluminação, mecos, rebaixamentos de passadeiras, entre outras, num total de 8.241 barreiras, e as barreira relativas a uma determinada área onde o passeio é inexistente ou subdimensionado ou o pavimento se encontra degradado, correspondendo a um total de 140.591 m².

No que diz respeito às intervenções efetuadas no espaço público após o diagnóstico do PMAT, e até 2012, registou-se um total de 35 intervenções no espaço público, conforme sistematização de intervenções apresentada por parte do Departamento de Construção e Manutenção. As intervenções agrupam-se em dois tipos: Desenho Urbano (associado a construção de novos espaços, requalificação do espaço público e reperfilamento de vias), num total de 5, e, na sua maioria, Pequena Obra (correspondendo nomeadamente à eliminação de barreiras pontuais como a construção de passeios e a rebaixamentos de passadeiras), num total de 30 intervenções.

Avançando já com alguns dos resultados do processo de monitorização, as intervenções abrangeram um total de 84.515 m² de espaço público, tendo sido assegurado cerca de 3200 metros/lineares de percurso acessível. A execução das obras apresentadas permitiu a eliminação das seguintes barreiras:

1. Nos núcleos urbanos delimitados no PMAT:
 - 116 rebaixamentos de passadeiras (num total de 43 passadeiras);
 - 3 degraus/escadas/rampas;
 - 1 pavimento degradado;
 - 1 passadeira subdimensionada;
 - 8 passeios subdimensionados ou inexistentes;

2. Fora dos Núcleos Urbanos do PMAT:

- 4 rebaixamentos de pavimento;
- 4 passeios subdimensionados ou inexistentes;
- 24 rebaixamentos de passeadeiras (num total de 12 passeadeiras);
- 84 caldeiras reparadas e respetivo passeio envolvente.

Comparando com o diagnóstico efetuado no PMAT, a eliminação pontual de um total de 245 barreiras representa apenas 2,9% do total de barreiras diagnosticadas no plano. Por outro lado, as intervenções ao nível do pavimento degradado ou construção de passeios⁴, num total de cerca de 16936 m², correspondem a aproximadamente 12% da área identificada no PMAT com esta tipologia de barreira.

Mais se informa que os valores apresentados podem ser ajustados quer pela confirmação do cumprimento das acessibilidades em algumas das intervenções já registadas, quer, pelo facto de a mesma estar em constante atualização (pela possibilidade de, a cada momento, se poder receber mais informação relativa a novas intervenções). Por outro lado, importa salientar que o diagnóstico do PMAT abrangeu apenas os principais aglomerados urbanos, não incidindo sobre a totalidade do território municipal, sendo que algumas das obras executadas foram incluídas no item de fora dos núcleos urbanos do PMAT.

Ao nível das intervenções no espaço público seria importante assegurar a atualização com os planos de acessibilidade apresentados pelos requerentes de obras particulares, reiterando o imprescindível contributo que deve ser prestado por parte da Divisão de Gestão Urbana quer na monitorização do Plano de Acessibilidade quer na avaliação e monitorização da execução do Plano Diretor Municipal.

3. Transportes

A área temática dos transportes aborda as questões relativas quer ao meio de transporte propriamente dito (autocarros, metro, entre outros), da responsabilidade das respetivas empresas, quer às plataformas de acesso aos mesmos (paragens), da responsabilidade da Autarquia.

No âmbito do diagnóstico efetuado durante a elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, foram analisadas as condições de acessibilidade universal a um total de 222 paragens, das quais 114 cumprem os critérios de acessibilidade e 108 não são consideradas acessíveis.

Ainda não se dispõe de dados de monitorização para este indicador.

Não obstante, e na sequência da receção de exposições reclamando melhores condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida às novas composições Tram-Train do Metro do Porto, por via do encaminhamento da participação e insistência junto da entidade referida, a Câmara Municipal interveio neste domínio.

Por força quer da insistência do requerente quer da Câmara Municipal, a Metro do Porto procedeu a alterações na plataforma de acesso às composições Tram-Train, garantindo melhores condições de acessibilidade.

⁴ Relativamente a este ponto importa tecer dois comentários: 1) para a presente tipologia de intervenção não existe um levantamento das condições de acessibilidade pelo que o valor apresentado pode estar subavaliado; 2) deve-se ressaltar que a taxa de concretização é relativa à área diagnosticada no PMAT, ainda que parte significativa destas intervenções tenham ocorrido em área fora dos núcleos urbanos alvo de estudo no PMAT.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da avaliação do estado do ordenamento do território e bem ainda do sistema municipal de planeamento construiu-se a seguinte matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Inserção na Grande Área Metropolitana do Porto;</p> <p>População residente ainda em crescimento;</p> <p>Presença de um grande número de pessoas em idade ativa;</p> <p>Capacidade de empregar um grande número de mão-de-obra, principalmente oriunda de áreas adjacentes;</p> <p>Crescente peso do setor terciário e estabilização do setor secundário;</p> <p>Diversidade de atividades ligadas aos serviços, comércio e indústria;</p> <p>Setor industrial em franca expansão, com elevada capacidade de atração de empresas e elevada concentração de unidades de importância nacional e de setores altamente especializados (p.e.: ciência e tecnologia);</p> <p>Proximidade às principais infraestruturas aéreas, rodoviárias e ferroviárias que lhe confere uma boa acessibilidade;</p> <p>Quadro habitacional que proporciona boas condições de vida às populações e que contribui para a respetiva fixação;</p> <p>Reforço da consolidação da cidade e dos centros urbanos de 2.ª ordem, crescentemente polarizados;</p> <p>Existência de alguns edifícios arrolados como património arquitetónico</p> <p>Oferta de espaços públicos multifuncionais (Fóruns, Quinta da Gruta, Quinta da Caverneira, TecMaia, entre outros);</p> <p>Aumento da capitação de espaços verdes;</p> <p>Capacidade instalada de atração de investimento produtivo em atividades industriais e de serviços, correspondente a cerca de 1 704 573 m2 de área de acolhimento empresarial;</p> <p>Excelentes acessibilidades aos grandes centros de produção e distribuição da região Norte e da Galiza;</p> <p>Existência de bolsas municipais para o acolhimento de importantes investimentos em setores diversificados da atividade produtiva: transportes, acolhimento empresarial, turismo e lazer;</p> <p>Bolsa de áreas de solo rural ainda consideráveis e com excelente acessibilidade, oportunidade para o desenvolvimento de projetos de relançamento do setor de produção agrícola e florestal, e de atividades complementares de desenvolvimento rural.</p>	<p>Crescente dependência da população idosa face ao total da população;</p> <p>Subaproveitamento das potencialidades inerentes aos bons solos agrícolas, nomeadamente nas áreas sujeitas à servidão da R.A.N.,</p> <p>Setor agrícola sem significado, com uma acentuada tendência de decréscimo, ainda dirigidos quase que exclusivamente para autoconsumo ou, com menor significado, a venda local;</p> <p>Forte dependência do transporte particular, sendo o principal meio de transporte utilizado pela população ativa nas suas deslocações pendulares;</p> <p>Degradação/poluição das linhas de água que trespassam o concelho;</p> <p>Baixa cobertura dos equipamentos de apoio às crianças até aos 2 anos (creches) e à terceira idade do setor público;</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Proximidade aos principais polos de investigação e desenvolvimento do Porto;</p> <p>Substrato humano populacional jovem, instruído e qualificado para cobrir procura de emprego maioritariamente qualificado;</p> <p>Salvaguardar o património arquitetónico existente, nomeadamente, através de ações que atraíam outras funções, incentivando a utilização para novos fins, impedindo a sua degradação;</p> <p>Recuperação e valorização das margens do Rio Leça, tornando-o num local agradável à fruição e lazer;</p> <p>Promover a mudança de paradigma ao nível da mobilidade, fomentando modos de transporte sustentáveis;</p> <p>Disponibilidade de investimento europeu de apoio às empresas;</p> <p>Existência de novo enquadramento estratégico favorável à promoção e desenvolvimento do empreendedorismo;</p> <p>Crescente importância de uma estratégia integrada de qualidade de vida, assente na participação do município em projetos como o Programa Local de Promoção da Acessibilidade, com a elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, da elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, bem como da adesão da Maia à Cidade Amiga do Idoso;</p> <p>Aposta de uma forte estratégia de marketing territorial, desenvolvendo as potencialidades do concelho</p>	<p>Forte concorrência dos concelhos da primeira coroa periférica da Cidade do Porto;</p> <p>Pressão urbana sobre áreas de expansão e ou rurais ou de reserva, desarticuladas dos centros urbanos que se pretende consolidar;</p> <p>Retração Económica e financeira vivida e crise das dívidas soberanas, agravada pelos atuais contextos jurídico legais da atividade administrativa pública (lei dos compromissos);</p> <p>Crescente Taxa de Desemprego;</p> <p>Incerteza existente quanto ao desenvolvimento do ainda vigente Quadro de Referência Estratégico Nacional e quanto ao próximo pacote de apoios financeiros.</p>

A evolução ocorrida no período de vigência do Plano, e embora tenham decorrido apenas três anos de execução e monitorização, *de per si*, da avaliação efetuada ressalta a necessidade de manter o desenvolvimento das medidas com vista a atingir os seus objetivos estratégicos, designadamente ao nível da consolidação dos núcleos urbanos, da deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, da dotação de espaços verdes, da preservação dos valores identitários e dos valores de ruralidade e bem ainda do aumento da competitividade e afirmação do concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto.

Neste contexto, e como elemento diferenciador do concelho e, como tal, fator de competitividade, entende-se que a visão do futuro é a afirmação do concelho da Maia como polo de desenvolvimento produtivo, nos três setores de atividade (primário, secundário e terciário).

A visão é a de um município na vanguarda do desenvolvimento urbano sustentável, baseado no crescimento efetivo da dinâmica produtiva municipal, nos distintos setores de atividade, no respeito pela mais elevada exigência e excelência nos domínios de responsabilização ambiental e social, como elemento distintivo de competitividade territorial e fator de sobrevivência num contexto cada vez maior de competição municipal por pessoas e empresas.

Bibliografia

- Agência Portuguesa do Ambiente, Dez. 2007 – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS-Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território – 20 Anos, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Evolução da Qualidade do Ar em Portugal entre 2001 e 2005, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatório do Estado do Ambiente 2008 – 10 Indicadores, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora
- Alto Comissariado para a Saúde, 2010 – Plano Nacional da Saúde 2011-2016, Versão para Discussão Pública
- Câmara Municipal da Maia, 2008 – Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal
- Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, 2009 – Acompanhamento e Monitorização do PROT Algarve, 1º Relatório Anual, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- Fonseca, Paulo, 2002 – Índices de Desenvolvimento Concelhio, Revista de Estatística, Volume II, 2.º Quadrimestre de 2002, Instituto Nacional de Estatística
- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2009 – Carta Social, Folha Informativa n.º 1, Julho 2009, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2010 – Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – 2009, ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Instituto Nacional de Estatística, 2002 – XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento geral da habitação, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2002 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2003 – Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto: 1991/2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2008 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2008, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Martins, Isabel e Santos, Luís Delfim (Coord.), 2003 – 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto
- Prada, Olga, 2008 – Relatórios de Estado de Ordenamento do território: Orientações metodológicas para a sua elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território. Instituto Superior Técnico
- SILVA, J., 1998 – *A Função de Monitorização em Planeamento Urbanístico ao Nível Municipal: MAPAO, um Modelo para Apoio à Programação de Ações por Objetivos*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior Técnico

Referências Electrónicas

www.ana.pt

www.ine.pt

www.guiadeportugal.pt (acedido a Dezembro 2010)

www.metroporto.pt

www.qualar.pt

www.qca.pt

www.proder.pt

www.qren.pt

www.turismo.maiadigital.pt

www.snirh.pt (acedido a 4.01.2011)

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-05-24]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$indice-de-desenvolvimento-humano-\(idh\)>](http://www.infopedia.pt/$indice-de-desenvolvimento-humano-(idh)>).

www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3d_5.html

Legislação

Lei n.º 58/2005 – Lei da Água

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal

Resolução Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro – Estratégia Nacional das Florestas

Decreto - Regulamentar n.º 42/2007, de 10 de Abril – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV)

Resolução Conselho Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e Plano de Implantação

Resolução Conselho Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril – Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

Resolução Conselho Ministros n.º 97/2010 – Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais PEAASAR 2007-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2011, de 27 de Janeiro – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas abandonadas

ANEXOS

ANEXO I

Quadro Indicadores Ambientais

Localização Industrial	Deslocalização de Unidades Industriais deficientemente localizadas no território	n.º/ hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal/CCDRN	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Recursos Hídricos	Qualidade das águas superficiais (linhas de água)	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega	Anual	Câmara Municipal/SMAS	Atingir a redução da % de violações aos valores limite estabelecidos na lei, cumprindo os níveis de monitorização da	n.d	n.a	Ponte de Moreira n.d	Ponte de Moreira - Muito Má Ponte da Pedra - n.d	Ponte de Moreira - Muito Má Ponte da Pedra - n.d	Ponte de Moreira - n.d	Ponte de Moreira - n.d	Ponte de Moreira - n.d
	Qualidade das águas subterrâneas	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega	Anual	Câmara Municipal/SMAS	mesma (DL 232/98 e DL 243/2001)	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
	Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água	hectares/ Euros	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0	15750	4830	6421	n.d	2886,36
	Reutilização de águas residuais tratadas	m³	Anual	Câmara Municipal/SMAS	>= 10% (PEAASAR II 2007-2013)	>= 10%	n.a	n.d	0	n.d	0	0	0
Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água	%	Anual	Câmara Municipal	95% (PEAASAR II 2007-2013)	0,95	n.a	n.d	95	n.d	99	99	96
	População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	%	Anual	Câmara Municipal	90% (PEAASAR II 2007-2013)	0,9	n.a	n.d	89	n.d	98	98	90
Mobilidade/ Acessibilidade	Metros lineares da rede viária construída por tipologia de hierarquia viária	metros lineares	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	IP - 0 RVP - 465,97 RVS - 2110,56 RVL - 273,78	IP - 0 RVP - 1519,5 RVS - 0 RVL - 183,8	IP - 0 RVP - 123 RVS - 782,0 RVL - 0	0	0	0
	Rede viária municipal qualificada	m²	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	17550 (2009/2010)	n.d	2175	1700	2000	
	Transporte de passageiros por modo de transporte (1)	n.º de passageiros por modo de transporte	Anual	Câmara Municipal/STCP/ Metro	Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros (política Comum de Transportes da União Europeia)	n.d	Aéreo - 4.535.813 Metro - n.d CP - n.d STCP - n.d	Aéreo - 4.508.330 Metro - 20.536.159 CP - 21.136 STCP - 108.242	Aéreo - 5.279.362 Metro - 22.296.905 CP - 21.136 STCP - 109220	Aéreo - 6.003.408 Metro - 25.627.356 CP - 21.092 STCP - 108.389	Aéreo - 6.060.094 Metro - 26.797.374 CP - 19438 STCP - 93761	Aéreo - n.d Metro - n.d CP - n.d STCP - n.d	Aéreo - n.d Metro - 25.098.569 CP - n.d STCP - n.d
	Movimentos pendulares (2)	n.º de entradas e saídas do Concelho para trabalho ou escola	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	Entradas - 29.475 Saídas - 28.413	n.d	n.d	n.d	n.d	Entradas - 37.300 Saídas - 40.666	n.d
Espaços Verdes	Área verde de uso público executada fora de loteamentos	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	9,40	2,90	0,17	0,58	1,1	0,67
	Área verde de uso público executada dentro de loteamentos	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	1,90	0,90	4,9	0,17	0,1	1,23
	Capitação de espaços verdes	m² por habitante	Anual	Câmara Municipal	40 m2/hab, sendo de 30 m2/hab para a EVP e 10 m2/hab para a EVS (Declaração de Princípios da Quercus)	12 m2/hab.	6,25	6,93	9,48	10,314	10,22	10,38	11,36
Polição Sonora e Atmosférica	Queixas recebidas relativas a ruído automóvel	número	Anual	Câmara Municipal/CCDR N	-	n.d	n.a	6	3	n.d	n.d	n.d	n.d

						Zona Sensível Período global de 24h (Lden) , cerca de 5% (4,97) Período nocturno (Ln), cerca de 10% (9,57) Zona Mista	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
População afectada por ruído ambiente exterior (3)	número	Anual	Câmara Municipal	-	Decrescente	Período global de 24h (Lden) , cerca de 9% (8,61) Período nocturno (Ln), cerca de 20% (20,16)						
Medidas de minimização de ruído	Investimento / hectares	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	0	0	n.d	n.d	n.d	n.d
Utilização de modos de transporte mais sustentáveis	Extensão de novos corredores de BUS (a) Extensão de novas vias cicláveis (b) Extensão de novos percursos pedonais (c) n.º de novos interfaces de passageiros (d)	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	a) 0 b) 0,72 km c) 0 d) 1	a) 0 b) 0 c) 252 d) 0	a) 0 b) 0 c) 221 d) 0	a) 0 b) 0 c) 0 d) 1	a) 0 b) 0 c) 0 d) 0	a) 0 b) 0 c) 0 d) 0
Ar												
Emissão de gases com efeito de estufa	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos	Anual	CCDRN	Portugal - limitar, no período entre 2008-2015, a 27% o crescimento de emissões GEE UE - 15 - redução, entre 2008 e 2015, em 8% das emissões GEE (Protocolo de Quioto)	n.d	169	169	192	169	187	102	n.d
Qualidade do ar	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos	Anual	CCDRN	Aumento dos dias com qualidade do ar Bom ou Muito bom em detrimento do decréscimo dos restantes Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)	n.d	n.a	Muito Bom - 46 Bom - 208 Médio - 75 Fraco - 36 Mau - 0	Muito Bom - 35 Bom - 212 Médio - 78 Fraco - 39 Mau - 1	Muito Bom - 56 Bom - 179 Médio - 80 Fraco - 50 Mau - 0	Muito Bom - 75 Bom - 201 Médio - 56 Fraco - 34 Mau - 0	Muito Bom - 48 Bom - 255 Médio - 43 Fraco - 19 Mau - 0	n.d
Resíduos												
Produção de Resíduos	kg./hab./dia	Anual	Câmara Municipal	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – redução de 1,4% da captação diária até 2016, face ao valor de referência de 2007	n.d	n.a	T - 1,15 I - 0,89 S - 0,26	T - 1,14 I - 0,87 S - 0,27	T - 1,23 I - 0,90 S - 0,33	T - 1,17 I - 0,86 S - 0,31	T - 1,17 I - 0,86 S - 0,31	n.d
Tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos	toneladas por habitantes	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0,26	0,27	0,33	0,31	0,31	n.d
Riscos Tecnológicos												
Acidentes com substâncias perigosas	número	Anual	PSP/Protecção Civil	Garantir a prevenção de acidentes graves e limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente (BEA 2009)	n.d	n.a	3	3	2	14	8	2
Acidentes industriais	número	Anual	PSP/Protecção Civil		n.d	n.a	3	2	2	9	10	8

n.a - Não avaliado

n.d - Não disponível

(1) Valor expresso em Milhões de Passageiros

Passageiros da CP e da STCP é apresentado o total de passageiros de cada empresa, não sendo possível individualizar os passageiros por município.

Metro do Porto apresentado o valor do total de validações com origem ou destino nos interfaces da Maia.

(2) Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado de dez em dez anos, aquando a publicação do Censos.

(3) Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado com a revisão dos Mapas de ruído, que por lei deve ocorrer de 5 em 5 anos.

Factores Sustentabilidade	Crítérios	Indicadores	Unidades de Análise	Periodicidade de Análise	Fontes de Informação	Meta Documento de Referência	Meta Municipal	Valor Referência PDM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Sociais	População	Densidade populacional	habitante por Km ²	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	1435,02	1682,9	1712,92	1613,49	n.d	n.d	n.d	
		Evolução da população	número	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	120111	140859	143371	135306	n.d	n.d	n.d	
	Saúde	Equipamentos de saúde	n.º de médicos por habitante	Anual	Câmara Municipal	60 médicos de medicina familiar por 100 000 habitantes (PNS 2006-2010)	n.d	0,43	0,44	0,52	0,48	0,52	0,53	0,47	
		Equipamentos escolares por tipologia de ensino	número / rácio / tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	Jl - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 10	Jl - 64 EB1 - 43 EB23/Sec. - 10	Jl - 70 EB1 - 43 EB23/Sec. - 11	Jl - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 11	Jl - 71 EB1 - 44 EB23/Sec. - 12	n.d	Jl - 68 EB1 - 40 EB23/Sec. - 10	
	Educação	Intervenções nos equipamentos escolares existentes com vista a dotação de melhores condições de ensino e permanência na escola	número/tipologia € por aluno	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
		Emprego	Evolução do emprego por sectores	número /rácio	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	Primário - 599 (1,7%) Secundário - 23340 (38,0) Terciário - 37184 (61,1%)	n.d	n.d	Primário - 372 (0,6%) Secundário - 15444 (25,3) Terciário - 45236 (74,1%)	n.d	n.d	n.d
Taxa de desemprego	%		Anual	Câmara Municipal	-	n.d	6,7	n.d	n.d	14,7	n.d	n.d	n.d		
Economia	Economia	Investimento e despesa com a protecção e a gestão do ambiente	Euros	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	990.421,90	328.778,90	?	71.543,86	614.150,81	6.484.439,54	
	Energia	Produção e consumo de energias renováveis	mw por habitante	Anual	Câmara Municipal	Intensificar a utilização de recursos energéticos endógenos; Promover a produção de electricidade a partir de fontes renováveis; contribuir para a redução da factura energética externa; (...) (Estratégia Nacional para a Energia, RCM 169/2005)	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Transportes	Acidentes rodoviários	número	Anual	Câmara Municipal	Colocar, até 2015, a sinistralidade rodoviária em 62 mortos por milhão de habitante, equivalente a uma redução de 31,9% (base 2006) (Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015)	Decrescente	1236	373	400	346	116	n.d	n.d